

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO
CULTURAL



**“O RIO É MEU E NINGUÉM MEXE!”: LUGAR, PAISAGEM E PATRIMÔNIO NA
PERCEPÇÃO DE MORADORES ALOCADOS EM PEDRO OSÓRIO E CERRITO
PARA COM O RIO PIRATINI**

ARLINDO AMÉRICO TAVARES MARTINS JÚNIOR

PELOTAS, 2016

Arlindo Américo Tavares Martins Júnior

**“O RIO É MEU E NINGUÉM MEXE!”: LUGAR, PAISAGEM E PATRIMÔNIO NA
PERCEPÇÃO DE MORADORES ALOCADOS EM PEDRO OSÓRIO E CERRITO
PARA COM O RIO PIRATINI**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira

PELOTAS, 2016

Dados de catalogação na fonte:
Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901
Biblioteca de Ciência & Tecnologia - UFPel

M342rMartins Júnior, Arlindo Américo Tavares

“O rio é meu e ninguém mexe” : lugar, paisagem e patrimônio na percepção de moradores alocados em Pedro Osório e Cerrito para com o rio Piratini / Arlindo Américo Tavares Martins Júnior. – 114f. : il.– Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas, 2016. – Orientador Sidney Gonçalves Vieira.

1.Patrimonio cultural. 2.Paisagem.3.Percepção.
4.Lugar.5.Rio Piratini. 6.Pedro Osório. 7.Cerrito.I.Vieira, Sidney Gonçalves.II.Título.

CDD: 341,442098165

BANCA EXAMINADORA:

Presidente: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira - Orientador, UFPEL

Membro: Prof.Dr. Nirce Saffer Medvedovski- UFPEL

Membro: Prof. Dr. Carla Rodrigues Gastaud - UFPEL

Pelotas, agosto de 2016.

*Chegar para agradecer e louvar.
Louvar o ventre que me gerou
E o orixá que me consagrou (...).
Louvar a água de minha terra
O chão que me sustenta (...).
A beira do abismo,
O punhal do susto de cada dia.
Agradecer as nuvens que logo são chuva,
Sereniza os sentidos,
E ensina a vida a reviver.
Agradecer os amigos que fiz
E que mantém a coragem de gostar de mim, apesar de mim...
As borboletas que brincam em meus quintais, reais ou não.
Agradecer a cada folha, a toda raiz, as pedras majestosas
E as pequeninas como eu, em Aruanda.
Agradecer o sol que raia o dia,
A lua que (...) vira os meus sonhos de pernas pro ar.
Agradecer as marés altas
E também aquelas que levam para outros costados todos os
males.
Agradecer a tudo que canta no ar,
Dentro do mato sobre o mar,
As vozes que soam de cordas tênues e partem cristais.
(...) Agradecer,
Ter o que agradecer.
(MARIA BETHÂNIA, 2010)*

*"(...) casa, terra, homem, rio: o mesmo ser, só diferindo em
nome. Há um rio que nasce dentro de nós, corre por dentro da
casa e deságua não no mar, mas na terra. Esse rio uns
chamam de vida".
(COUTO, 2002)*

Resumo

Com a fenomenologia merleau-pontyana como arcabouço filosófico e a geografia humanista vista como um de seus desdobramentos transdisciplinares, são abordadas as categorias espaciais lugar e paisagem e suas respectivas imbricações na construção memorial e identitária na percepção de moradores alocados em Pedro Osório e Cerrito – dois municípios situados no sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil – para com o Rio Piratini – bacia hidrográfica que separa as duas localidades, através do registro das narrativas de história oral e memórias de vida dos entrevistados e de seus registros imagéticos. As entrevistas, entendidas como fonte de expressão da subjetividade e da percepção dos narradores, são evocadas com o intuito de descrever o sentimento de interiorização dos moradores para com o objeto enunciado, bem como a ambivalência potencial em que se encontram inseridos – visto o rio que serve de suporte para atividades frutitivo-funcionais também significar perigo, como nas ocorrências das inundações urbanas. Dessarte, situada no campo da Memória Social e do Patrimônio Cultural, a pesquisa pretende esboçar um panorama do atual tratamento concedido à categoria de bem patrimonial Paisagem Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) no Brasil.

Palavras-Chave: percepção; paisagem; patrimônio; rio Piratini

Abstract

With the Merleau-Ponty phenomenology as philosophical outline and the humanist geography seen as one of its transdisciplinary deployments, it is approached the spatial categories *place* and *landscape* and their respective overlaps in the memorial and identity construction in the perception of residents allocated in Pedro Osório and Cerrito - two municipalities situated in the southwest of Rio Grande do Sul, in Brazil - towards the Piratini River - watershed that separates the two locations, through the record of the narratives of oral history and memories of life of the interviewees and their imagetic records. The interviews, understood as source of expression of the subjectivity and of the perception of the narrators, are evoked aiming at describing the feeling of interiorization of the residents towards the enunciated object, as well as the potential ambivalence in which they are inserted - since the river that serves as support for the fruitive-functional activities also means danger, as in the events of urban floods. Therefore, situated in the field Social Memory and Cultural Heritage, the research intends to draft a panorama of the current treatment given to the category of the asset Cultural Landscape by the National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN) in Brazil.

Key-words: perception; landscape; heritage; Piratini river

Résumé

En ce qui concerne la phénoménologie de Merleau-Ponty comme un cadre philosophique et la géographie humaniste comme l'un de leurs conséquences disciplinaires, on aborde la catégorie spatiale de lieu et le paysage avec leurs respectives caractéristiques de mémoire et identité par la perception des habitants de Pedro Osório et Cerrito – deux villes situées dans le sud-ouest de Rio Grande do Sul, Brésil – vers le Rivière Piratini – bassin hydrographique qui sépare les deux localités. Entretiens partagées, considérés comme une source d'expression de la subjectivité et de la perception des narrateurs, sont générés afin de faire allusion au sentiment d'appartenance aux résidents avec l'objet de déclaration, et l'ambivalence potentiel dans lequel ils sont inscrits – la rivière qui sert de support pour les activités frutivie - fonctionnelles signifie également un danger , comme dans les cas d'inondation urbaine. Situé dans le domaine de la Mémoire Sociale et du Patrimoine Culturel, on vise à dresser un tableau du traitement accordé à la catégorie de la paysage culturel comme patrimoine, selon l'Institut National du Patrimoine Historique et Artistique (IPHAN) du Brésil.

Mots-clés: Perception, Paysage, Patrimoine, Rivière Piratini.

Lista de Figuras

Figura 1	Monte de Santa Vitória - Paul Cézanne (1887)	29
Figura 2	O Lago de Anecy - Paul Cézanne (1896)	30
Figura 3	Diagrama: meio ambiente e suas formas	34
Figura 4	Mapa das regiões e bacias hidrográficas – RS	47
Figura 5	Fotografia da enchente. Abril de 1959.	49
Figura 6	Fotografia da ponte de rodagem destruída. Abril de 1959	49
Figura 7	Visão da ponte de rodagem e da ponte férrea. 1983	51
Figura 8	Banhistas	56
Figura 9	Ponte rodoviária.	59
Figura 10	Ponte ferroviária	60
Figura 11	Obsolência x Modernidade	62
Figura 12	Flores para Ileanjá	64
Figura 13	Forno de Olaria	65
Figura 14	Bairro e silêncio	65
Figura 15	Sinalização de uma das mineradoras	65
Figura 16	Atuação ilegal das mineradoras	65
Figura 17	Poesias Compartilhadas	71
Figura 18	Deslocamento <i>in vitro</i>	71
Figura 19	O quarto.	72
Figura 20	Cine Esperança	72
Figura 21	Postais de compartilhamento. Frente	73
Figura 22	Postais de compartilhamento. Verso	73
Figura 23	Fotografia 1 de Bettina Wieth	75
Figura 24	Fotografia 2 de Bettina Wieth	76
Figura 25	Fotografia 3 de Bettina Wieth	77
Figura 26	Fotografia 4 de Bettina Wieth	78
Figura 27	Fotografia 5 de Bettina Wieth	79
Figura 28	Fotografia de Surucoa variado. Carlos Aires	80
Figura 29	Fotografia de Carlos Aires, Preá.	81
Figura 30	Fotografia de Carlos Aires. Martin-pescador (Fêmea)	82
Figura 31	Fotografia de Carlos Aires. Lagarto-teiú	83

Figura 32	Fotografia de Carlos Aires. Rio Piratini.	84
Figura 33	Mapa dos bens protegidos pela UNESCO	98
Figura 34	Fotografia do Rio da Luz-SC	99
Figura 35	Mapa da delimitação da chancela da paisagem cultural-RJ.	100

Lista de de Tabelas

Tabela 1	Tipos de Identificação da Interiorização Humana	36
Tabela 2	Marcas históricas das enchentes	48

Lista de Abreviaturas e Siglas

CPRM	Serviço Geológico do Brasil
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental – RS
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	International Council of Monument and Sites
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PATRAM	Patrulha Ambiental da Brigada Militar – RS
UNEP	United Nations Environment Programme
UNESCO	United Nations Educational Scientific and Cultural Organization

Sumário

Introdução.....	13
2 Sobre o fenômeno do mundo vivido: corpo, reversibilidade, lugar e paisagem.....	22
3 “O rio é meu e ninguém mexe!”: abordagem fenomenológica da percepção do rio Piratini vivido por narradores em Pedro Osório e Cerrito	42
4 Paisagem e patrimônio: reflexões metamemoriais	87
5 Considerações finais	101
Referências	105

Introdução

Este trabalho aborda a percepção de narradores alocados nos municípios de Pedro Osório e Cerrito para com o Rio Piratini – bacia hidrográfica que os separa. Através do constructo dado pelas narrativas de história oral e memórias de vida e seus registros imagéticos são analisados os conceitos lugar, paisagem e patrimônio – e suas respectivas imbricações na construção memorial e identitária dos narradores entrevistados. Destarte, logra suas bases teóricas na construção fenomenológica merleau-pontyana dos conceitos de corpo e espaço como arcabouço filosófico e nas diretrizes socioambientais da geografia humanista como um desdobramento transdisciplinar da primeira.

A realidade é multimoda e pode ser interpretada por múltiplas concepções, sendo elas confluentes ou não. Em decorrência da convicção dessa infinidade de apreensões e suas possíveis legitimações é que se pauta a escolha deste arcabouço teórico e metodológico que é utilizado mediante a pertinência justificada para um conspecto do específico fenômeno observado: a percepção de sujeitos alocados nos municípios de Pedro Osório e Cerrito para com o Rio Piratini. Em nenhum momento da pesquisa considerar-se-á esta ou aquela uma metodologia que possa ser aplicada em qualquer grau de universalidade, tanto quanto não será sugerido a priori que outras abordagens, para outros fenômenos, também se baseiem nesses mesmos argumentos. Não será considerado aqui nenhum “gênero” filosófico como clarificador de verdades sobre os problemas da existência humana na Terra, mas os conceberemos como distintas posturas circunstanciais para com o existir que têm certos graus de aplicabilidade para diferentes elementos. Nesta perspectiva, deve-se considerar, por similitude, que existem – assim como posturas filosóficas e provenientes delas – as posturas geográficas e que estas são execuções de concepções epistemológicas preditas. Deste modo, ao buscar a compreensão das relações sociais para com o espaço, deve-se perceber que uma teoria sempre tem inferências temporais. Sendo assim, é produto de um específico tempo em um específico lugar, sempre inserido em um determinado contexto histórico. E este contexto, como elucida Carlos (2002, p. 62) é histórico, social, relativo, desigual e ao mesmo tempo contínuo e descontínuo. Essa reportagem é válida, do mesmo modo, no liame da escolha da fenomenologia para a tratativa de

uma associação tão múltipla quanto a que se propõe neste trabalho. Conforme Sklar (1992), na contemporaneidade, dispomos da possibilidade de pensar “qualquer crença como uma rede de asserções”. Isso faz com que, para cumprir com o rigor do trabalho acadêmico, em certos aspectos, este se detenha à específica postura em detrimento a outras. E se restringirá ao lugar de pensar a própria ciência como uma crença. E, se pensará ainda, o cientista, ou o autor, como alguém que só pode, a partir de uma específica crença, descrever um fenômeno vivido sem explicá-lo em forma de causalidade factual justamente por idealizar que a ciência ainda não o conseguiria fazer de maneira concisa. Essas questões serão retratadas, de certa forma, quando for abordado o conceito de intencionalidade da consciência e os problemas que tangem o empirismo e o intelectualismo na filosofia moderna, mas emergem em caráter introdutório pela pontualidade da inexprimível relação de historicidade que o referido “cientista” porta para com o elemento de estudo.

Os municípios de Pedro Osório e Cerrito estão situados na região sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Municípios pequenos, ainda apresentam uma relação com o meio ambiente que mescla a atividade urbana com a cultura rural. Inscritas em suas histórias recentes, aparecem as principais atividades políticas, econômicas e recreativas embasadas, sobretudo, na utilização e na manipulação do Rio Piratini - bacia hidrográfica que separa as duas localidades. Além de possibilitar a subsistência que os habitantes de suas margens essencialmente necessitam - *per naturae*, o rio também lhes significa perigo: recorrentemente a população se vê ameaçada pelas inundações urbanas (Telles, 2002), que atingem boa parte da população e do território rural e urbano dos municípios - conforme observado pelos narradores - nos anos 1959, 1983 e 1992. Os processos geomorfológicos, que desencadeiam nas inundações, tornam precárias as condições de existência de boa parte da população. Em decorrência, ocorre, também, a transformação parcial da paisagem material e imaterial que permeia aquele lugar. Além disso, a atividade humana provoca o impacto ambiental, que também altera e, em determinados casos, erode o espaço.

As transformações objetivas no espaço e na paisagem, provenientes, em larga escala, da atividade humana movida por interesses comerciais privados, não atendem aos interesses dos moradores de Pedro Osório e Cerrito e usuários do Rio Piratini. Ciente das mazelas da transformação paisagística evidente para as pessoas

que ali habitam, em 2012, um grupo de moradores cerritenses e pedro-osorienses protestara questionando a legalidade da privatização da extração mineral e da necessidade da regulação das infrações cometidas pelas mineradoras contra a integridade morfológica e estética do rio e de suas consequências às populações, que revocavam acesso à área que tipificava um balneário.

A exploração investigativa aqui idealizada, alegoricamente, de forma autoral, simboliza-se, subjetivamente, como a admissão de “voltar mais uma vez ao rio”. Respirar o rio. Sentir o rio. “Conversar com o rio”. Ouvir o rio. Preservar o rio. O rio que representa tanto na própria formação identitária do autor e na subsistência diária de si e daqueles que têm por seus. Justifica-se a tomada, pois, em um âmbito social e coletivo em eventos ocorridos como no protesto figurado em 2012, quando evidentemente, o objeto é evocado em caráter de reivindicação patrimonial. No livro *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*, Mia Couto escreve “(...) casa, terra, homem, rio: o mesmo ser, só diferindo em nome. Há um rio que nasce dentro de nós, corre por dentro da casa e deságua não no mar, mas na terra. Esse rio uns chamam de vida”.

No capítulo “Sobre o fenômeno do mundo vivido: corpo, reversibilidade, lugar e paisagem” estão fixadas as considerações teóricas que, pela interdisciplinaridade, se justapõem na Filosofia e na Geografia para dar forma ao escopo fundamental da investigação. Esta, sendo a primeira seção deste trabalho, dar-se-á a relacionar uma fenomenologia da percepção e as transgressões filosóficas de Merleau-Ponty com uma possível aplicação no campo da geografia, considerando-se os conceitos de tempo, espaço, lugar e paisagem.

O método fenomenológico é, por si só, dicotômico. No entanto, se faz deveras pertinente para a análise de um texto que exija uma “compreensão vital”, como diz Dilthey referindo-se ao fato de que as formas da cultura, no curso da história, devem ser apreendidas através da experiência íntima de um sujeito. Neste sentido, se pensa ser este um caso de aplicabilidade. Visto que, toda Filosofia é uma “filosofia de vida” (SPOSITO, 2007, p. 37).

Para Nunes (1989, p.88), a fenomenologia requer uma apreensão capaz de descrever a experiência total do vivido, do humano, já que toda consciência é consciência de alguma coisa, como nos diz o próprio Husserl. Em consonância a isto, é Merleau-Ponty quem se sobressai historicamente no desenvolvimento de uma

fenomenologia francesa que supera a oposição tradicional entre o empirismo e o idealismo, definindo o homem como o incumbido de idealizar sua vida em uma criação de sentido para seu existir (JAPIASSU & MARCONDES, 1990, p.97). Assim, é substituída a “dúvida cartesiana” por uma “redução fenomenológica”, ou seja, um “colocar o mundo entre parênteses”, por que a própria experiência está reduzida ao que se apresenta e ao que, literalmente, está dado entre parênteses aos sentidos.

Neste sentido, o corpo como sujeito personificado encontra o mundo sobre um determinado ponto de vista, fixo no espaço e no tempo. Para os idealistas, o objeto é registrado pelo Cogito. Segundo os empiristas, o corpo-objeto registra causas incidentais externas. De acordo com a filosofia merleau-pontyana, ao contrário, o corpo é ao mesmo tempo sujeito e objeto situado entre outros sujeitos-objeto no mundo (Tilley, 2014). O corpo nos permite saber o que espaços e paisagens significam, justamente, por ele ser seu “agente autoral”. Desta maneira, o corpo habita o espaço e o tempo em-si e para-si. “Somente meu corpo me permite sentir e ser sentido. Tudo que faço é através do meu corpo. Conecto-me com os lugares e as paisagens através das coordenadas relacionais do meu corpo.” (Tilley, 2014 apud Casey, 1993). O processo de compreensão do mundo é encarnado. O mundo é aquilo que vejo em uma corporeidade dialética.

Ao encontro disto, a geografia humanista tem nas bases de seu desenvolvimento teórico Eric Dardel (1889 - 1967) e a tratativa da Terra como advento do sujeito, fundamento da consciência de si mesmo, dada a priori qualquer objetificação que se mistura a qualquer tomada de consciência. Esta relação, com a Terra enquanto espaço vital, exposta em *L'homme et la terre : nature de la réalité géographique*, é para o homem aquilo que emerge no ser, é sobre o que ele erige todas as suas obras, aquilo ao qual adapta a sua preocupação de construir e destruir. Ao encontro disto, no livro *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*, Yi fu Tuan, inspirado por Gaston Bachelard, propõe uma nova Geografia que também contempla o mundo-vivido. Podemos, seguindo as orientações postas, considerar que os diferentes tipos de espaços refletem a forma como o homem se relaciona com seu meio e permitem inferir que o meio constitui-se elemento importante, no que tange aos aspectos constituintes da representação e da percepção. Relph (1944) questiona o sentido que os sujeitos atribuem aos lugares através dos conceitos de lugaridade (placeness) e falta-de-lugaridade

(placelessness). Deste modo, deve-se compreender a tipologia da apropriação do lugar vivenciada pelo sujeito através dos graus de interioridade que se expressam em sua experimentação – neste caso – através de suas narrativas. Em 1971 Relph enuncia o título *Geografia Humanista* para ressaltar a, então, nova abordagem que se entremeava nas intersubjetividades dos sujeitos e nas relações afetivas entre os humanos e os lugares. Ao opor-se a visão da lógica positivista do espaço, a geografia humanística, cuja abordagem focaliza o espaço enquanto lugar, tendo como base o estudo do indivíduo frente ao mundo, encontra sua fundamentação na fenomenologia e no existencialismo (KOEZEL TEIXEIRA, 2002). E nesta perspectiva, visa novas qualidades como subjetividade, sentimentos, experiências e simbolismos, acentuando o individual contraposto ao geral. O espaço adquire complexidade e se fragmenta, passando a ser tratado como “vivido pelas experiências humanas”, aludindo também e indo de total encontro com o que aqui já fora introduzido através de Merleau-Ponty, ao postulado de Edmund Husserl, filósofo alemão que fundou a Fenomenologia enquanto tal. Esta nova pluralidade de concepções acerca do espaço, na Geografia propriamente dita, tem suas origens nos autores basilares da Geografia Humanista - que irão fomentar a discussão sobre a percepção dos seres humanos sobre o lugar e como ela contribui para sua transformação. Neste contexto é que Relph menciona um mundo-vivido-cultural que é cheio de significados repletos de intersubjetividades. Assim, a leitura do lugar e da paisagem como construção humana permite que analisemos os homens que constroem sua organização espacial, entendendo esse “mundo-vivido” como o conjunto de coisas, valores, bens e mitos inerentes a um “mundo subjetivo” construído na troca de significados (KOEZEL TEIXEIRA, 2002).

O lugar, conceitualmente, pode ser concebido de diversas formas. Aqui, se irá de acordo com Yi-Fu Tuan (1930) que o define enquanto espaço apreendido, humanizado. O espaço se transforma em lugar ao passo que assume uma organização coordenada centrada no eu, onde o movimento e a percepção dão aos seres humanos seu mundo familiar de objetos. Os lugares cabem nessa tipologia quando se tornam significantes, núcleos de valor, ou seja, assim que adquirem definição e significação. O lugar é, então, o mundo vivido e desempenha um papel axial na formação das consciências individuais e coletivas. Em confluência com o que nos é conveniente, Edward Relph (1978) define que não há limites conceituais

herméticos entre espaço, paisagem e lugar – *lugares têm paisagens e paisagens e espaços têm lugares*, sintetizando a complexidade de se distinguir categorias tão pareadas entre si. Mas como as preditas categorias espaciais e seus sentires orientam nosso olhar? Como as representações do espaço são capazes de ser analisadas como imagens de lugares? Como são produzidas essas imagens? Neste sentido, existe uma vasta bibliografia – que compõe inúmeras disciplinas que a fundamenta – que dá conta do que nos despendemos a tratar. Não se pretende aqui demonstrar *o estado da arte* ou “acrescentar” um conteúdo mais significativo ao tema, no entanto, apresentar um tratamento dialógico sobre estas questões através da amostragem que será descrita.

A interdisciplinaridade, área em que este trabalho pretende se classificar, tem servido para incorporar ao conhecimento científico novas práticas e teorizações, unificando semânticas e operações que transcendem as disciplinas tradicionais, pressupondo um novo olhar. Um olhar que não dá conta de captar a supremacia da ciência positivista e objetivista. Nesta preleção se faz presente a possibilidade de convergir teorias e técnicas que parecem se legar pertinentes; a saber, a chamada fenomenologia do corpo, a geografia humanista e a história oral para construir uma alusão ao fenômeno mencionado. A geografia humanista alude a relação do homem com a terra através de seu caráter construtivo e da mesma forma incute a ascendência da subjetividade já depurada na abordagem fenomenológica.

A percepção e a atenção que dispersamos sobre determinados fenômenos expostos sobre um determinado campo de visibilidade, além do ato de ver propriamente dito, implica na conferência de valor. A valoração, por si, cria uma imagem do que vê. Por isso, a imagem passa a compor um determinado imaginário (individual e social), que por sua vez, cria uma representação. Esta representação andarão lado-a-lado com a primeira, a percepção, em uma via de duplo sentido. De acordo com alguns teóricos estes conceitos são inconciliáveis, para outros, ambos são reveladores das práticas sociais. Tomando como direção o segundo posicionamento, em breves inserções também aludiremos algumas representações – sobretudo poéticas – que compõe nosso levantamento e que suscitam as diversas atribuições simbólicas concedidas ao Rio Piratini na localização mencionada. Nesse sentido, diante as complicações epistemológicas que enfrentaríamos ao descartarmos por completo uma ou outra abordagem, preferiremos o dialogismo,

considerando a classificação dos conceitos de *Lugaridade* elaborado por Edward Relph e *Topofilia*, enunciado por Yi-Fu Tuan, a partir dos quais se correlacionará os substratos das narrativas com a fenomenologia do corpo e a percepção da paisagem bem como com as premissas vigentes no campo da memória social e do patrimônio cultural.

O capítulo intitulado “O rio é meu e ninguém mexe!”: Uma abordagem fenomenológica da percepção do Rio Piratini”, pelas narrativas orais e imagéticas trata da relação formal, funcional e simbólica entre os sujeitos-objetos identificados. Através das entrevistas, que utilizam a história oral como fonte de apreensão do espaço e do tempo interiorizados pelo narrador (PORTELLI, 2008), e por levantamento bibliográfico, além de produtos imagéticos (dos fotografos selecionados) e do autor é que se constrói esta parte da investigação, buscando-se subsidiar o substrato das memórias dos entrevistados com o enunciado, alicerçando-se na concepção fenomenológica da ciência para por fim relacioná-las à esfera da memória social e do patrimônio cultural. As narrativas formam um tipo de acervo que serve de fomento para a alusão dos diversos sentimentos que os sujeitos têm para com o lugar. Por isso, a presente pesquisa classifica-se como qualitativa e faz uso de uma metodologia descritiva, a que chamamos de fenomenológica.

Em última instância, o capítulo “Paisagem e Patrimônio: reflexões metamemoriais” relaciona o que foi até então exposto com as premissas vigentes no campo do Patrimônio Cultural e as práticas das instituições que o regulam. Analisarmo-la, sobretudo, devido sua contemporaneidade, bem como à flexibilidade de entendimentos que possibilita a ainda nova tipologia Paisagem Cultural e algumas de suas limitações formais e conceituais no Brasil e no mundo.

Com a disseminação de mentalidades como a do desenvolvimento sustentável, por exemplo, como a da UNESCO que passa a considerar que há uma valorização das relações entre o homem e o meio em que vive e, nesta perspectiva, organiza um encontro em 1992 onde cria e incorpora a categoria Paisagem Cultural como uma nova tipologia do Patrimônio Mundial (RIBEIRO; AZEVEDO, 2010). Neste sentido, para a UNESCO, as paisagens culturais são bens culturais e representam obras conjugadas do homem e da natureza. E assim, ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das

condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas (UNESCO, 2010).

No Brasil, a discussão sobre esse novo instrumento de proteção patrimonial e gestão territorial vem crescendo cada vez mais, sobretudo após a nomeação da cidade do Rio de Janeiro como Patrimônio da Humanidade por meio desta tipologia, em 2012. Na perspectiva da UNESCO, a paisagem cultural é classificada sendo: i) paisagem claramente definida ou desenhada intencionalmente; ii) paisagem organicamente em evolução; iii) paisagem cultural associativa (UNESCO, 2010). Desta maneira, o conceito da Chancela da Paisagem Cultural é apreendido como um meio de proteção de um dado território, permitindo a convivência com a dinâmica da paisagem e que o território se transforme pela sua dinâmica “natural”.

Segundo o Art. 3º da Portaria nº 127, “a chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentável e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio” (BRASIL, 2009). Assim sendo, discutir como a categoria de bem patrimonial “paisagem cultural” está sendo concebida e aplicada é importante para se analisar em que medida ela pode servir como um instrumento eficaz de gestão, valorização e de conservação do patrimônio frente ao uso do território.

Em vista disso, ao se analisar a discrepância na distribuição geográfica das paisagens inseridas na lista da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO- United Nations Educational Scientific and Cultural Organization) percebe-se certa disparidade, já que é notória a concentração da maioria dos bens listados no continente europeu. Dando coro ao discurso hegemônico ao qual a UNESCO ainda não consegue ser desvinculada, evidenciando que os critérios adotados são exclusivamente políticos e não protecionistas por si. Desta forma, os documentos para a nomeação são mais descrições da localidade e o plano de gestão exigido, muitas vezes, não é analisado como muita rigidez. Enquanto cada país hierarquiza e prioriza o bem que vai defender, a UNESCO faz o mesmo, provando que o processo de inscrição dos bens passa por questões políticas (FERNANDES, 2014).

É notável algumas confluências: para o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão (cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas); e nos lugares (mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). Já a UNESCO define como Patrimônio Cultural Imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados” - que as comunidades, os grupos e, os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural, conforme a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Assim, a criação da categoria, até aqui suscitada, se enquadra, em vários aspectos, sobre os caracteres que conceituam um bem material tanto como sobre aqueles que conceituam um bem imaterial. Nesta imaterialidade, poder-se-ia situar o status de “cultura” e, a materialidade, explícita por si no tema abordado, poder-se-ia situar no campo do “natural”.

Por fim, observa-se que a paisagem abarca em si (em seu arcabouço conceitual) diversos elementos que possibilitam que ela seja tratada como patrimônio de formas diversas, inclusive nas denominações que já existiam na UNESCO e no IPHAN. No entanto, aqui estão envolvidas questões que excedem o limite do teórico ou da prática da gestão do patrimônio e que envolvem (quase sempre omissos) interesses políticos pontuais.

Ressoa o questionamento: quais são as “nossas” paisagens culturais? Testo Alto e Rio da Luz seriam as únicas paisagens culturais tipicamente brasileiras? As favelas do Rio de Janeiro não compõem o perímetro “entre a montanha e o mar”? Como podemos excluir da chancela lugares que têm significado associativo em nível regional? E o Rio Piratini, seria para seus ribeirinhos e frequentadores, com suas pontes, suas águas, suas memórias e suas imagens, uma Paisagem Cultural em constante transformação?

2 Sobre o fenômeno do mundo vivido: corpo, reversibilidade, lugar e paisagem

A Filosofia de Maurice Merleau-Ponty é uma tentativa de abandono da histórica cisão conceitual entre o sujeito e o objeto, entre a consciência e o corpo e uma afirmação de que a Filosofia e a Ciência não são fonte de sentido, por se condicionarem a desígnios do pensamento e não possuírem um ponto de partida absoluto, mas sim um solo originário e uma inerência ao mundo os quais devemos interrogar. Até o surgimento das teses então incitadas, na tradição filosófica moderna, desde Descartes, a Filosofia da Consciência é instaurada com o paradigma do dualismo: a separação absoluta entre corpo e espírito. Merleau-Ponty, ao desafiar o contexto filosófico valorado em sua contemporaneidade faz uma crítica igualmente ávida ao empirismo e ao intelectualismo¹: Não somos apenas consciência reflexiva nem mero objeto na relação com o todo. Considera que:

O sujeito da percepção permanecerá ignorado enquanto não soubermos evitar a alternativa entre o naturante e o naturado, entre a sensação enquanto estado de consciência e enquanto consciência de um estado, entre a existência de si e a existência para si. Retornemos então à sensação e observemo-la de tão perto que ela nos ensine a relação viva daquele que percebe com seu corpo e com seu mundo. (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 281)

Posto o dualismo entre corpo e alma – ou entre a substância material e a substância espiritual, a filosofia moderna e contemporânea elabora distintas soluções para o problema (ABBAGNANO, 2003, p.246 - 250) ². Nas bases da obra

¹ Para uma compreensão mais vasta sobre as distinções da construção epistemológica que funda a fenomenologia daquelas oriundas do realismo e do neokantismo, ver FERRAZ, p. 155.

² A primeira delas consiste em negar a diversidade dessas substâncias e em reduzir o corpo à alma. São variantes da hipótese na História da Filosofia Ocidental: “as mônadas” de Gottfried Wilhelm Leibniz, “a vontade” de Arthur Schopenhauer e a “consciência matéria” de Henri Bergson. Na direção contrária, advinda do materialismo, a redução da substância espiritual à corpórea, sendo o homem um ser exclusivamente físico. A segunda considera o corpo um signo da alma, sua realização, de forma simbólica. Georg Wilhelm Friedrich Hegel e sua dialética embasam as doutrinas que veem o corpo como um conjunto de fenômenos expressos. A terceira hipótese avalia corpo e alma como “manifestações de uma mesma substância” - Baruch Espinoza serve de modelo à essa teoria paralelista. Uma quarta solução, seria aquela que considera o corpo como uma experiência ou como um modo de ser vivenciado de caráter específico dentre outras experiências e vivências. Encontra sua forma típica na Fenomenologia de Edmund Gustav Albrecht Husserl para o qual o corpo é a experiência isolada, individualizada, ligado à possibilidades determinadas. Para Jean-Paul Sartre, o corpo, simultaneamente é a experiência daquilo que é “ultrapassado” e “passado”. É, ao mesmo tempo, ponto de vista e ponto de partida (L’être et le Néant, 1945, p. 391-392)

de Merleau-Ponty é substancial a influência dos postulados de Edmund Husserl³ (1859 — 1938). A relação entre os dois pensadores é mais profícua principalmente no período denominado Husserl tardio e na sua Fenomenologia da Vida e surge da inclinação de ambos para a investigação cotidiana. Mas “a concepção husserliana de um sujeito universal situado fora do mundo (subjetividade transcendental) foi abandonada por Merleau-Ponty ao procurar unir num mesmo solo o empírico e o campo fenomenal, adotando o corpo como sendo o novo sujeito da percepção” (ZUNINO, 2008). Tanto quanto, tem defluências das obras do alemão Martin Heidegger (1889 - 1976)

Na tese central de seu discurso, a “Fenomenologia da Percepção” – publicada em Paris em 1945, o filósofo francês propõe uma visão diferenciada acerca do mundo dos sentidos e suas circunstâncias. “O mundo é inseparável do sujeito, mas de um sujeito que não é senão projeto do mundo, mas de um mundo que ele mesmo projeta” (2006, p, 491)

Pensando-se, também, o corpo do próprio autor como superfície de inscrição de acontecimentos, convém que sejam mencionadas efemérides da subjetividade de Maurice Merleau-Ponty que confluem em seu raciocínio filosófico e nas peculiaridades de sua fenomenologia – Maurice Merleau-Ponty nasceu em 14 de Março de 1908, em Rochefort Sur na França. Em consequência da morte do pai na Primeira Guerra Mundial, ele, a irmã e o irmão, foram criados pela mãe. Na fenomenologia da Percepção, refere-se a sua “doce contingência natal”, insinuando assim uma infância feliz, enquanto disserta sobre a importância da compreensão da subjetividade, da historicidade e do tempo:

É no presente que compreendo os meus vinte e cinco primeiros anos como uma infância prolongada que devia ser seguida por uma servidão difícil, para chegar, enfim, à autonomia. Se me reporto a esses anos, tais como os vivi e os trago em mim, sua felicidade recusa-se a deixar-se explicar pela atmosfera protegida do ambiente familiar, é o mundo que era mais belo, as coisas que eram mais atraentes, e nunca posso estar seguro de compreender o meu passado melhor do que ele se compreende a si mesmo quando o vivi, nem fazer calar seu protesto. A interpretação que lhe dou está ligada à minha confiança na psicanálise; amanhã, com mais

³ As relações de Merleau-Ponty com a fenomenologia não se restringem aquela com Husserl, que centraliza seu projeto, mas também tem influência nos trabalhos de Fink, Gurwitsch, Scheler e Conrad-Martins, autores cuja contribuição para seu pode ser negligenciada. Deve-se ponderar, também, que mesmo as teses fenomenológicas de Husserl embasando o pensamento merleau-pontyano, o filósofo não se filia totalmente a corrente, produzindo uma filosofia própria que amplia a noção de fenomenologia. (FERRAZ, pp. 151,152)

experiência e clarividência, talvez eu a compreenda de outra maneira, e consequentemente, construa de outra maneira o meu passado (MERLEAU-PONTY, 2006, p 6)

Em 1936, ingressa na *Ecole Supérieure* onde conhece Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir e Claude Lévi-Strauss. No final dos anos 1930, o filósofo se dissocia do catolicismo e é recrutado pelo serviço militar para lutar a II Guerra Mundial. Em regresso, por sua empatia ao socialismo soviético e ao materialismo histórico dialético, se junta ao grupo Socialismo e Liberdade, do qual é oriunda a revista *Les Temps Modernes* – uma das mais importantes revistas políticas da França – da qual foi diretor ao lado de Sartre. Em 1942 publica *A Estrutura do Comportamento*. Em 1949 assume a cátedra de Psicologia da *Sobornne* e em 1952 – mesmo ano em que deixa a revista – é nomeado para lecionar Antropologia e Psicologia no Collège de France. Em 1961, morre repentinamente deixando inacabada a obra *O Visível e o Invisível*, que seria publicada em 1964 e redesenharia sua concepção ontológica.

A temporalidade nos dá acesso ao conceito de subjetividade e clarifica que esta mesma possui uma presença transversal que forma um conjunto de intencionalidades, haja vista que o tempo supõe uma visão acerca do próprio tempo. Ou seja, o tempo condiciona o ser e assim, o sujeito e o mundo vão projetando sentidos. Para que se dê uma válida noção do que representa “subjetividade” em Merleau-Ponty, devemos antes percorrer um breve caminho em direção ao seu conceito de liberdade.

A ideia de Liberdade dá-se no encontro do ser interior com o ser exterior. Do corpo com o espaço. O resultado de nossas escolhas é produto de dois fatores: as situações dadas e as possibilidades abertas. O mundo está dado independentemente de nossos sentidos, mas não está inteiramente constituído ou fechado. Dependendo assim, de nossas ações individuais e coletivas. Em suma, o sentido de nossas escolhas (os quais somos dotados de liberdade para atribuí-lo), constitui a nossa subjetividade. A nossa subjetividade, em si, constrói a nossa historicidade. “A intencionalidade (...) é a transição que, como sujeito carnal, efetua de uma fase do movimento à outra, transição sempre possível pra mim, por princípio porque sou este animal de percepções e de movimentos que se chama corpo”. (BARBARAS, 1992, p. 248)

Em seu construto filosófico Merleau-Ponty incorpora elementos neurofisiológicos e redimensiona a compreensão do sujeito no processo de conhecimento através de uma abordagem transdisciplinar, inferindo, também, a quem, a pertinência de o utilizarmos como referencial teórico para esta abordagem. Não é o sujeito epistemológico que efetua a síntese, é o corpo, quando sai de sua dispersão, se ordena, se dirige por todos os meios para um termo único de seu movimento, e quando, pelo fenômeno da sinergia, uma intenção única se concebe nele (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 312).

Mas o que é o corpo visto sobre uma perspectiva multidisciplinar? Para a física é um agregado de átomos, massa e energia que funciona de acordo com as leis gerais da natureza. Para a química, um composto de moléculas de água, oxigênio, carbono, enzimas e proteínas funcionando como qualquer outro sistema químico. Diz a biologia que é um organismo vivo, um indivíduo de uma espécie (animal, mamífero, bípede), capaz de adaptar-se ao meio ambiente por funções e operações internas, dotado de código genético e que se reproduz sexualmente. Já para a psicologia, o corpo é um feixe de carne, músculos e ossos que formam aparelhos receptores de estímulos e emissores de resposta pelos quais se apresentam comportamentos observáveis. Merleau-Ponty aditará com seu postulado, que o corpo é um ser visível entre outros seres visíveis, mas que é visível vidente. Vejo e sou visto. Posso ver a mim mesmo, e ainda, posso-me ver vendo. E quando vendo-me ver, o meu corpo reflexiona. Quando minha mão esquerda toca a minha mão direita, a segunda também sente a primeira. Quando toco a mão de outro, o mesmo fenômeno sensitivo se dá para ambos.

O fato é que o sensível, que se anuncia para mim em minha vida estritamente privada, interpela toda outra corporeidade através da minha. Ele é o ser que me atinge no que tenho de mais secreto, mas também que atinge em estado bruto ou selvagem, num absoluto de presença detentor do segredo do mundo, dos outros e do verdadeiro. Há nela, “objetos” que não estão originalmente presentes somente para um sujeito, mas que se assim estão para um sujeito, podem idealmente ser dados em presença originária para todos os outros sujeitos a partir do momento em que estão constituídos. (Merleau-Ponty, 1992, p 1)

No inacabado *O Visível e o Invisível*, Merleau-Ponty reconfigura problemas estruturais da fenomenologia do corpo que não dera conta de solucionar na *Fenomenologia da Percepção*: principalmente no que tange o contato perceptivo com o mundo. No capítulo intitulado *o entrelaço, o quiasma*, dedicado a expender

sobre a relação passividade-atividade do sujeito no processo de construção do mundo vivido, o filósofo sublinha que o mundo apresentado pelos sentidos parece repousar a si mesmo e, que, no entanto, tudo o que dele se sabe procede de estruturas perceptivas que podem (também) ocultar o ser e não somente revelá-lo (FERRAZ, 2008, p. 206). A experiência é essa *reversibilidade* em ação: o potencial senciante do corpo se abre para um ser do qual ele também faz parte. A reversibilidade entre as dimensões senciante e sensível da existência encarnada, e a comunidade entre essa última e as propriedades sensíveis do ser, esclarecem a apresentação do mundo pela fé perceptiva (FERRAZ, 2008, p. 209). Também dará uma explicação semelhante para o problema das relações de alteridade: a generalidade sensível do mundo é partilhada por vários corpos que se reconhecem por que não estão plenamente separados.

Os indivíduos estão interligados em uma dimensão universal pelas estruturas típicas de sensibilidade que desvelam operações gerais concordantes dos corpos ao mundo, possuindo, com isso e por isso, uma *comunidade carnal* onde a experiência atua como uma abertura para o mundo. A percepção revela atributos reais que são constituintes do próprio corpo (a exemplo, a tangibilidade, a visibilidade, etc...) que formam uma base sensível comum, mas que tem diferentes perspectivas perceptivas – que são transponíveis. A *carne do mundo*, que se refere Merleau-Ponty, é um elemento que não pode ser reduzido nem a representação nem a matéria, mas que é o elemento central do processo de reversibilidade, e consequentemente, de sua revisão ontológica.

O corpo, então, não é só um centro de atividade pelo qual toda paisagem percebida se manifesta como tal, mas que participa do mundo como ente sensível. Mas, todavia, contudo, uma das características do sentir é certo grau de passividade em relação aos objetos aos quais as atividades sencientes exercem. Sobre os níveis que constituem o sentir (FERRAZ, 2008, p. 208), Merleau-Ponty distingue três: a apreensão das qualidades táteis, um sentimento passivo do corpo e um sentir do sentir⁴. “a experiência do espaço está entrelaçada... com todos os outros modos de experiências e com todos os outros dados psíquicos” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 385)

⁴ Como uma mão que toca a outra e cada atua como tocante e tocada. Mas sempre como uma ou outra e nunca como as duas. Ou seja, em certo momento com certo grau de atividade e em outro com predicativo passivo.

A totalidade dos objetos que podem estar presentes originalmente e que, para todos os sujeitos comunicantes constituem um domínio de presença originária comum, é a natureza no sentido primeiro e originário (MERLEAU-PONTY. 1980 p, 52). Esta presença originária está na consciência, no corpo e no mundo. E todos estes expressam sua natureza. A consciência não existe sem o corpo e sem o mundo, assim como o corpo não se constitui em essência sem consciência, bem como o mundo não subsiste sem consciência e, portanto, sem corpo. A percepção não deve ser vista uma ciência iniciante, mas, inversamente, que a ciência clássica é uma percepção em seu início.

O primeiro ato filosófico seria retornar ao “mundo vivido”, já que é nele que poderemos compreender as limitações do mundo objetivo, restituir à coisa sua fisionomia natural. Por conseguinte, Merleau-Ponty pondera:

Nossa percepção chega a objetos, e o objeto, uma vez constituído, aparece como a razão de todas as experiências que dele tivemos ou que dele poderíamos ter (...). Ver um objeto é ou possuí-lo à margem do campo visual e poder fixá-lo, ou então corresponder efetivamente a essa solicitação, fixando-o. Quando eu o fixo, anoro-me nele, mas esta “parada” do olhar é apenas uma modalidade de seu movimento: continuo no interior de um objeto a exploração que, há pouco, sobrevoava-os todos, com um único movimento fecho a paisagem e abro o objeto. As duas operações não coincidem por acaso: não são as contingências de minha organização corporal, por exemplo, a estrutura de minha retina que me obriga a ver obscuramente a circunvizinhança se quero ver claramente o objeto. (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 104)

É na experiência da coisa em si que se funda a reflexão do pensamento. Portanto, a própria reflexão só apreende seu sentido pleno se menciona o fundo irrefletido que ela pressupõe, o qual a faz de suporte, e que constitui para ela como que um passado original, um passado que nunca foi presente. (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 325).

O espaço e, em geral, a percepção indicam no interior do sujeito o fato de seu nascimento, a contribuição perpétua de sua corporeidade, uma comunicação com o mundo mais velha que o pensamento. (...) o espaço está assentado em nossa facticidade. Ele não é nem um objeto, nem um ato de ligação do sujeito, não se pode nem observá-lo, já que ele está suposto em toda observação, nem vê-lo sair de uma operação constituinte, já que lhe é essencial ser já constituído, e é assim que magicamente ele pode dar à paisagem as suas determinações espaciais sem nunca aparecer ele mesmo. (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 343)

O espaço está assentado em nossa facticidade. Ele não é nem um objeto, nem um ato de ligação do sujeito, não se pode nem observá-lo, já que ele está suposto em toda observação, nem vê-lo sair de uma operação constituinte, já que lhe é essencial ser já constituído. O espaço único é a condição sem a qual não se pode

pensar a plenitude da objetividade, e, se tentamos tematizar vários espaços, eles se reduzem à unidade, cada um deles encontrando-se em certa relação de posição com os outros e, portanto, sendo uma e a mesma coisa que eles. (MERLEAU-PONTY, 2008, p.293-297) “nosso corpo só pode se reconhecer entre as coisas e frequentá-las à condição de renunciarmos analisá-lo – o mundo – para simplesmente usá-lo” (FERNANDES, 2009, p. 26).

A questão do olhar, da imagem, também é atrelada à possibilidade de compreensão da realidade. O mesmo olhar que diante do mundo trafega entre a visibilidade, ou seja, é percebido pelo sentido da vista e da visualidade, também trafega enquanto imagem mental – já que os olhos veem não é necessariamente o que o cérebro enxerga. Parte daí a consideração do filósofo, ao indicar que “jamais veríamos uma paisagem nova se não tivéssemos, com nossos, olhos, o meio de surpreender, de interrogar e de dar forma a configurações de espaço e cor jamais vistas até então” (FERNANDES, 2009, p. 26).

A palavra imagem é mal reputada por que inconsideravelmente se acreditou que um desenho era um decalque, uma cópia, uma segunda coisa, e a imagem mental era um desenho desse gênero no nosso bricabraque privado. Mas, se, com efeito, ela não é nada de semelhante, o desenho e o quadro, da mesma maneira que ela, não pertencem ao em-si. São o interior do exterior e o exterior do interior, que a duplicidade do sentir torna possíveis, e sem os quais nunca se compreenderão a quase presença e visibilidade iminente que constituem todo o problema do imaginário. (MERLEAU-PONTY, O olho e O espírito. p. 280)

De *A Dúvida de Cézanne* ao *O Olho e o Espírito*, da *Fenomenologia da Percepção* a *O visível e o Invisível*, Merleau-Ponty não deixou de meditar sobre a visão e suas imbricações na arte. Se debruça, sobretudo, na pintura de Paul Cézanne⁵ para discorrer sobre a potencialidade de manifestação da percepção da realidade através da arte em um processo dialógico: importante de ser considerada tanto pelo que imprime quanto pelo que expressa.

“Trata-se, pois, de entender a visão originária, esquecida nas atividades cotidianas, já que é comum à percepção e à fala se esquecerem de um benefício no sentido da coisa ou do significado conquistados. Ficamos, pois, com o resultado de nossas atividades, com o mundo que tornamos familiar, enquanto a pintura de Cézanne opera a desconstrução dessa familiaridade, e suas pinturas parecem, por isso, quase inumanas. Em outros termos, o visível no sentido profano esquece as suas premissas, repousa numa visibilidade inteira que é preciso recriar, e que liberte os fantasmas cativos nele, e em todo caso, a interrogação da pintura visa essa gênese secreta e febril das coisas em nosso corpo”(MERLEAU PONTY, 1960, p.92)

⁵ Pintor pós-impressionista francês, cujo trabalho forneceu as bases da transição das concepções do fazer artístico do séc. XIX para a arte radicalmente nova do séc. XX.

O pintor, como o filósofo, desejava chegar à experiência pura, sem segregar a alma do corpo. “Há um minuto do mundo que passa, que é preciso pintá-lo em sua realidade” dizia enquanto meditava dias para “agarrar o motivo” de suas pinturas (ZOLA, 1975). O comportamento solitário e a sua incerteza onipresente (chegará a pintar mais de trezentas vezes a mesma paisagem) não se explicam por seu temperamento rígido, nem por seus acidentes⁶, mas na essência da vida do pintor, “a parte que a natureza e a história lhe deram para que as decifrasse”. O pintor “traz seu corpo”. É “emprestando seu corpo ao mundo que o pintor transforma o mundo em pintura”. Nestes termos, Merleau-Ponty abre o ensaio O Olho e o Espírito. e interpela o texto situando a pintura como transubstanciação entre o corpo do pintor e o corpo das coisas, pois ambos são entrelaçamento do ser: entrecruzamento, quiasma.

Sobre a técnica da perspectiva na assimilação da paisagem enquanto um estilo artístico, Cauquelin indica a transformação da paisagem a partir do uso da perspectiva – o *per-scapers*, a passagem através da abertura –, quando a paisagem era apenas um ornamento da pintura. A partir daí, “a paisagem adquiria a consistência de uma realidade para além do quadro, de uma realidade completamente autônoma”. Em ilustração à obra do artista, ao encontro da temática, duas de suas pinturas de paisagens: O Monte de Santa Vitória e O Lago de Anecy de Cézanne.

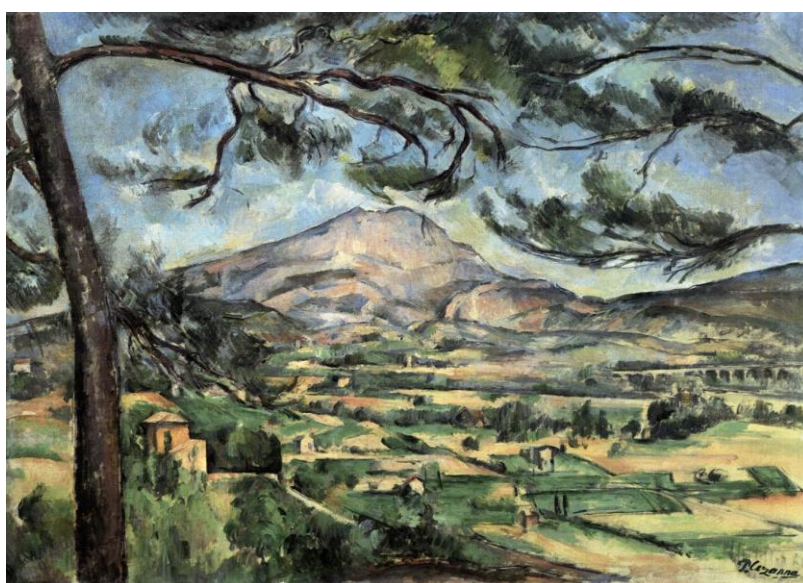


Figura 1: O Monte de Santa Vitória (1887)). Fonte: <http://www.cezannecatalogue.com/>

⁶ Sua hereditariedade, seu meio social e suas influências artísticas (CHAUÍ, 2010).



Figura 2: O lago de Anecy - Paul Cézanne (1896)
Fonte: <http://www.cezannecatalogue.com/>

As concepções de corpo, espaço, imagem e paisagem interligados pela proposta ontológica de Merleau-Ponty nos dá acesso à uma fundamentação filosófica para a tomada da geografia cultural-humanista como um de seus desdobramentos transdisciplinares. Sobre esta, se compila fragmentos da obra de autores que percorrem seu desenvolvimento histórico (não necessariamente sendo seus maiores expoentes ou aqueles que atingem um nível de reflexão mais profundo sobre o tratado, mesmo sendo amplamente divulgados em língua inglesa). Assim sendo, não nos ateremos a suas obras com a pretensão de esmiuçá-las em sua completude ou delas fazer um apanhado geral, mas de algumas faremos uma reportagem de seus conceitos-chave, visto o objetivo de este trabalho ser outro, mesmo que essa o seja uma reflexão tão cara. Também, percorreremos contribuições advindas de outros pensadores que também se dispuseram a analisar estes conceitos sob a ótica de um prisma semelhante.

“Ser, a Ser, *apenas ser* – existir de alguma maneira – é estar em alguma parte, e estar em alguma parte *é estar em algum tipo de lugar*.” (CASEY, 1998, p 9)⁷
O espaço – que aparece no horizonte de nossas preocupações – na experiência

⁷ Professor de Filosofia na State University of New York, autor de *Fate Of Place, a Philosophical History*, no qual diz que a criação é um progresso de sucessiva lugarização e trabalha os conceitos de cosmogênese, topogênese e topocosmos através dos mitos originários (CASTELLO, 2007, p.108).

ocidental tem uma história⁸ (FOUCAULT, 1984, p. 412): na idade média, visto como um conjunto hierarquizado de lugares: lugares sagrados e lugares profanos, lugares protegidos e lugares sem defesa, lugares urbanos e lugares rurais. Espaço de localização. Inclusive cosmologicamente. O espaço como extensão se funda com Galilei Galileu, no séc. XVII, quando este diz que o espaço é infinito e infinitamente aberto. Atualmente, o posicionamento, substitui a localização, sendo definido pelas relações dos pontos ou elementos entre si. E o espaço se oferece pra nós sobre a forma de relação de posicionamentos (FOUCAULT, 1984, p.413). Hoje⁹, ainda, “as inquietações contemporâneas se referem mais ao espaço do que ao tempo”, que é visto como um dos jogos de distribuição possíveis entre os elementos que se repartem no espaço, que ainda não está totalmente dessacralizado – ao contrário – é movido por uma “secreta sacralização”. Ainda assim, podemos ver o mundo sobre uma perspectiva de se experimentar não mais como uma grande via, mas como uma rede que religa pontos e entrecruza sua trama (FOUCAULT, 1984, p. 411).

Para a devida compreensão das acepções conceituais mais complexas que envolvem a temática investigada se faz necessário que atentemos a um breve quadro do pensamento filosófico ocidental, visto que a Filosofia e suas fragmentações têm uma história que as constitui enquanto tais. Devemos ressaltar, por seus inegáveis méritos, que também são vistos como expoentes do desenvolvimento científico-filosófico-geográfico, figurando esta lista, e servindo de fundamentação para as delimitadas vertentes geográficas, segundo Sposito (2008): o moderno René Descartes e o racionalismo (1596 – 1690), Immanuel Kant e suas investigações empírico-racionalistas acerca do espaço e do tempo (1724 - 1804), Charles Darwin com a conceituação da seleção natural (1809 – 1882), Auguste Comte e os prelúdios de seu positivismo (1789 – 1857), Georg Hegel e o idealismo com seu enfoque para a dialética do tempo (1770 – 1831) e Karl Marx com o materialismo histórico dialético. Entre outros tantos importantes pensadores os quais suas contribuições possibilitaram que chegássemos aos questionamentos aqui sobreditos e a outros que – de alguma forma preteridos – poderiam muito bem

⁸ A ideia de Espaço origina três ordens de problemas conceituais: uma sobre a natureza do espaço, outra sobre sua realidade e uma última sobre a métrica de sua estrutura (ABBAGNANO, 2003, p. 406-410).

⁹ Michel Foucault redige o texto *Autres Espaces* em 1967, para conferência no Circulo de Estudos Arquitetônicos na Tunísia. Autoriza a publicação em 1984, na revista parisiense *Architecture, mouvement, continuité*, nº 5.

mentonar o mesmo fenômeno ao qual nos deteremos sob uma ótica diferente daquela que aqui interpelaremos.

A geografia Humanista tem nas bases de seu desenvolvimento sistemático Eric Dardel¹⁰ (188 - 1967) e a tratativa da Terra como advento do sujeito, fundamento da consciência de si mesmo, dada a priori qualquer objetificação que se mistura a qualquer tomada de consciência. Esta relação, com a Terra enquanto espaço vital, exposta em *L'homme et la terre : nature de la réalité géographique*, é para o homem aquilo que emerge no ser, é sobre o que ele erige todas as suas obras, aquilo ao qual adapta a sua preocupação de construir e destruir.

Embasando-se na concepção contemporânea de Lugar da Geografia Humanística, indo nesta perspectiva, este ensaio se baseia na bibliografia de dois autores: Yi-Fu Tuan¹¹ e Edward Relph¹². O primeiro, porque trabalha com tópicos ligados à percepção ambiental, simbolismo da paisagem, estética geográfica, ética ambiental, fantasia cultural e escapismo (CASTELLO, 2007) e o outro, porque questiona o sentido que os sujeitos atribuem aos lugares, configurando os conceitos de lugaridade (placeness) e falta-de-lugaridade (placelessness).

De acordo com ROCHA (2007, p. 21), Anne Buttimer¹³, também, é fundamental para a arguição da Geografia Humanista enquanto tal, aderindo às investigações espaciais e temporais à Fenomenologia e ao Existencialismo. Buscando a compreensão das relações sociais para com o espaço, Buttimer orienta que atentemos à inferência do tempo e no espaço na existência humana e em suas interpretações.

¹⁰ A obra de Eric Dardel (Montargis, França, 1899-1967) reflete sobre a cientificidade como único meio de construção do conhecimento geográfico, sob a perspectiva da relação do homem com o espaço geográfico. Um dos seus principais conceitos é a geograficidade apresentada como *modo existencial humano*.

¹¹ Yi-Fu Tuan (Tianjim, China, 1930), é um geógrafo sino-americano. Professor da Universidade do Minnesota e Universidade de Wisconsin. É considerado um dos maiores expoentes da Geografia Humanista assinalando sua pesquisa à percepção da interação homem/espaço/tempo e seu ambiente social e físico, bem e à organização das sociedades e suas conceituações de espaço e lugar. (Associação Canadense de Geógrafos, 2009).

¹² Edward Charles Relph (Wales, 1944) é geógrafo e atua como professor da Universidade de Toronto, no Canadá. Seus estudos são caracterizados pela importância da observação crítica e discricionária da mudança de paisagens. (Associação Canadense de geógrafos, de 2009)

¹³ Anne Buttimer (Irlanda, 1938) era geografa e professora da Universidade de Dublin. Suas publicações abordam temas como o espaço social, problemas ambientais, planejamento urbano e história das ideias. Tratou de questões sociológicas nos valores geográficos, avaliando as idéias de um ponto de vista filosófico, tecendo considerações sobre o existencialismo e o fenomenologismo no futuro da Geografia.

No livro *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*, Yi fu Tuan, inspirado por Gaston Bachelard¹⁴, propõe uma nova Geografia que contempla o mundo-vivido. O movimento exige tempo e ocorre no espaço: eles exigem um campo espaço-temporal. Lugar e movimento, no entanto, são antitéticos. Lugar é uma parada ou pausa no movimento – a pausa que permite a localização para tornar o lugar no centro de significados que organiza o espaço do entorno (TUAN, 2012, p. 12). Esses significados podem ser apreendidos de distintas maneiras – positivas ou negativas – no sentido de que as pessoas criam sentimentos para com os lugares e que esses sentimentos também são distintos. Quando esse sentimento é de intensidade emocional positiva, onde o espaço é um veículo para emoções fortes ou que é percebido como um símbolo, o geógrafo o denomina TOPOFILIA. A Topofilia, é, então, uma associação de sentimento para com o lugar que assume muitas formas e varia muito em amplitude emocional e intensidade.

A palavra "topofilia" é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o lócus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida. (TUAN, p. 107)

O meio ambiente natural e a visão do mundo estão estreitamente ligados: a visão do mundo, se não é derivada de uma cultura estranha, necessariamente é construída dos elementos conspícuos do ambiente social e físico de um povo. Nas sociedades não tecnológicas, o ambiente físico é o teto protetor da natureza e sua miríade de conteúdos. Como meio de vida, a visão do mundo reflete os ritmos e as limitações do meio ambiente natural (TUAN, p.88). Para analisar como as formas do meio ambiente e os filtros culturais e individuais formam as limitações perceptivas dos observadores, Tuan elabora o sistema ilustrado na figura 1:

¹⁴ Gaston Bachelard (França, 1884-1962) foi um filósofo, poeta e professor nas universidades de Dijon e *Sobornne*. Seu pensamento está focado principalmente em questões referentes à filosofia da ciência e na sua epistemologia, marcada por uma reflexão sobre as filosofias dos cientistas. Foi responsável pela criação de novos modelos de estudo, como o imagismo.

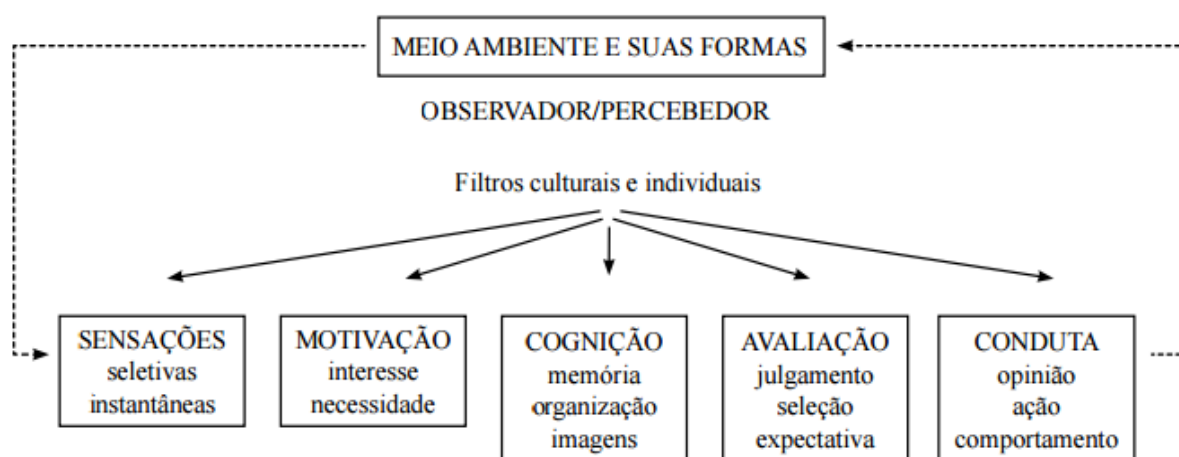


Figura 3. Fonte: Tuan, Espaço e Lugar, 1983.

O lugar pode ser qualificado como tal por uma narrativa, pela oferta de uma fruição temporal, e por estímulos socioculturais, morfológico-imagéticos e frutivo-funcionais (CASTELLO, 2007, pp. 15-17). Neste sentido, podemos pensar a percepção dos lugares sobre dois aspectos: pelos estímulos físicos e por suas imagens. Sobre as imagens, considera:

O fato das imagens serem extraídas do meio ambiente não significa que o mesmo as tenha determinado, nem necessitamos acreditar de acordo com a evidência que certos meios ambientes possuem o irresistível poder de despertar sentimentos topofílicos. O meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais. Os estímulos sensoriais são potencialmente infinitos: aquilo a que decidimos prestar atenção (valorizar ou amar) é um acidente do temperamento individual, do propósito e das forças culturais que atuam em determinada época. (TUAN, p.129)

É pertinente, neste sentido, que se mencione também a ideia de *Imageability* é um conceito apresentado por Kevin Lynch¹⁵ para identificar a qualidade apresentada por um objeto físico que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem¹⁶ forte em qualquer observador. (...) pode também ser chamada

¹⁵ Kevin A. Lynch (1918-1984) urbanista americano. A percepção, análise e melhoramento dos ambientes urbanos são o foco da sua análise e aplicados principalmente no design urbano e seus estudos.

¹⁶ Semelhança ou signo das coisas que pode conservar-se independentemente delas. Para Aristóteles, são as coisas sensíveis, só que não tem matéria. De acordo com Diógenes, é “aquilo que é impresso e formado pelo objeto, sendo distinto dele; mas que se conforma na existência dele; e por isso, existiria mesmo sem a existência dele”. Desse ponto de vista, as imagens podem ser sensíveis e não sensíveis, racionais ou irracionais e artificiais ou não artificiais. A conceituação é utilizada de forma teleológica na Idade Média e retomada na Modernidade por Francis Bacon e Thomas Hobbes como “o ato de sentir e só difere da sensação assim como o fazer difere do fato”. Em filosofia, em geral, o termo Imagem passa a ser substituído por Ideia (no pensamento de René Descartes) ou Representação (com Christian Wolff). A Filosofia Contemporânea usa a terminologia, de forma geral,

legibilidade ou visibilidade, num sentido mais elevado, no qual os objetos não são apenas visíveis, mas são apresentados com grande força e intensidade aos sentidos (Lynch, 1968, p. 9-10).

Edward Relph enuncia o título *Geografia Humanista* para ressaltar a, então, nova abordagem que se entremeava nas intersubjetividades dos sujeitos e nas relações afetivas entre os humanos e os lugares. Ao opor-se a visão da lógica positivista do espaço, a geografia humanística, cuja abordagem focaliza o espaço enquanto lugar, tendo como base o estudo do indivíduo frente ao mundo, encontra sua fundamentação na fenomenologia e no existencialismo (KOEZEL TEIXEIRA, 2002). Para designar o conceito de lugar, define o espaço primitivo, ou pragmático, como aquele ligado ao comportamento instintivo e à ação inconsciente. Mas no que mais se aproxima da ideia de espaço em Merleau-Ponty e das teses evocadas por sua reversibilidade é o conceito de espaço existencial, ou vivido, definido como:

A estrutura íntima do espaço tal qual nos aparece em nossas experiências concretas de mundo como membros de um grupo cultural, ele é intersubjetivo e, portanto, permeia a todos os membros daquele grupo, pois estes foram todos socializados de acordo com o conjunto comum de experiências, signos e símbolos (RELPH, 1976, p. 2).

E nesta perspectiva, visa novas qualidades como subjetividade, sentimentos, experiências e simbolismos, acentuando o individual contraposto ao geral. O espaço adquire complexidade e se fragmenta, passando a ser tratado como “vivido pelas experiências humanas”: Para Relph pode-se compreender nos graus de interioridade que se expressam na experimentação dos sujeitos, os sentimentos, as qualidades de suas experiências, os simbolismos do lugar, de acordo com uma classificação do envolvimento e da expectativa que a pessoa sente. Em tabela análoga:

para referir-se às origens sensíveis das ideias e representações que o homem dispõe (ABBAGNANO, 2003, p.620).

TABELA 1– Tipos de Identificação da Interiorização Humana com o Lugar, segundo Relph (1976)

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Interioridade existencial	É o envolvimento mais profundo com o lugar. A pessoa se sente em casa, o lugar é experienciado irrefletidamente.
Exterioridade existencial	A pessoa se sente fora do lugar. Não há envolvimento, o lugar dá a sensação de alienação, de estranheza.
Exterioridade objetiva	Envolve um distanciamento deliberado. O lugar é como um objeto a ser estudado e pesquisado cientificamente.
Exterioridade incidental	Envolve a situação em que o lugar é apenas um pano de fundo, como quando a pessoa se encaminha a outro destino.
Interioridade Comportamental	Quando se espera a ocorrência deliberada de um lugar, há um conjunto de elementos, vistas, marcos, que compõe um lugar novo.
Interioridade empática	Quando uma pessoa de fora mostra empatia com aquilo que o lugar registra como expressão dos que o criaram e nele vivem.
Interioridade secundária	A sensação de “segunda-mão”, de experiência indireta, a pessoa é transportada para o lugar via imagem, pintura, filme, mídia de massa.

Fonte: adaptado de SEAMON, David. A singular impact: Edward Relph's Place and Placelessness. Environmental and Architectural Phenonology Newsletter, vol.7, Nº3, outono 1996, p.5-8.

Podemos considerar que os diferentes tipos de espaços refletem a forma como o homem se relaciona com seu meio e permitem inferir que o meio constitui-se elemento importante, no que tange aos aspectos constituintes da representação e da percepção¹⁷. De acordo com Relph, que observa que o significado de lugar mesmo que ancorado em atividades físicas, não é propriedade disso, mas sim das

¹⁷ Na psicologia, Canter em Psychology of Place, diz “aquelas unidades de experiência nas quais as atividades e a forma física ficam amalgamadas: lugares” (CANTER, 1977, p.1) David Canter é professor de Psicologia e Psicologia Investigativa na Universidade de Surrey e da Universidade Liverpool. Suas contribuições se dão através da psicologia científica, em especial na psicologia forense, onde inclui o lugar como determinante para identificação psicológica.

intenções e experiências humanas que as povoam, devemos compreender a tipologia da apropriação do lugar vivenciada pelo sujeito através dos graus de interioridade que se expressam em sua experimentação – neste caso – através de suas narrativas.

Um lugar é um centro de ação e intenção, ele é 'um foco onde nós experimentamos os eventos significativos de nossa existência'. De fato, eventos e ações são significativos somente no contexto de certos lugares, e ganham tonalidades e são influenciados pelo caráter desses lugares, ainda que contribuam para esse caráter... Os lugares são os contextos ou panos de fundo para objetos intencionalmente definidos ou para grupos de objetos ou eventos, ou podem ser, eles mesmos, objetos da intenção. No primeiro caso pode-se dizer que toda consciência não é meramente consciência de algo, mas de algo em seu lugar, e que esses lugares são em grande parte definidos em termos dos objetos e de seus significados. Como objetos propriamente ditos, os lugares são essencialmente focos da intenção, têm geralmente uma localização fixa e possuem traços que persistem de uma forma identificável. Tais lugares podem ser definidos em termos das funções a que servem ou em termos da experiência comunitária pessoal [...] (RELPH, 1976, p. 42-43).

A aparição do termo *paisagem* tem suas origens no séc. IV na China. Já no Ocidente, aparece no séc. XV, com o Renascimento, na Itália e na Holanda. Até meados do séc. XX era identificado como categoria imagística, sobretudo pela pintura, que retratava a natureza sob a ótica de uma realidade enquadrada. Ao encontro à temática de nosso trabalho, a pintura paisagística¹⁸ é a união da representação do ambiente à visão subjetiva do ser humano – a percepção.

A arte, que hoje configuraria numa típica abordagem tida como cultural ou humanística na Geografia está na própria base da idealização do conceito e, mais do que isso, está, mesmo que implicitamente, presente em qualquer leitura atual da paisagem – o discurso da paisagem foi construído sob a égide da sutileza da arte, pois corresponde a uma dada visão do mundo pelos olhos de quem assim o entende. (FERNANDES, 2009, p.26)

A paisagem surge na pintura como produto da ruptura com a visão teológica medieval, integrando-se numa série de acontecimentos que vão dar corpo ao projeto da modernidade. Por herança estética naturalista do romantismo a paisagem ocupa lugar proeminente na geografia. Tanto é interpretada como uma porção da superfície da terra, como se refere aos seus aspectos visíveis.

As grandes navegações – e os estudos realizados pelos viajantes – propiciaram a expansão das representações paisagísticas e também de sua

¹⁸ A autora francesa apresenta na obra –A Invenção da Paisagem uma antologia da paisagem representada e discorre sobre elementos que tangem a identificação e a análise da paisagem como encenação dos elementos naturais, enquadramento, composição do conjunto de atores e problematiza as percepções de acordo com orientação, pontos de vista, situação, distância e escala. Elucida uma reflexão sobre o planeta como um eco-sócio-sistema que é um espaço de paisagens simbólicas e substanciais (CAUQUELIN, 2007).

concepção. Humboldt¹⁹ (1950) descrevia as formas visíveis da paisagem, em suas formas estéticas, abstraindo também a conexão e a inter-relação dos elementos naturais que a constituem, descrevendo a natureza de cada região como particular e com fisionomia própria.

Paul Claval²⁰ em sua obra “A Paisagem dos Geógrafos”, apresenta três momentos distintos em relação a diferenças teórico-conceituais que demonstram como a paisagem é inserida no estudo da geografia: o primeiro período destacado compreende os anos de 1880 a 1940, em que a paisagem é vista como morfologia, como parte da sociedade e das atividades rurais.

Um segundo momento para Claval (2004), é compreendido pelo período de 1940 e 1980, em que há um decréscimo do interesse pelo conceito de paisagem. Isso porque, de 1955 a 1975 a paisagem é deixada de lado e a região toma força. O momento posterior, a partir da década de 1980 e que se estende até os dias de hoje, apresenta uma ressignificação da paisagem e da Geografia Cultural, formando a chamada Nova Geografia Cultural.

A área anterior à introdução de atividade humana é representada por um conjunto de fatos morfológicos. As formas que o homem introduziu são outro conjunto. Podemos chamar as primeiras, com referência ao homem, de paisagem natural, original [...]. As ações do homem se expressam por si mesmas na paisagem cultural. A paisagem cultural então é sujeita à mudança pelo desenvolvimento da cultura ou pela substituição de culturas (SAUER, 1998, p.42-43).

Na segunda metade do séc. XX e no séc. XXI é que a paisagem passa a ser tratada como conceituação plural e complexa de fato. Por ora, a paisagem é considerada por geógrafos e arquitetos como nova forma de investigação da estrutura urbana e da cultura dos que a fazem visível. Em seguimento,

A geografia baseia-se, na realidade, na união dos elementos físicos e culturais da paisagem. O conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas do seu uso da área, em fatos de base física e fatos da cultura humana (SAUER, 1998, p. 29).

¹⁹ Naturalista e explorador alemão;

²⁰ Paul Claval (Meudon, 1932) é um geógrafo francês, professor na Sorbonne que aproxima a geografia de outras ciências “complementares”. Seu interesse se volta à geografia urbana, interpondo a discussão de cultura e da disseminação da compreensão de formas de manifestações como reflexão as problemáticas locais.

O pensamento fenomenológico²¹ incitado na geografia cultural resultou num processo de renovação no qual a tradição humanista e a posição teórica da geografia cultural inaugurada por Carl Sauer²² (1889 – 1975) na Escola de Berkeley – acrescidas de vasta bibliografia de diversos autores de diversas disciplinas - foram reavaliadas pelos pesquisadores contemporâneos para balizar a investigação das políticas concernentes. A paisagem não se limita a indicar ou simbolizar as relações de poder, ela é um instrumento de poder cultural, conforme:

[...] a paisagem é uma fusão de diferentes perspectivas, é natureza e cultural, ambiente e percepção, objetiva e subjetiva, funcional e estética. É o esforço da imaginação que deve agregar essas possibilidades em só sentido. [...] um conceito vibrante e extremamente importante à geografia humanista. Ela não existe por si, mas é parte do ambiente, é passado e presente, carregando as perspectivas do futuro, é organização espacial e beleza. Mas, ela não é nada disso isoladamente. Só se torna paisagem à medida que a percepção e a imaginação concatenam os sentidos e as características do visível e do não visível (PÁDUA, 2013, p. 76-77).

De acordo com Sauer a paisagem cultural é modelada entre a relação paisagem natural e grupos culturais, constituída sob três aspectos principais: a cultura, como agente, apropria paisagem natural como meio, resultando assim a paisagem cultural, ou seja, existe uma interdependência entre determinada cultura e temporalidade

Com a introdução de uma cultura diferente, isto é, estranha, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga. A paisagem natural é evidentemente de fundamental importância, pois ela fornece os materiais com os quais a paisagem cultural é formada (SAUER, 1998, p.59).

Cabe ainda destacar o papel determinante que dada cultura imprime na paisagem e como a descreve, de acordo com a compreensão cosmológica, ou segundo a estrutura de comunicação interna e externa, com outras culturas. A esse respeito Duncan enfatiza:

As descrições não são reflexos espelhados; são necessariamente construídas dentro dos limites da linguagem e das estruturas intelectuais

²¹ A fenomenologia fornece o método para a priorização da relação entre a consciência perceptiva e as estruturas concretas em contraposição à ideia de um mundo objetivo como delimitado pelo senso comum e pelas abordagens científicas (FERRAZ, p. 155)

²² Carl Otto Sauer (Warrenton, EUA, 1889-1975) foi um geógrafo, professor da Universidade da Califórnia, evidenciado pelo movimento de renovação da Geografia Histórica, propôs o desenvolvimento de uma teoria geográfica da “morfologia paisagem” e da “história cultural”. Seus estudos dedicaram-se à análise dos impactos históricos da ação humana na paisagem.

daqueles que descrevem. Tal linguagem não é uma série de palavras que tem correspondência exata com a realidade “exterior”. Ela se baseia em discursos que são significados partilhados constituídos socialmente, em ideologias, em séries de suposições do “senso comum”. As mesmas palavras podem ter diferentes significados em diferentes discursos. As descrições podem ter significado somente em um sentido contextualizado. (DUNCAN, 2004, p.95)

Ainda cabe destacar as considerações de Cosgrove e Jackson, que tratam da possibilidade de consideração da paisagem como uma imagem cultural, desta forma, assim como a descrição acima citada, fazem parte de variadas possibilidades de abordagens e apreensão.

A hipótese de associação de lugar e tempo implica considerar que existem na própria noção de lugar fenômenos ligados à história e à memória das cidades. Assim, o lugar da memória será representativo tanto do patrimônio construído como pelas memórias que as pessoas têm “(...) conferindo a um lugar o caráter memorável e específico ao qual o usuário pode vincular a si próprio, a seus pensamentos e sensações (...). Então, podemos celebrar as histórias das pessoas comuns em lugares comuns”. (LYNCH, 1975 in BANERJEE & SOUTWORTH, 1981, p. 630 e 633) Pois, o ambiente construído revela a presença de uma estrutura e o registro de significados existenciais: esses significados e estruturas são reflexos da compreensão humana a respeito do ambiente natural e de sua situação existencial em geral (NORBERG-SCHULZ, 1980, p. 50).

O capítulo seguinte irá abordar, fazendo uso das palavras de Lynch, “pessoas comuns em um lugar comum”. A Fenomenologia da percepção e a Geografia Cultural-Humanista nos dão permissão para tal abordagem. Serão reunidas narrativas orais e imagéticas que mencionam a relação de moradores alocados em duas pequenas cidades para com o rio que as separa. Percepção, lugar, paisagem e patrimônio guiarão a investigação acerca desta relação entre as pessoas e o meio ambiente em que estão inseridas e que lhes significa uma potencial dicotomia simbólica.

1 – Em todo momento de atividade mental, acontece em nós um duplo fenômeno de percepção: ao mesmo tempo em que temos consciência dum estado de alma, temos diante de nós, impressionando-nos os sentidos que estão virados para o exterior, uma paisagem qualquer, entendendo por paisagem, para conveniência de frases, tudo o que forma o mundo exterior num determinado momento da nossa percepção.

2 – Todo o estado de alma é uma paisagem. Isto é, todo o estado de alma é não só representável por uma paisagem, mas verdadeiramente uma paisagem. Há em nós um espaço interior onde a matéria da vida física se agita. Assim, uma tristeza é um lago morto dentro de nós, uma alegria um dia de sol no nosso espírito. E – mesmo que não se queira admitir que todo o estado de alma é uma paisagem – pode ao menos admitir-se que todo o estado de alma se pode representar por uma paisagem. Se eu disser “Há sol nos meus pensamentos” ninguém compreenderá que os meus pensamentos estão tristes.

2 – Assim, tendo nós, ao mesmo tempo, consciência do exterior e do nosso espírito, e sendo o nosso espírito uma paisagem, temos ao mesmo tempo consciência de duas paisagens. Ora, essas paisagens fundem-se, interpenetram-se, de modo que o nosso estado de alma, seja ele qual for, sofre um pouco da paisagem que estamos vendo e, também, a paisagem exterior sofre do nosso estado de alma. De maneira que a arte que queira representar bem uma realidade terá de a dar através de uma representação simultânea da paisagem interior e da paisagem exterior. Resulta que terá de tentar dar uma interseção de duas paisagens (...).

(PESSOA, 1998)

3 “O rio é meu e ninguém mexe!”: abordagem fenomenológica da percepção do rio Piratini vivido por narradores em Pedro Osório e Cerrito

Este tomo se detém a mencionar e descrever fenomenologicamente as representações do Rio Piratini no cotidiano dos moradores cerritenses e pedro-osorienses entrevistados e a interseccionar algumas de suas percepções que se manifestam nas interlocuções de dez entrevistas, antepostas por sua aplicabilidade à temática, realizadas pelo autor com sujeitos elegidos de acordo com as declarações de apropriação ao lugar e à identificação de algum elemento interacional com o objeto-sujeito, de forma dialética, correlacionando este substrato às noções teóricas de espaço e seus desdobramentos já indicados – lugar e paisagem – bem como suas bases conceituais, atreladas na fenomenologia .

O método fenomenológico²³ (enquanto método de pesquisa) é aqui concebido como uma descrição das coisas em seus aspectos formais e relacionais conforme se apresentam às consciências e – neste caso - transformadas em narrativas pelas ferramentas da linguagem e das imagens. Como já dito, a escolha metodológica poderia ser pautada em distintos vieses, que seriam elucidativos de sistemas ideológicos direcionados e determinantes, como esta também é, mas que, se faz menos pretenciosa que a maioria das outras que se dispõe, por não se propor a explicar as relações causais da realidade através da ciência da universalidade. Não significa, com isso, que seja um modo ingênuo de ver os acontecimentos fenomênicos que são evocados. Ao contrário, é proveniente de uma filosofia que se coloca subordinada a esses fenômenos e que entende que não pode dar conta dessa totalidade por um caminho explicativo.

Se adequa que reputemos como lídimas diegeses as narrativas mensuradas. Em conformidade, não se busca encontrar uma verdade ou outra através das memórias de vida, mas apenas descrever alguns dos eixos que as estruturam bem

²³ O método fenomenológico não é nem dedutivo e nem indutivo, não obstante, funda-se na descrição direta da experiência tal como ela é, todavia empregada na pesquisa qualitativa. O objeto dessa forma é sempre objeto – para – uma - consciência. Segundo Husserl, o método: (...) é precisamente próprio da filosofia, desde que remonte às suas origens extremas, o seu trabalho científico situar-se em esferas de intuição direta, e constitui o maior passo a dar pela nossa época, reconhecer-se que a intuição filosófica no sentido autêntico, a percepção fenomenológica do Ser, abre um campo imenso de trabalho e leva a uma ciência que, sem todos os métodos indiretamente simbolizantes e matematizantes, sem o aparelho das conclusões e provas, não deixa de chegar a amplas intelecções das mais rigorosas e decisivas para toda a filosofia ulterior (HUSSERL, 1965, p. 73).

como instituir a dimensão do imaginário nessas relações fenomênicas. É necessário, também, para legitimar o apanhado, que acatemos a história oral como coerente com as necessidades da pesquisa qualitativa que nos interessa, alicerçada nas chamadas ciências humanas, principalmente aquelas filiadas à interdisciplinaridade que são cada vez mais consoantes com as problemáticas que a contemporaneidade produz e atentas complexidade da trama das subjetividades dos variáveis sujeitos individuais e sociais envolvidos no sistema espaço-temporal. Sobre essa distinção da história oral contemporânea àquela mais tradicional, Michael Pollack, já falara no debate sobre Memória e Identidade:

É óbvio que a coleta de representações por meio da história oral, que é também história de vida, tornou-se claramente um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa. Por exemplo, hoje podemos abordar o problema da memória de modo muito diferente de como se fazia dez anos atrás. Temos novos instrumentos metodológicos, mas, sobretudo, temos novos campos (POLLAK, 1992, p.8).

O levantamento bibliográfico²⁴ conexo com o trabalho de campo é específico, pois não se pretende fazer um apanhado histórico das atividades alocadas no rio ou de sua importância política que dê conta de ser sumário e que seja levado à categoria de inventário. Muito aquém a isso, parte-se dos usos contemporâneos do rio e procura contextualizá-los para aludir a importância ambiental que o rio apresenta e o coeficiente simbólico que representa. Assim sendo, este ensaio não pode ser confundido com uma referência para qualquer um desses aspectos no que tange qualquer uma dessas disciplinas. Discorre, apenas, sobre questões que envolvem a ligação da identidade dos moradores de Pedro Osório e Cerrito observados (pelos fenômenos aparentes nas entrevistas) com sua proximidade ao Rio Piratini - e conjura essa relação de posição interpretada sobre uma possibilidade de ser vista as égides dos campos da Memória Social e do Patrimônio Cultural²⁵.

As onze entrevistas que compõe o acervo base e que estão reunidas em disco anexado neste trabalho, digitalizadas nos formatos.thm e .mp4, foram produzidas entre os anos de 2013 e 2015, nas cidades de Pedro Osório, Cerrito e

²⁴ O levantamento de caráter bibliográfico é feito através de produção científica concernente, sobretudo, na área da Geografia, através do texto "Inundações Urbanas nos municípios de Pedro Osório e Cerrito" (TELLES, 2002) que faz a identificação geomorfológica do rio e de seu entorno. Aquém, são extraídas informações dos textos "Pedro Osório Sim Senhor" (CALDAS, 1990) e "Rebelião das Águas" (VACARIA, 1960) no que diz respeito aos acontecimentos históricos das duas cidades.

²⁵ Para esta interpretação é dedicado o próximo capítulo que se aterá às Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural para com o Patrimônio Natural e Paisagístico em âmbito nacional e internacional por parte de seus órgãos reguladores – sobretudo, a UNESCO e o IPHAN

Pelotas²⁶. Destas, foram produzidos registros áudio-visuais de dez delas, sendo que um dos entrevistados permitiu apenas registro fotográfico. O material suprimido é tomado como suporte para a investigação não só pelo sua competência tecnológica, mas também pela sua eficiência como ferramenta para salvaguarda das memórias orais e daquilo que as transgrede enquanto faculdade discursiva. As manifestações corporais podem denotar uma relação de afeto ou o seu oposto tanto quanto a fala. Não obstante, ficam salvaguardadas as peculiaridades fenomênicas do cotidiano de alguns dos entrevistados, do próprio autor e do lugar.

Conquanto, a proposta de caracterizar um espaço geográfico - e as relações que imbricam de si para com aqueles que o habitam – através de narrativas, impõe-nos que estabeleçamos algumas distinções elementares, devido à dimensão da temática e a necessidade de que analisemos essas relações sobre um determinado ponto de vista. Para tal, dividimos a abordagem nos eixos que a própria pesquisa se divide. Analisar-se-á a aparição de discursos relativos a lugar, paisagem e patrimônio; concebendo cada um destes como ponto decantador das referidas percepções e das representações as quais essas produzem em múltiplos aspectos.

Em escrita monográfica, narrativa e descritiva - porque fenomenológica - se interpelarão questões históricas e morfológicas que se referem da bacia hidrográfica e aos municípios de Pedro Osório e Cerrito e à sua relevância para os relativos processos de formação territorial e social dos mesmos e onde se aportarão as atividades que foram ou estão sendo alocadas e que são materializadas pela ação humana nas margens do rio e que visibilizam as referidas apropriações simbólicas, através de levantamento bibliográfico e da exposição de registros imagéticos do autor e das referências utilizadas. Identificar-se-ão os sujeitos entrevistados, através de considerações extraídas das narrativas mencionadas, para orientar e situar os “lugares de fala” de cada narrador/narrativa. Em seguimento, se aduz à uma anamnese da imagem de ambivalência na atribuição simbólica do grupo citado para com o rio, através de decursos extraídos das narrativas e de representações fotográficas registrais e poético-ficcionais tomadas por narrativas imagéticas.

²⁶ O local de cada entrevista foi escolhido de acordo com a disposição de cada entrevistado. Alguns preferiram o Camping Municipal, outros suas residências, e, ainda, dois estabelecimentos comerciais: um estúdio fotográfico e um bar.

Os municípios de Pedro Osório²⁷ e Cerrito²⁸ estão situados na região sudoeste do Rio Grande do Sul e obtiveram sua formação étnica através da contribuição dos guaranis, charruas, minuanos, espanhóis, portugueses, africanos, alemães e italianos (TELLES, 2002). Comunidades que, por seus ascendentes históricos, mesclam características rurais e traços de urbanidade e que exprimem baixo desenvolvimento local²⁹, tiveram, em suas histórias recentes, suas atividades políticas, econômicas e recreativas embasadas, sobretudo, no uso do Rio Piratini - bacia hidrográfica que separa as duas localidades.

O primeiro registro histórico formalizado oficialmente de instalação humana na região se dá através da construção do Forte São Gonçalo, no ano de 1755. O Forte foi arguido na margem direita do Rio Piratini, próximo a sua foz. Pela localização deste, o atual município de Cerrito, a partir de 1769, serviu de base para guerrilhas contra os espanhóis que invadiam o Rio Grande de 1763 a 1777. Entre 1785-1816 é considerável para sua formação rural e urbana o acomodamento de famílias portuguesas nesta região. Em 1799 (CALDAS, 1990) a localidade passa a ser nomeada como Passo Maria Gomes, nome oriundo da filha do sesmeiro que mandara “abrir passagem” na vegetação costeira do rio para assistir á missas na Estância Santa Cruz, situada na outra margem, que por ora dava nome ao local (BENTO, 2010). Santa Cruz, por sua vez, foi renomeada de Paraíso, nome dado à outra Estância que agora tinha sede na região. Ivo Ribeiro deu lugar a Olimpo (em referência à antiga Estância Paraíso). A construção da Estação Cerrito,³⁰ inaugurada em 2 de abril de 1891, em decorrência da instalação da Estância Santa Isabel³¹ ao

²⁷ Localizado na latitude 31°51'51" sul e na longitude 52°49'24" oeste a 31 metros de altitude. Pela Lei 3,735, datada em 3 abril de 1959, fundado como município, com sedes nas localidades de Cerrito e Olimpo. Em 2015 registra população estimada em 8,011 habitantes distribuídos em uma área territorial que compreende 608.789 km².

²⁸ Localizado na latitude 31°51'23" sul e na longitude 52°48'46" oeste a 50 metros de altitude. Fundado como município em 28 de dezembro de 1995, através da Lei nº 10.656, tendo como origem Pedro Osório. Em 2015 registra população estimada em 6.481 habitantes distribuídos em uma área territorial que compreende 451.699 km².

²⁹ Pedro Osório e Cerrito geram, respectivamente, produtos internos brutos *percapita* estimados em R\$ 12.235,70 e R\$ 11.120,49 ao ano (IBGE, 2015).

³⁰ Estação Ferroviária construída desde 1884 com o nome de *Piratini*, construída pela *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company Limited*, (ESTAÇÃO... 2016) Hojealoca a Câmara Municipal de Cerrito

³¹ que atingiu razoável progresso durante quase 100 anos e contou com sede edificada com 300 aberturas, capela de 30m, senzala, olaria e cemitérios próprios. Além disso, estima-se que tenham circulado pela Estância cerca de três dezenas de escravos (BENTO, 2010).

Sul de Piratini depois de 1776, e a construção da Estação Maria Gomes³² para atender as necessidades do comércio local que se criara expansão do comércio que também explica as denominações atuais dos municípios que circundam a investigação decorrente.

No decorrer de sua construção histórica e social visível na estrutura terrestre, Podemos sobrepor três atividades econômicas com destaque na historicidade de Pedro Osório e Cerrito que usitaram das águas do rio Piratini: a agricultura³³, a pecuária³⁴ e a produção oleira³⁵.

A bacia do Rio Piratini, com 132 km de extensão total, é uma das bacias da Lagoa Mirim que de seus 62,250 km² tem 29,250 km² em território brasileiro e 33,000 km² em território uruguaio. Suas nascentes estão no município de Pinheiro Machado³⁶ e sua foz encontra-se no Canal São Gonçalo³⁷, conforme figura 1. Sua disposição espacial lembra um leque aberto para montante estreitando-se para jusante. No trecho entre Pedro Osório e Cerrito apresenta volume de água correspondente a 4871 km. Seus afluentes se distribuem e se unem, em ângulos de gradações variáveis em um padrão dendrítico³⁸. A maioria dos cursos que constituem a bacia é de pequeno porte, onde se destaca o Arroio Basílio³⁹ como seu principal tributário (TELLES, 2002). Sobre o prisma geológico, a maior parte do terreno da bacia do rio é formada por rochas metamórficas, gnaisses, migmatitos e granitoides. As litologias cristalinas e cristalofilinas conferem à área permeabilidade, que excepcionalmente mostra-se favorecida por ocorrências de lineamentos e falhamentos⁴⁰. Pela estrutura tectônica regional, a dissecação obedece às linhas

³² Com a abertura desta, construída em pela *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company Limited* ela tomou o nome da estação antiga, que passou a se chamar *Cerrito*, enquanto a nova era chamada de *Piratini* ou *Maria Gomes*. (ESTAÇÕES... 2016). Hoje aloca a *Prefeitura Municipal de Pedro Osório*.

³³ Em Pedro Osório, em 2014, último ano que o IBGE (2015) publicou os dados declarados, foram cultivadas: 7853 hectares de soja, 4154 hectares de arroz, 400 hectares de milho e 220 hectares de trigo. Em território cerritense, no mesmo período, foram plantadas e colhidas 4000 hectares de milho, 700 hectares de arroz e 200 hectares de soja.

³⁴ Segundo o IBGE (2015), existiam em Pedro Osório, 38.849 bovinos, 19.083 ovinos, 220 suínos e 388 vacas de ordenha. Em Cerrito, 30.589 bovinos, 3027 ovinos, 832 suínos e 3059 vacas ordenhadas. Parte-se destes dados para se excogitar as especificidades de cada cultura, mesmo que os números não apresentem precisão exata devido ao período que os abrange.

³⁵ Sobre a qual nos ateremos mas especificamente,

³⁶ Localizado em latitude 31°34'42" sul e em longitude 53°22'52" oeste.

³⁷ Via fluvial que faz a ligação entre a Lagoa Mirim e a Laguna dos Patos.

³⁸ Ver CHRISTOFELETTI, 1980.

³⁹ Situado na zona rural de Herval localizado na latitude 32°01'25" sul e a uma longitude 53°23'44" oeste.

⁴⁰ Ver JUSTUS, 1986 e ISAMOVIK, 1969.

estruturais, formando sulcos e vales profundos. Os solos rasos e em sua maioria pedregosos são classificados como litossolos e regossolos⁴¹.

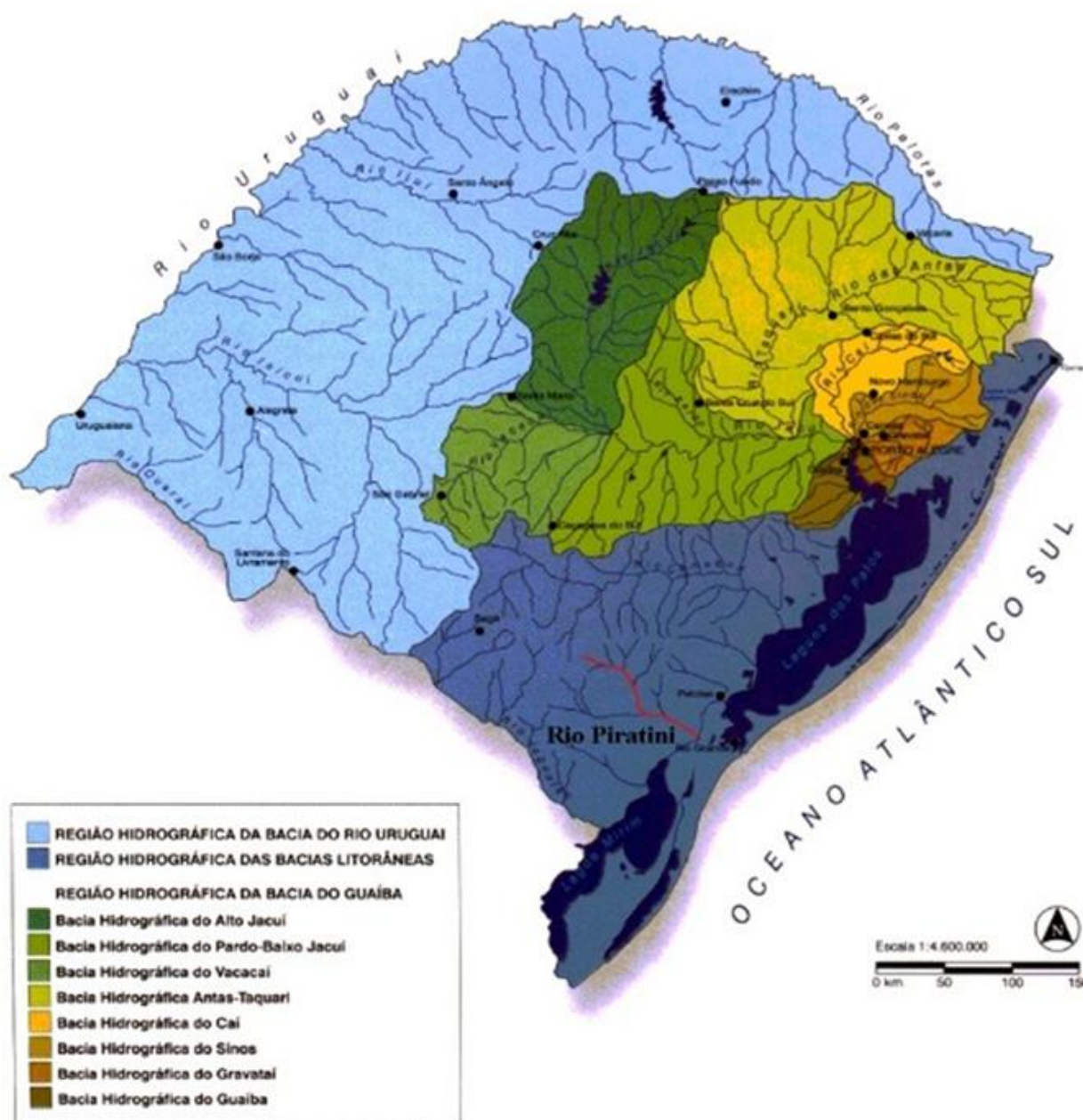


Figura 2: Mapa das Regiões e Bacias Hidrográficas do Rio Grnde do Sul - Detalhe em vermelho: Localização do Rio Piratini. (TELLES, 2002, p.19)

⁴¹ Ambos facilitam o escoamento superficial que leva a água aos canais e causa o assoreamento que diminui a área de seção do rio e a capacidade de escoamento e aumenta as áreas sujeitas a inundações (JUSTUS, 1986).

Por fatores geológicos, geomorfológicos e climáticos, já expostos, bem como pela contribuição da atividade humana nos processos de erosão e assoreamento do rio, ainda hoje os moradores de ambos os municípios, independentemente de seus caracteres etários, de gênero ou de classe, de alguma forma, sentem as consequências das inundações passadas e convivem com a possibilidade de novas ocorrências. Nos últimos três episódios, as águas tomaram conta de 80% do território de Pedro Osório e Cerrito e atingiram as estruturas físicas e psicológicas da população de forma geral. Devido a rapidez das inundações – pela pressão e o volume que a água atinge em poucas horas – poucos são os que conseguem “levantar” suas casas, como se referem os moradores ao ato de retirar os bens móveis do interior de suas residências e protegê-los da água nas casas das pessoas que moram afastadas do rio ou em alojamentos providenciados pela Prefeitura Municipal e pela Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul e organizados com apoio do Exército Nacional e de moradores voluntários. Muitas pessoas conseguem salvar somente a si e aos seus e algumas nem isso. Há registros de mortos nas enchentes de 1959 (3) e 1983 (1). Na tabela abaixo, reproduzida partir de Telles (2002), podemos conferir o nível da água nas últimas datações das ocorrências:

MARCAS HISTÓRICAS DAS ENCHENTES (EM M)		
ANO	PEDRO OSÓRIO	CERRITO
1959	27,92	27,14
1983	24,6	26,51
1992	28,62	28,38

Tabela 2: Marcas histórica das enchente (em metros). (TELLES, 2002, p. 44)

Em 1959, os prejuízos contabilizados pela prefeitura local atingiram 31.577.370,30 CR\$ sem somar as perdas na estrutura viária e na agropecuária. Pedro Osório ficou completamente isolado por dois dias. Todas as vias de acesso sofreram danos que impossibilitaram o trânsito. Um rádio amador foi o único meio de

contato com as autoridades responsáveis pelo socorro das populações, em Pelotas (BENTO, 2010). De acordo com o relato de Vacaria, que remonta o ambiente e confirma os dados:

Não tivemos tempo de fazer nada. Pouco tempo depois (do estrondo da rebentação da ponte) se ouviram gritos de socorro e tiros de revolver que não chegaram a ser abafados pelos ruídos das águas. Três pessoas morreram afogadas naquela noite e na madrugada de quinta-feira (...). Os prejuízos na lavoura e na pecuária são incalculáveis. Sobre árvores e mesmo sobre o aramado foram depositadas pelas correntes das águas espigas de arroz, enquanto animais mortos apodrecem ao longo da estrada. (VACARIA, 1960, p.10)



Figura 5: Fotografia da Enchente de Abril de 1959. (TELLES, 2002, p. 36)

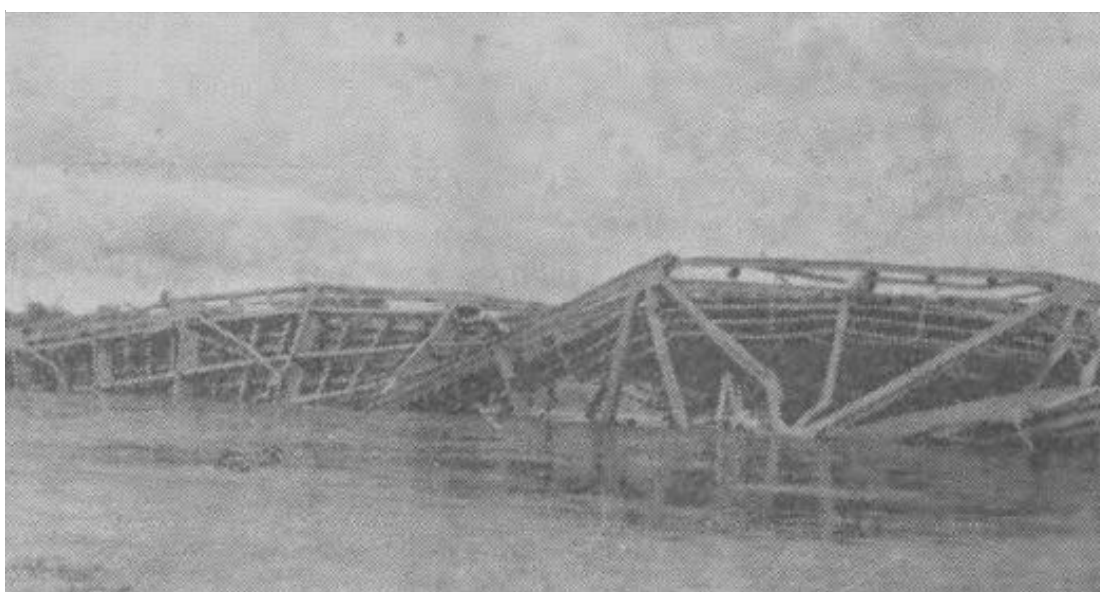


Figura 6. Fotografia da ponte de rodagem destruída pela enchente de Abril de 1959. (TELLES, 2002, p. 37)

A *figura 5* demonstra a proporção da inundação. Pode-se ver a Estação Maria Gomes ao fundo, precisando uma localização exata do ponto de vista do fotógrafo e de onde chegou a água. A foto foi feita da frente da *Pharmácia* do Sr. João Amélio Dias (VACARIA, 1960) (hoje endereçada na esquina das ruas José Bernabé de Souza e Maria Isabel, em Cerrito). A *imagem 2* apresenta os escombros da ponte de rodagem destruída pelas águas

Em 15 de fevereiro de 1983 numa sucessão de dias com precipitação média de chuvas de 185 mm, as águas entraram nas cidades mais uma vez. A ponte férrea que permitira o tráfego do trem pelo trajeto do rio (figurada na *imagem 3*) não aguentou a pressão das águas e sobraram para “contar a história” apenas seus pilares, tombados ao lado da ponte rodoviária. Outra vez, as duas margens do rio foram tomadas pela água que inundou as cidades e destruiu mais de 300 residências.

No ano de 1983, foram registrados 122 municípios atingidos por enchentes no estado do Rio Grande do Sul, num total de 155 ocorrências. Foram homologados decretos de Situação de Emergência em decorrência de enchentes em 100 municípios do estado. O primeiro desastre desencadeado por enchentes ocorreu no mês de fevereiro e atingiu, de forma mais grave, municípios situados nas porções oeste e sul do estado, banhados pelas bacias hidrográficas dos rios Piratini, Santa Maria e Ibirapuitã. Pedro Osório foi o município em que os danos foram mais significativos, com cerca de 4.000 pessoas desabrigadas pelo rio Piratini. Foram registradas vítimas fatais nos municípios de Bagé (3), Pelotas (1) e Pedro Osório (1). Bernadete Weber (Reckziegel, 2007, p. 128



Figura 7 Visão da ponte de rodagem e da ponte férrea antes de ser levada pela enchente.
Enchente de 1983. (TELLES, 2002, p. 41)

Pedro Osório – ainda Cerrito e Olimpo – se recuperavam de fortes secas que assolaram a região em 1989 e 1991. Os moradores que, nestes anos, sofreram com o racionamento de água, eram novamente marcados pelo excesso de chuvas que o rio não comportara e deixara 80% das cidades destruídas e 10 mil pessoas atingidas. A ponte rodoviária não resistiu e durante os próximos 8 anos o acesso de Pedro Osório e Cerrito entre uma cidade e outra se deu via um pontilhão de madeira construído pelo Exército Nacional. Em 13 de abril de 1992, na noite de segunda-feira, mais uma vez a estabilidade de Pedro Osório foi submersa pelas águas. O documentário “Pedro Osório: Uma cidade arrasada”, gravado desde o momento em que a cidade ainda estava inundada até aqueles em que tentava, lentamente, recuperar sua estrutura, mostra: escombros, silêncio, destruição e tristeza.

No documentário supracitado podemos ver pessoas lamentando as memórias levadas pelas águas bem como àquelas que elas deixaram. Moradores marcados pela lembrança “da água chegando em casa” ou “da casa caindo e (a água) levando tudo embora”. Ou, ainda, um homem que foi arrastado de dentro de casa e que ficou agarrado em uma árvore até que fosse salvo com “o corpo já frio”. “A cidade dividida depois da enchente” mostrava as casas, o comércio e as indústrias

totalmente destruídas. Os lojistas lamentavam, além da enchente, os saques – que não se restringiam ao comércio, mas que também assolava as residências. Os moradores também sofriam com a falta de mantimentos e a reclamavam da “exploração por parte daqueles comerciantes que conseguiram salvar parte de seus produtos”. Na Rua Onório Tavares de Souza, a mais atingida, não sobraram casas. A paisagem estava completamente transfigurada. As estradas interrompidas. A agricultura devastada – visto o período de colheita do tipo de cultura predominante. Restos de lixo e animais mortos amontoados pela zona urbana, Os hospitais lotados pelo risco de epidemia. “Eu quero reconstruir longe desse terror” diz Flávio D’Ávila quando entrevistado pela equipe da RBSTV, que realizava a reportagem audiovisual (RBS, 1992).

Em escolas e ginásios foram improvisados alojamentos para os desabrigados. Famílias inteiras se organizavam de maneira precária. Em um dos ginásios, com 16 famílias abrigadas, apenas 2 banheiros. Carla Campos de Souza, doméstica, diz que não há como tomar banho no local. E que a higiene pessoal se restringe à *meia-sola*. Maria Tereza Cardoso, que teve a casa destelhada, acompanhada do marido e dos 7 filhos, diz: “tamo se abrigando por aqui”. Ordina Richel Teixeira, que carregava consigo os 5 filhos, dobrando algumas roupas ainda molhadas, declara: “só tenho vontade de chorar. (RBSTV, 1992). De encontro às destruições, também novas relações sociais se criavam. A Igreja Luterana, por exemplo, serviu de centro de armazenamento e distribuição de alimentos, móveis e colchões. A Igreja Católica fez a organização e a distribuição das roupas que eram doadas aos flagelados. Valdir Klasener, pastor luterano, diz que nunca as igrejas pareceram tanto com igrejas. O Exército Nacional preparava 5000 refeições por dia para atender as necessidades básicas da população e distribuía água potável. Foram criadas diversas redes de voluntários de diferentes seguimentos da sociedade que também criaram novas relações entre os moradores.

. Diretamente, são aludidas as narrativas dos depoentes, mas em seus recortes estarão presentes também memórias de outros colaboradores, que não foram entrevistados mas que coparticiparam com a pesquisa de forma espontânea. Bem como, devemos salientar, sempre existe um limite entre o dizível e o indizível para cada narrador. Tomar as entrevistas como diegeses significa isso: que se

observe que cada narrativa tem uma realidade própria de si e que nem sempre haverá inferências entre as histórias subjetivas e objetiva.

Ao encontro do que alude-se, a dialética da memória que nos aponta Joel Candau ao dizer que “ao mesmo tempo em que nos molda é por nós moldado” pode ser correlacionada com a incisão de Merleau-Ponty que nos diz que ato memorial se dá numa relação de alteridade de tempos⁴²: não se pode recordar um acontecimento sem incorporar nele o futuro desse passado. Na acepção de Candau a memória é uma faculdade, enquanto a identidade é um estado. Subdivide a primeira em três tipos: protomemória, memória e metamemória⁴³.

Joel Candau também aponta a aceleração inaudita da expansão da busca memorial na contemporaneidade, que apresenta uma produção profusa de informações, traços e imagens – ocasionando uma densificação da memória icônica e uma dificuldade em seu desenvolvimento semântico dada pela proliferação de signos memoriais evocados para fixar o passado, figurados de transmissores de uma maneira de estar no mundo.

Parada⁴⁴ (2013) considera a enchente “uma revolta” do rio, que agredido, “se rebela” contra a atividade humana. Diz que, nas três enchentes que vivenciou, observou que “o rio nivelou as pessoas”, unindo-as em uma linha horizontal – se referindo à solidariedade entre as pessoas que estavam sob as mesmas condições estruturais. Madruga⁴⁵ (2014) faz referência ao como “vai tudo por água abaixo” com as cheias, mas entende que é “o rio voltando ao seu lugar de origem”. Menaré⁴⁶ (2014) considera que “parece uma traição! Como que o rio pode fazer isso com a gente?” e continua: “aquilo tu levas pro resto da vida. Começa a chover e dá medo...”

⁴² Esta correlação se faz pertinente pela reflexão da temporalidade da memória se dar desde os primórdios da filosofia clássica (quando Platão pensava que a memória era uma representação presente de uma coisa ausente e Aristóteles que dizia que a mesma era uma substância proveniente do passado) e por ainda ser posta em voga pela filosofia contemporânea vista a complexidade de uma resposta conclusiva.

⁴³ Esta pesquisa se restringe a discorrer, sobretudo, na perspectiva da segunda tipologia da ramificação de Candau, por ser relativa à facticidade e ao ethos cotidiano dos indivíduos. Mas isso não quer dizer, que um trabalho semelhante, não pudesse dar conta de abarcar também esses aspectos relacionais – da primeira, (mais elementar, corpórea) e da última, que seria uma memória da própria memória (síntese de cada um destes sujeitos sobre suas próprias memórias).

⁴⁴ Entrevistado. José Fernando Parada, 60 anos, aposentado, atuante na política local, tem eu sua hereditariedade a ligação com o rio: seu bisavô era o balseiro responsável pelo transporte de uma margem à outra. Além disso, apresenta alto grau de conhecimento morfológico do rio. Presenciou as três últimas enchentes.

⁴⁵ Entrevistada. Liane Viana Madruga é professora de Letras, moradora de Pedro Osório, impactada diretamente com as duas últimas cheias.

⁴⁶ Entrevistada. Eunice Velar Menaré, 42 anos, fotógrafa, moradora de Cerrito e frequentadora do local.

coisas que marcam a gente pra sempre"! Fernandes⁴⁷ (2015), ao encontro de Parada, diz que o rio "se defende" e Rosa⁴⁸ (2014) e Meireles⁴⁹ (2014) fazem referências às mortes ocasionadas pelas inundações. D'Oliveira⁵⁰ conta que não acreditou quando viu na televisão, em São Paulo, o que estava acontecendo em Pedro Osório. Madruga (2014), ainda reflete: "a gente tem um pouco de medo (que o rio "suba"), mas a beleza do lugar supera".

Para falar do lugar, PARADA (2013), diz: "um rio que corta uma cidade é uma benção" e completa: "a relação vai além das enchentes" - "o rio nos dá o peixe, nos proporciona momentos de lazer". Cita, ainda, a necessidade vital da água que as pessoas têm – e esboça como urbanismo das duas cidades é determinado pelo rio. Das atividades locadas no rio, visa: a pesca, o tráfego de embarcações leves, o camping e a balneabilidade, "o churrasco perto das árvores". "Mas o rio tá doente", diz, da sala de sua casa, demonstrando não só o conhecimento da área, sobretudo aéreo, por atividades já desenvolvidas, mas, igualmente, a preocupação ambiental que tem para com o E aponta: a necessidade de regulação da extração do minério e os problemas das comunidades com as mineradoras, que "cortam árvores e fizeram uma estrada dentro do rio". "Não nos preocupamos mais com enchentes, queremos que o rio melhore"!

Sobre a mesma temática, ao ser entrevistada, sentada sobre a grama do camping municipal, à margem do Rio Piratini, (GOMES, 2013) constata que "o rio faz parte da história da cidade e da história das pessoas também"! "O lugar é um símbolo da cidade". "As pessoas costumam vir aqui no verão e no inverno". Sobre a possibilidade das enchentes, diz: "As pessoas não fogem do rio, o pessoal já se acostumou a juntar as coisas". Em declaração de sentimento de pertencimento ao lugar, diz: "as pessoas deviam cuidar mais do rio". RODRIGUES, (2013), na mesma grama, compondo uma paisagem semelhante, dividindo com o entrevistador suas percepções e o chimarrão, diz: "tenho um elo forte com este lugar. Gosto de vir

⁴⁷ Entrevistado. Pablo Halfen Fernandes, ao conceder a entrevista, atuava como Diretor de Turismo, Cultura e Desporto de Pedro Osório e é Coordenador da Defesa Civil da Cidade, amante do rio, em suas palavras, tem 36 anos de Rio Piratini.

⁴⁸ Entrevistada. Aniele MEIRELES da Rosa é artista e professora de Artes Visuais, 30 anos, moradora de Pedro Osório e frequentadora do local.

⁴⁹ Nauita MEIRELES Meireles é artista, professora de Artes Visuais, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Artes visuais e idealizadora do Centro Compacto de Devaneio, 24 anos. Juntas, idealizam o projeto Paisagem Líquida.

⁵⁰ Entrevistada. Auta Inês Lucas D'Oliveira é arte educadora, nas suas palavras, "com a cabeça no mundo", nascida e moradora de Pedro Osório.

aqui, trazer meu irmão, tirar foto...” (este lugar) “está associado ao lazer e à sociabilidade das pessoas”. Comenta também que tem relações afetivas ancoradas no lugar e menciona: no verão, “enche”! “Mas não é só de gente pra tomar banho.”...

MADRUGA, (2014) em continuidade, fala das sensações que têm no lugar, propícias, segundo ela, tanto para a reclusão individual como para a sociabilidade. Também cita a funcionalidade do rio e a influência disto no processo de urbanização. Preocupada com a preservação do ambiente, cita o lixo, o esgoto e a extração mineral como “absurdos”. MENARÉ (2014), também vê a necessidade de “cuidado” para com o lugar, que ambas frequentam no verão e no inverno. Fotógrafa, conta que quando contratada pra registrar o desenvolvimento de uma das mineradoras, não acreditou quando chegou na “Orqueta⁵¹” e diz, emocionada: “deu vontade de chorar”! Vê como relevante na sua concepção do lugar o impacto estético e social das enchentes.

(ROSA, 2014) salienta a dicotomia que envolve o lugar: “É uma coisa boa em certos momentos, dá medo em outros, é um perigo iminente”. . (MEIRELES, 2014) trata o rio como signo, símbolo. Ambas, demonstram uma visão particular do espaço. Apontam seus pontos de localização prediletos: perto da Santa⁵², a ponte⁵³, e a no Tio Marajá⁵⁴. E dizem que o lugar é um dos principais suportes para as instalações do Paisagem Líquida por que é um lugar “familiar” para nós! D’OLIVEIRA, (2015) concebe o rio sendo “o que nos banha, nos alimenta, que nos dá alegria e nos dá tristeza...”. “O rio poderia ser motivo pra gente ficar amargo, mas a nossa luta é não amargar!” Denotando sua preocupação ambiental, frisa os danos graves que a extração mineral pode causar para o lugar. Ambas demonstram sentimentos afetivos e relações simbólicas construídas com o rio.

SÓRIA (2015), no interior de sua oficina, dividido entre a lida diária e a entrevista diz: “Moro aqui por que preciso”. “Eu não tenho como sair daqui”. Demonstra preocupação ambiental em diversos níveis: desde a drenagem de água para as lavouras até às mazelas provocadas pela transformação da estrutura das

⁵¹ Como é conhecido o balneário onde “se encontram” os Rios Piratini e Santa Maria. Segundo D’Oliveira (2015), o nome é dado por significar forquilha na língua espanhola.

⁵² Santuário que abriga a santa católica Nossa Senhora Aparecida, ao lado da cabeceira da Ponte Rodoviária. O local apresenta um dos mais frequentados arvoredos, pela qualidade da sombra que proporciona.

⁵³ Rodoviária. Assim que a maioria dos moradores se refere. A Ferroviária, é popularmente chamada de A ponte do Trem.

⁵⁴ Como Rosa se refere às ruínas casa que fica nas proximidades da Ponte Ferroviária.

estradas para o transporte da areia. Na mesma perspectiva, diz: “temos que corrigir os problemas dos aterros”. Questionado do sentimento perante a iminência das enchentes, por morar durante tanto tempo tão perto da água, explica como se dá o procedimento que já é de praxe: “Levo as coisas lá pra cima, fico esperando e depois volto”. Já “levantou” tudo 6 vezes. Ainda assim, tem uma significação positiva do lugar, que pode ser visto quando diz “essa água ajuda muito” (referindo--se à economia, sobretudo à agricultura e ao camping, no verão). E completa, “é um lugar calmo”.

“O rio me traz a água, a sombra... às vezes ele me traz a intranquilidade, mas isso é irrelevante perto da paz que ele me dá”. Apesar “de tudo, ele nos faz bem”, diz FERNANDES, (2015) que explica relação entre as pessoas e o lugar como “uma troca: o rio te dá energia e tu dá energia pro rio indo pra lá”. Salienta seu sentimento de apropriação do camping narrando que “acampava desde não tinha energia elétrica e hoje em dia, passo até 40 dias do verão acampado”. E declara: “Pedro Osório e Cerrito é uma coisa só e a tratativa do rio é a mesma”: “O rio separa e une”. Fala que “lugares lindos existem vários. Lugares lindos com essas pontes, só em Pedro Osório!” A figura 8 retrata banhistas no Camping Municipal, à beira da ponte rodoviária.



Figura 8. Banhistas no Rio Piratini. Fonte: pedrosorio.net - email

AIRES (2015) demonstra densa afeição com o rio enquanto lugar. Atribui a relação de contemplação à infância, quando ia com a mãe, lavadeira, que tinha no rio também o suporte do seu sustento. Fotografa os elementos biológicos do lugar com a finalidade de conscientizar as populações sobre a complexidade do sistema e da beleza que tem. Pelo trabalho de campo, adquiriu e demonstra conhecimento morfológico do lugar. Por entender as questões políticas que envolvem a extração mineral, não se dispõe a expor sua opinião. Faz diversos usos lugar: como suporte fotográfico, como objeto para seus estudos e como elemento de valoração ontológica. Associa o rio à memória da mãe. WIETH (2015), menciona a periculosidade da extração mineral e salienta que tem relação de pertencimento para com o lugar, cita a potencial ambiência para a produção fotográfica e comenta sobre a curiosidade que tem para com as texturas do ambiente - tema de um de seus trabalhos.

“O rio é a nossa paisagem” (D’OLIVEIRA, 2015). Em sintonia, RODRIGUES, (2013) fala sobre o imaginário da paisagem. E sobre a representação que a imagem do conjunto paisagístico tem para os moradores de Pedro Osório e Cerrito. Vê o medo sobreposto por essa significação. Entre um mate e outro, se identifica como elemento componente e ativo neste processo: fala sobre “riscar na ponte”. WIETH (2015) considera a paisagem esteticamente favorável para a contemplação da natureza: a composição, o horizonte. Mas também apresenta valorações que envolvem a subjetividade. Caracteriza a fotografia como possibilidade de compreensão estética da paisagem e aponta a predileção subjetiva pela Ponte do Trem. GOMES, (2013) também cita a possibilidade de contemplação, mas diz que em sua subjetividade, este tipo de uso do lugar se dá principalmente no inverno. “O rio tem vista”, completa. Constata a manifestação da eloquência da paisagem pelo hábito dos moradores de registrá-la através da fotografia. Fala da culturalidade da paisagem e diz: e é “um símbolo da cidade”.

MENARÉ (2014) fala da polivalência da paisagem: inverno, verão, dia, noite. E afirma a percepção de GOMES, (2014) de que esta “faz parte da cultura do povo!” E relaciona a preservação da paisagem com uma possível salva-guarda patrimonial. MADRUGA (2014) narra as memórias da transformação da paisagem

através da lembrança do estado da vegetação ao longo da vida. Se incorpora nessa paisagem enquanto elemento. Relata a paisagem da enchente: “1,90m de água dentro de casa, em 1992” e comenta sobre o barulho da eclosão da ponte – a paisagem sonora. Cita o “Terra e Cor” e os festivais de Rock no camping como elementos que compõe seu imaginário.

SÓRIA (2015) se refere à paisagem em sua dimensão morfológica. Mas Atribui “energia à paisagem”, quando diz que “é calma”. (MEIRELES, 2014) diz que “a artista também é a paisagem”. Conta que, pelas instalações do projeto, diversas vezes, já “deslocamos nossos móveis pro rio” pra simular essa liquidez, essa fluidez, este movimento – que faz a paisagem estar em constante transformação. Nesse mesmo viés, vê as ruínas como “fragmentos de uma história”. ROSA (2014) visa a preservação da paisagem – e a não interferência– de nenhuma forma. Para ela, as ruínas: “um passado que não vivenciei e que tá ali”.

FERNANDES (2015) se vê como elemento componente da paisagem e à associa a sentimentos dicotômicos. Diz que costuma fazer uso da fotografia como forma de registro e reafirma o afeto pelo camping municipal. Declara predileção estética pela ponte do trem e diz que o lugar e as atividades que ele abriga formam uma paisagem cultural. AIRES, (2015) como fotógrafo, entende as diversas maneiras que podemos compreender a paisagem, mas mostra uma predileção pela paisagem natural e pelas características típicas que do bioma, principalmente, aquelas que sofrem risco de extinção. PARADA (2013) ressalta a presença da mata ciliar e reforça sua preocupação com o assoreamento do rio, que também tem suas imbricações estéticas. Diz: “acabaram com o barro, criaram crateras, invadiram o rio”. Relaciona a paisagem morfológica e a atividade humana na natureza e diz que “a ponte foi um presente pra nossa cidade, nunca imaginei que fôssemos ter outra ponte desse porte”.

A opulência das pontes irá ditar, de certa forma, a relação que os seus transeuntes têm com elas. Podemos observar isso através da diferença dos discursos que se produziram sobre o pontilhão de madeira erguido em 1992 que são infirmadas pela construção da ponte de concreto no ano de 2000. Também são recorrentes os relatos que fazem menção as pontes derrubadas pelas enchentes de 1983 e 1992 como objetos que marcaram a história e que servem de pontos de referência no eixo espaço-temporal. A memória se enraíza no espaço, no objeto. A

história só se liga a continuidades temporais. Ainda hoje podemos conferir as ruínas dos pilares de duas dessas pontes, que são mantidas em sua posição original e que, para qualquer pessoa que tenha vivido ali, são monumentos que simbolizam a perda e a reconstrução. Estes monumentos, de certa forma, se integram a paisagem e podem tomados como lugares da memória tanto quanto a Natureza em si. Este complexo paisagístico é composto por uma variedade de camadas subjacentes que podem ser vistas e investigadas de distintas maneiras. Nossa pesquisa, irá, por enquanto, apenas conceber esta possibilidade e aludir essas distintas percepções destas distintas camadas, que evidenciam que a relação entre homem e rio se estreita de acordo com sua sinergia. Nas *figuras 9 e 10*, fotografias das atuais pontes rodoviária e ferroviária, respectivamente.



Figura 9. Ponte Rodoviária. Acervo de Rodrigo Belasquem, 2015



Figura 10 - Ponte Ferroviária - Acervo do Autor, 2013

A “ponte do trem” como é denominada por grande parte dos entrevistados é também vista como um objeto ambivalente. “Eu tenho medo” diz ROSA, (2015). “Passei muitas vezes por ali enquanto a (ponte) rodoviária estava submersa” diz outra. Também não é raro observarmos o uso da cabeceira da ponte como espaço de interação e contemplação da paisagem. Bem como, se apresentam como um ícone para aqueles que já não mais habitam suas margens e a guardam em seus imaginários. Para uma parte significativa dos moradores entrevistados, as duas pontes compõe a paisagem como importantes representações da trajetória histórica do lugar como um todo.

Bem como, estão inseridas neste conjunto, as ruínas das pontes que foram tombadas pela força das águas em 1983 e 1992 que ainda se mantêm visíveis ao lado da construção inaugurada em 2000. Sobre a percepção destas ruínas por parte dos que ali habitam e transitam, podemos tomar também como uma narrativa representacional a canção “Ruínas de Pedra⁵⁵”, vencedora do I Terra & Cor da Canção Nativa⁵⁶, composta por Marcelo Coelho e apresentada em 1987. “Foi mistério das águas o penar do meu povo, que mantiveram esses vultos inertes para um sonho novo”. Aqui podemos observar a atribuição simbólica conferida ao rio, tratado, por ora, como uma entidade capaz de propiciar este “mistério”. “As ruínas de pedra são sustos na noite, beleza nas águas do Piratini”. E mesmo não tendo mais seu valor funcional, o autor expressa que as pilastras adquirem um valor estético. “As ruínas de pedra são vultos na era que contam a história recente das pontes que irmanam Cerrito e Olimpo, travessia do tempo, passado e presente”. “As ruínas de pedra que inspiram meu canto conhecem a fúria do Rio e um dia, quem sabe, acalmem esse medo dos ventos, da chuva, das águas no cio”.

⁵⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dIK_64n_1uQ

⁵⁶ O *Terra e Cor da Canção Nativa* é um festival de música tradicionalista, que teve sua primeira edição em 1987 e desde então se consolida como um tradicional evento cultural em Pedro Osório. Dentre as diversas manifestações artísticas que o festival envolve, os acampamentos no camping são pontualmente memorados. Além disso, nas identidades visuais do festival, a paisagem do rio é diversas vezes impressa.



Figura 11: Obsolência x Modernidade. Fonte: Acervo do autor, 2014

A ponte de concreto manifesta também, de certa forma, o sincretismo religioso em que as comunidades estão entrepostas. Na cabeceira que está situada em Pedro Osório, pode ser vista uma gruta que abriga a Santa Católica Nossa Senhora Aparecida. Um grupo de fiéis se responsabiliza pela manutenção do local e ali alocam novenas e orações. A imagem está guardada em um ponto elevado que é cuidadosamente preservado. Na cabeceira localizada no município de Cerrito, encontra-se reproduzida Iemanjá, a rainha do mar da mitologia ioruba sacralizada no Brasil pelo candomblé e a umbanda. Tradicionalmente, no dia 02 de fevereiro, ambas as religiões costumam saudar a entidade diante de sua imagem (Nossa Senhora dos Navegantes – para os católicos).

Flores, doces e bebidas (dentre diversos objetos) são oferecidos com o intuito de agradecer as graças alcançadas e também para adjuar novos pedidos. Orixá de águas doces e salgadas, no final das celebrações - que se estendem por toda a madrugada – Iemanjá tem suas oferendas recolhidas pelos filhos e pais de santo e depositadas nas águas correntes, o que elucida a relação que o grupo tem tanto quanto para com a entidade quanto para com o rio. Sobre este eixo abordado e para que se faça a devida introdução ao próximo, se faz conveniente o seguinte excerto:

“Os objetos que se encontram em lugares dedicados ao culto, e em particular as imagens - pintadas ou esculpidas - dos deuses ou dos santos, desempenham o mesmo papel: com efeito, representam seres normalmente invisíveis, que vivem para além da fronteira que separa o profano do sagrado;” (...) “É a linguagem que engendra o invisível. Fá-lo porque permite aos indivíduos comunicarem reciprocamente os seus fantasmas, e transformar assim num facto social a íntima convicção de ter tido um contato com algo que jamais se encontra no campo do visível. (...) Sobretudo, a linguagem permite falar dos mortos como se estivessem vivos, dos acontecimentos passados como se fossem presentes, do longínquo como se fosse próximo, e do escondido como se fosse manifesto” (POMIAN. p. 64,1984)

Nota-se através de manifestações cíclicas e frequentemente regulares que expressam a atribuição de espiritualidade ao lugar. Além das festas de Iemanjá e das reuniões no Santuário Nossa Senhora Aparecida, o rio Aloca batizados, oferendas e rituais. Dessarte é rotineiro que as pessoas atribuam valores metafísicos ao espaço. Essa atribuição de poderes metafísicos aos rios pode ser observada como recorrentes na história da humanidade.



Figura 12 - Flores para Iemanjá - 02/02/2015 - acervo do autor.

Pela atividade humana, sobretudo, aquelas que têm seus interesses fundados no comércio, a paisagem é impactada no decorrer de sua historicidade e apresenta camadas subjacentes desses impactos que são visíveis e outras que são invisíveis. Nas proximidades do rio Piratini que estão situadas na zona urbana – mesmo que com traços de ruralidade - de Pedro Osório e Cerrito, duas se sobrepõem: as olarias e as mineradoras. As *figuras 13, 14, 15* registram tais manifestações Na paisagem. No que tange a produção oleira, a maior parte das olarias, historicamente, se instala nas proximidades do rio, utilizando métodos de produção rudimentares que visivelmente agredem a bacia, deixando marcas ocasionadas pela extração da argila. A degradação da mata ciliar (devido à utilização da madeira como combustível para as fornalhas) foi amenizada pelas providências legais do IBAMA nos anos 80, o que não quer dizer que as técnicas dos oleiros estejam totalmente de acordo com as exigências do órgão responsável. Sobram alguns resquícios, visto a destruição das ocasionada pelas inundações. Já a extração mineral, um fenômeno recente, funciona permanentemente, estando regularizada ou não. A *figura 16* mostra o maquinário de uma mineradora funcionando em uma área proibida.



Figura 13. Forno de Olaria. Fonte Acervo do autor.



Figura 15. Sinalização de uma das mineradoras. Fonte Acervo do autor.



Figura 14. Barro e Silêncio. .Fonte Acervo do autor.



Figura 16. Atuação ilegal das mineradoras..Fonte: pedroosorio.net -email

“Desde antes de eu nascer, o rio é importante pra mim. Meu pai morreu quando eu tinha 2 anos. Ele sonhava em plantar uma quinta de laranjeiras na beira do rio e colher laranjas de barco. Mesmo isso não tendo acontecido, essa é a imagem que guardo do meu pai”. “O passado, ele está presente”. (D’OLIVEIRA, 2015)

GOMES⁵⁷, (2013) RODRIGUES⁵⁸, (2013), MEIRELES, (2014), FERNANDES, (2015) MENARÉ (2014) e PARADA (2013) declaram considerarem o Rio Piratini um patrimônio natural e cultural de/para Pedro Osório e Cerrito. MADRUGA (2014), AIRES⁵⁹, (2015) e SÓRIA⁶⁰ (2015) evidenciam que concebem o bem como Patrimônio Natural. WIETH (2015), SÓRIA (2015) e (ROSA, 2014) não deixam claras suas opiniões, mas demonstram compreenderem a necessidade de preservação do lugar e da paisagem por seus aspectos naturais e sociais.

PARADA (2013) ao dizer “começamos a pensar no futuro” deixa evidente o interesse pelo “que fazer?” e denota a apropriação do lugar com um vínculo de propriedade e responsabilidade. Mas clarifica também que está em curso um processo de regulamentação da atividade humana pela demanda social que eleva a problemática às instâncias jurídico-institucionalizadas e hora ou outra tem êxito: como nos casos de readequação das atividades das mineradoras impostas pela Petran e Fepan. Num aspecto que tange os sentimentos que envolvem patrimônio familiar, diz: “Somos nativos (a família) e os primeiros (a chegar)”, fazendo com que se note um sentimento de apropriação dos mais elevados entre os observados. Quando diz que o rio é “uma benção” tipifica o bem no aspecto natural. Já quando diz “o amor ao rio pode ser visto na arte, na música e nas atitudes” ou “as pontes unem os homens, as cidades, as comunidades” qualifica a culturalidade do processo.

“Ninguém mexe no meu rio!”, é como GOMES, (2013) sintetiza o sentimento daqueles que articulavam os protestos pela erradicação da extração mineral. Em decorrência, menciona o caso do Tombamento do Arroio Pelotas e questiona por que não aplicar o instrumento de preservação também ao Rio Piratini. RODRIGUES, (2013) também cita o protagonismo comunitário pela preservação do rio. MENARÉ

⁵⁷ Yasmin Velar Gomes, 23 anos, arquiteta e urbanista. Frequentadora do local.

⁵⁸ Anderson Nunes Rodrigues, professor de História, natural de Pinheiro Machado, morador de Pedro Osório, frequentador do local

⁵⁹ Carlos Aires, funcionário público, fotógrafo, nascido e morador de Cerrito.

⁶⁰ Air Sória, morador das margens do rio há quarenta anos que atualmente faz a medição diária do nível pluviométrico.

(2014) diz que “Preservar o rio é também preservar as memórias que o rio guarda”. E que um possível tombamento serviria para que fosse fomentada uma conscientização ecológica e ajudaria a regular a privatização da extração mineral e do cuidado áreas próximas ao rio – que mesmo públicas – são cercadas e usadas para fins privados.

Em retorno àqueles que embasam nossa discussão teoricamente: Relph identifica pelo menos três componentes do nosso envolvimento com os lugares: a configuração física, as atividades e os significados (RELPH, 1976, p.47). Assim ele propõe os conceitos de insideness⁶¹ e outsideness exterioridade⁶², que são advérbios de modo de estar dentro ou de estar fora dos lugares, que estão ligados à identidade. Para o geógrafo esta é a essência da experiência dos lugares. Também questiona a autenticidade na construção dos lugares, vista a identidade é compreendida como diferenciando os lugares, de um lado, e dando-lhes unidade interna, de outro (MARANDOLA JR, 2010). Além disso, concebe que a associação entre a existência e a identidade pessoal está amarrada ao senso de lugar e à sua constituição (RELPH, 1976, p.62).

Para abordar o caráter de autenticidade dos lugares, Relph remete-se à filosofia e encontra base ontológica na obra heideggeriana. Usa o conceito de *Dasein*⁶³, o qual reconhece a liberdade e a responsabilidade do homem sobre sua própria existência. “It is held that a man’s possibilities are his own, for he is directly present to the world, and in authentic existence a person lives his or her life in full awareness of this basic and inescapable relationship.” (RELPH, 1976, p.64).

Referências à estrutura física, à história da formação das cidades – e do entendimento do desenvolvimento urbano influenciado pelo rio e da paisagem do rio influenciada pelo desenvolvimento urbano, mostram que além de relações de afeto, diversos dos narradores têm relações com o lugar que beiram o conhecimento científico: conhecimento morfológico, geológico, da fauna, da flora, das atividades econômicas que dão manutenção ao sistema e igualmente àquelas que impactam o rio de forma negativa - a agricultura, o desmatamento, a extração mineral e a cultura oleira são as mais citadas, mas não são as únicas que aparecem nos depoimentos.

⁶¹ interioridade

⁶² exterioridade

⁶³ O *Dasein*, para Heidegger, expressa a relação do homem com o ser, onde ele se encontra “à soleira”, zelando, cuidando. *Dasein*, ser-aí, ou pre-sença, refere-se à forma de ser do homem, que é circunstancial (MARANDOLA JR, 2010).

Se os lugares modificam as pessoas e as pessoas modificam os lugares (TUAN,1980), as pessoas modificam também o modo como entendem cada lugar. As relações de afeto, que inegavelmente se sobressaem entre a amostragem da pesquisa, estão em sua maioria atreladas ao medo do poder de destruição do rio. A noção do rio enquanto paisagem é tanto quanto fluida. Essa fluidez, por si, forma uma memória imagética que pode ser conferida na arte local: na pintura, na música, na fotografia, na construção de uma nova paisagem na paisagem. Há uma naturalização dos elementos culturais, especialmente nas pontes e nos trilhos do trem, que, une o espaço, a cultura humana, as cidades e os moradores nessa dicotomia rural/urbano e obsoleto/atual que envolve todos os elementos estudados e suas formas de compreender os fenômenos do mundo.

Ou seja, identificam-se aqui, os elementos constituintes dessas relações caracterizadas, na tabela 1 (p.36) como relações de *interioridade existencial* com o lugar e, logo adiante, pode ser assinalada a tipicidade de autenticidade do lugar, nos termos de Relph, que prevê a configuração física, as atividades e os significados emaranhados no envolvimento mais profundo com o lugar experienciado.

Na ideia de espaço manifesta pelos narradores, uma construção ontológica que demonstra a potência instável da physis para com a elementaridade humana, sendo a primeira, evidentemente, concebida como mais forte que a outra. O rio representa um sujeito, que, no imaginário comum, é autônomo e possui a capacidade de se rebelar contra as atividades daqueles que o agrirem. Todavia, nesse mesmo sentido, há um sentimento, por parte dos narradores, de que há uma relação de reciprocidade entre os elementos, como que um “dar-receber-retribuir” que se materializa no cotidiano destes e do rio. Um rio que nos banha, nos alimenta, nos dá a alegria e a tristeza, como diz D’Oliveira. Ou, como diz Menaré, que “parece uma traição quando o rio sobe!” como que se o rio também tivesse “responsabilidade” com as pessoas e não apenas as pessoas fossem responsáveis pelos cuidados do rio que tanto salienta. O rio físico. O rio cultural. O rio simbólico.

Nas entrevistas estão recorrentemente presentes discursos preservacionistas, que são manifestos de diferentes formas. Em sua maioria abordam questões ambientais, principalmente as que se relacionam com a preservação e a salvaguarda ambiental, que se diferem pela perspectiva que são vistas. Pelos afetos dedicados ao lugar, pela estética da paisagem ou por concepções formais ou

informais de patrimônio, as manifestações se interligam. Da preocupação ecologista, às ações comunitárias de salvaguarda. Os principais tópicos abordados giram em torno de questões necessidade da Proteção Ambiental, do papel do Estado neste processo (sobretudo, as falhas das legislações e a ausência de fiscalizações rigorosas por parte dos órgãos responsáveis) e do anseio pela preservação morfológica e estética, independentemente do âmbito que se dê.

Além das narrativas orais que compõe o acervo descrito também são expostas narrativas imagéticas que expressam, por outra linguagem, uma mesma relação. Num viés mais filosófico, a obra de Bachelard e as descrições dos fenomenólogos ensinam que não vivemos em um espaço homogêneo e vazio, mas em um espaço “inteiramente carregado de qualidades”. Para introduzir as narrativas elencadas, se fazem pertinentes as palavras do filósofo da fenomenologia da imaginação:

Na mais interminável dialética, o ser abrigado sensibiliza os limites do seu abrigo. Vive “a casa” em sua realidade e sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos (BACHELARD, 1993, p. 200).

(...) a água nos permitirá evocar luzes fugidias de devaneio que clareiam a síntese, do memorial e da lembrança. Nessa região longínqua, memória e imaginação não se deixam dissociar. (BACHELARD, 1993, p. 200).

Nessa significação, com o intuito de fomentar a participação coletiva na criação da obra de arte no espaço urbano, as artistas Aniele Martins da Rosa e Nauita MEIRELES, articulam, desde 2012, Paisagem Líquida. Através da concepção artística das narradoras, que também se relacionam para com o rio enquanto moradoras de Pedro Osório evidenciam-se, aspectos subjetivos desta relação que vão desde as suas crenças cosmológicas até seus posicionamentos político-ideológicos. Diante da íntima relação que o projeto mencionado e o trabalho em andamento comungam, ao serem entrevistadas, as artistas demonstram peculiar relação para com nosso elemento central de estudo: a percepção deste espaço. Nesse sentido, o Rio Piratini vem sido utilizado como espaço para distintas das ações-instalações do *Paisagem Líquida*. Suas idealizadoras (assim tratadas porque em seu desenvolvimento o “Paisagem Líquida” conta com a participação de outros agentes colaboradores) se aportam da ambivalência do rio em suas vidas – e em seus processos de criação, conforme diz ROSA, (2015) “Eu tô dentro d’água e eu penso” (...) “Uma hora ele tá na minha casa, agora eu que tô dentro dele” “Eu lembro aquele desespero (...) a água tomando conta da rua, sem luz (...) as lanternas. Eu era uma criança e via como uma coisa mágica!”.

Dentre as ações destacadas, as artistas as concebem como intenções de criar um novo lugar, num trabalho que operassem os conceitos de deslocamento, transformação e liquidez. Falam de visibilidade para o rio. Em *Cine Esperança* (Pedro Osório/RS 27 julho de 2013) “os assentos do antigo cinema de Pedro Osório (Cine-Esperança) foram instalados nas margens do Rio Piratini. Propomos a aproximação das pessoas que por ali se encontravam além de resgatar fragmentos da história dessa cidade ao recriar, com esses objetos, um novo lugar” (PAISAGEM LÍQUIDA). Na tela, a paisagem, o rio e a ponte do trem. *O quarto* (Rio Piratini, Pedro Osório/RS - novembro de 2012 / maio de 2013) “teve duração de aproximadamente 5 horas. No ambiente - lugar construído por objetos domésticos os transeuntes foram convidados a participar e interagir com a instalação” (PAISAGEM LÍQUIDA). *Poesias Compartilhadas* consistiu em distribuir pelo espaço urbano poesias impressas que eram inseridas na paisagem. Na imagem 17, a ponte é suporte para uma colagem dizendo “dentro dela corria um rio”. Já *Deslocamentos in vitro* (Pedro Osório - 2013) consistiu em coletar água do rio e engarrafar. As pequenas garrafas, etiquetadas, foram espalhadas pela cidade, para que fosse gerada a reflexão sobre a dubiedade da água na vida de cada pessoa que a encontrasse.

. Ao fazerem uso da fotografia como forma de registro das intervenções, que acontecem na cidade de Pedro Osório, as artistas possibilitam a propagação das propostas e o acesso às diversas apropriações por parte da comunidade ou “qualquer pessoa que tenha acesso à internet” em plataforma online⁶⁴ e através dos postais⁶⁵, que são dispositivos de compartilhamento dos trabalhos. Sobre imagem, alegoricamente, deve-se considerar Manoel de Barros:

O rio que fazia uma volta
atrás da nossa casa
era a imagem de um vidro mole...

Passou um homem e disse:
Essa volta que o rio faz...
se chama enseada...

Não era mais a imagem de uma cobra de vidro
que fazia uma volta atrás da casa.
Era uma enseada.
Acho que o nome empobreceu a imagem.
(Manoel de Barros)

⁶⁴Disponível no endereço eletrônico: <http://paisagemliquida.blogspot.com.br/>



Figura 17. Poesias compartilhadas. (Paisagem Líquida, 2013)



Figura 18. Deslocamentos *in vitro*. (Paisagem Líquida, 2013)



Figura 19. O quarto. (Paisagem Líquida, 2012)



Figura 20. Cine Esperança. (Paisagem Líquida, 2013)



Figura 21. Postais de Compartilhamento. Frente.
Fonte: imagem cedida por Nauita Meireles.



Figura 22. Postais de Compartilhamento. Verso.
Fonte: imagem cedida por Nauita Meireles.

Mais do que descrever as aparências, a fenomenologia prevê mencionar as aparições. Esta é uma diretriz para a observação. Neste sentido, também são concebidas enquanto narrativas representacionais a produção fotográfica de Bettina Wieth⁶⁶, cineasta pedro-osoriense que faz do rio um de seus cenários, com uma apreensão do lugar poética e peculiar e a de Carlos Antonio Aires, fotógrafo cerritense que se dedica a registrar e identificar elementos da fauna e da flora do rio Piratini na região de Cerrito e Pedro Osório⁶⁷. Sobre essas imagens, nenhuma descrição, conforme a fenomenologia, apenas menção. Indo ao encontro de Bachelard:

Entre a imagem e o conceito, nenhuma síntese. Tampouco essa filiação, sempre dita, jamais vivida, pela qual os psicólogos fazem o conceito emergir da pluralidade das imagens. Quem se entrega com todo o seu espírito aos conceitos, com toda a sua alma às imagens, sabe bem que os conceitos e as imagens se desenvolvem em linhas divergentes da vida espiritual. (Bachelard. 1990, p.6)

⁶⁶ O conjunto da obra da artista pode ser conferido no seguinte endereço eletrônico: <https://www.flickr.com/photos/wastefulness/>

⁶⁷ Aires usa como dispositivo de divulgação de seu trabalho seu perfil de rede social, que pode ser acessado através do endereço eletrônico: <https://www.facebook.com/carlosantonio.aires?fref=ts>



Figura 23. Fotografia 1. Sem descrição. Autora: Bettina Wieth, 2015.



Figura 24. Fotografia 2 Sem descrição. Autora: Bettina Wieth, 2015.

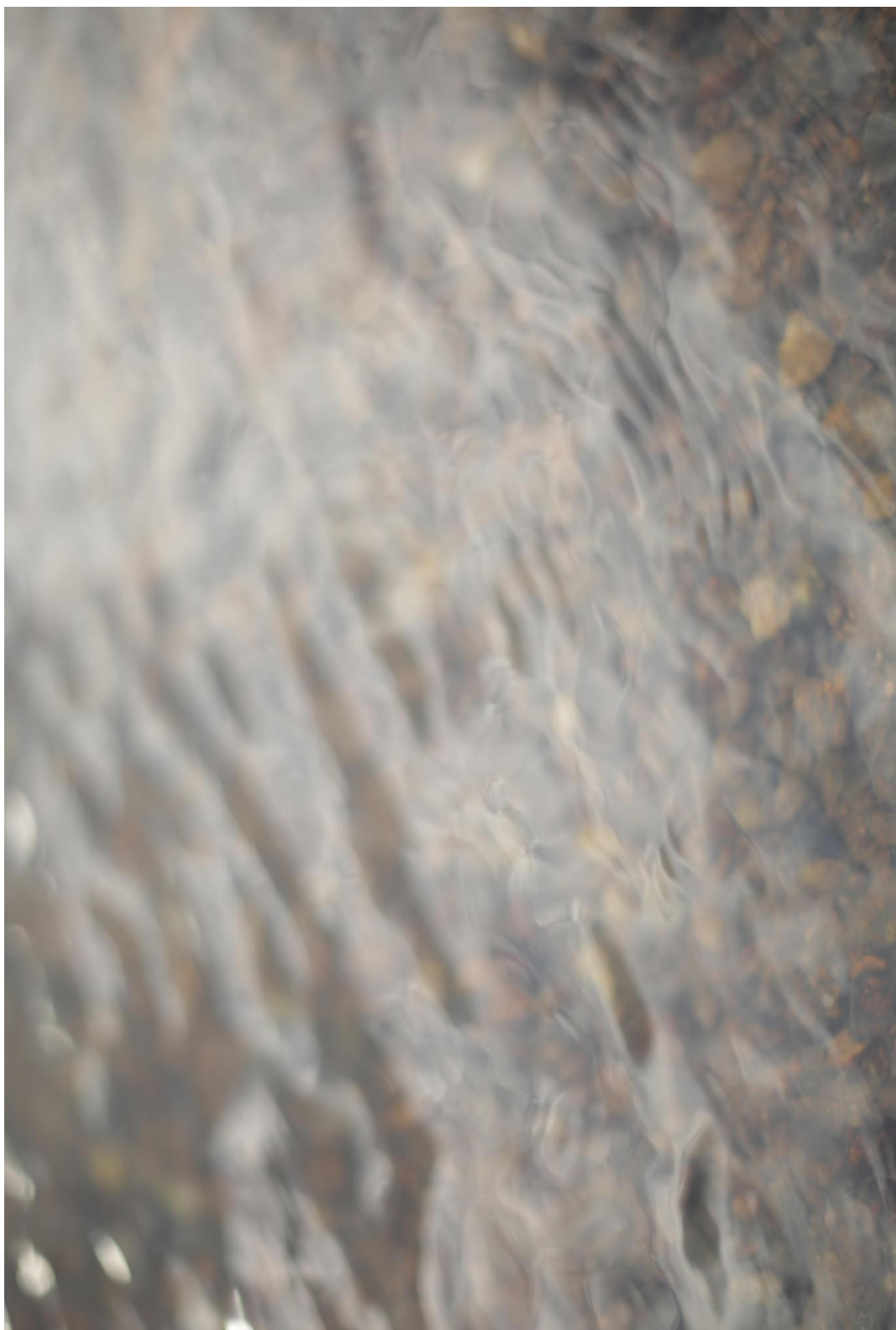


Figura 25. Fotografia 3 Sem descrição. Autora: Bettina Wieth, 2015.



Figura 26. Fotografia 4 Sem descrição. Autora: Bettina Wieth, 2015.

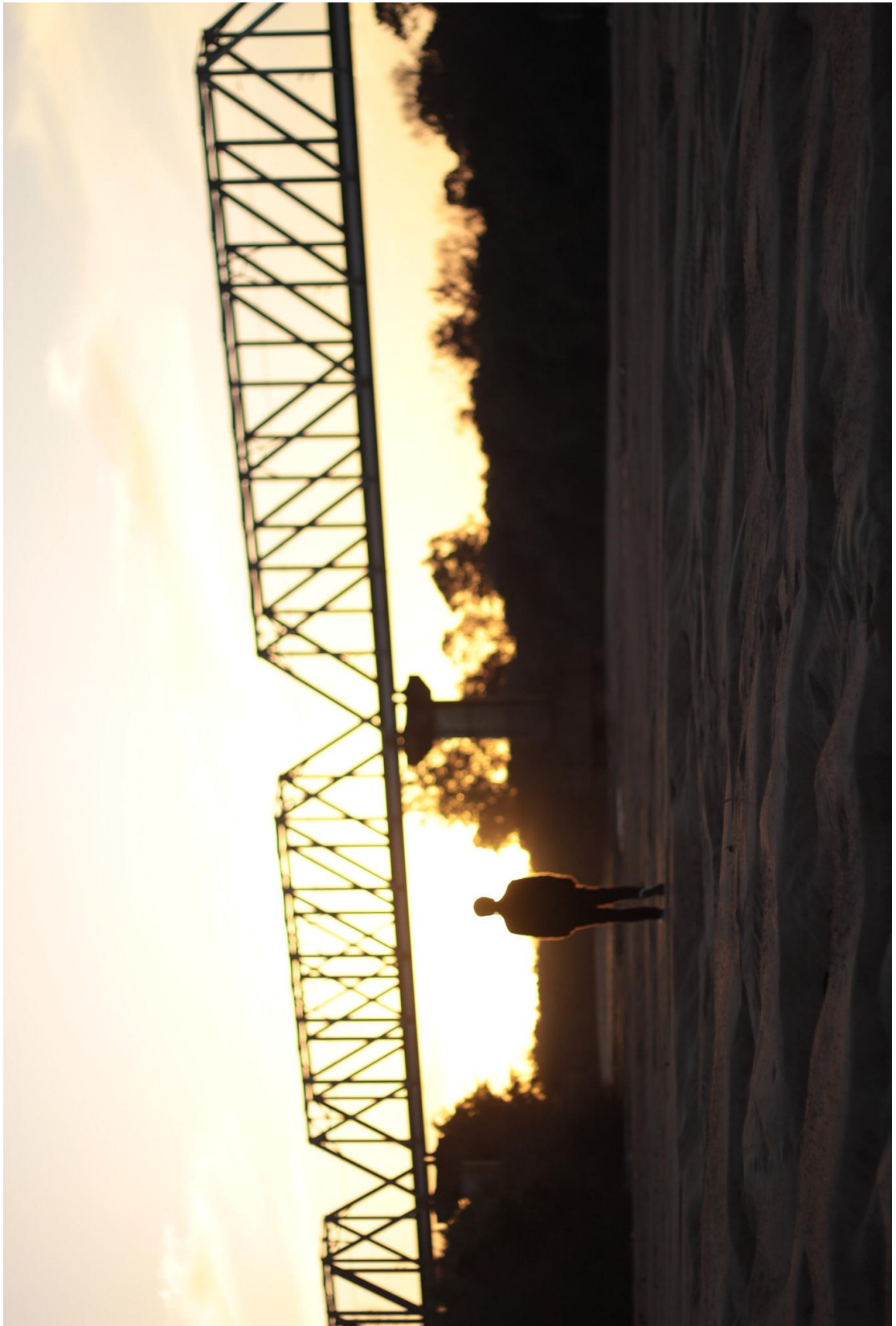


Figura 27. Fotografia 5 Sem descrição. Autora: Bettina Wieth, 2015.

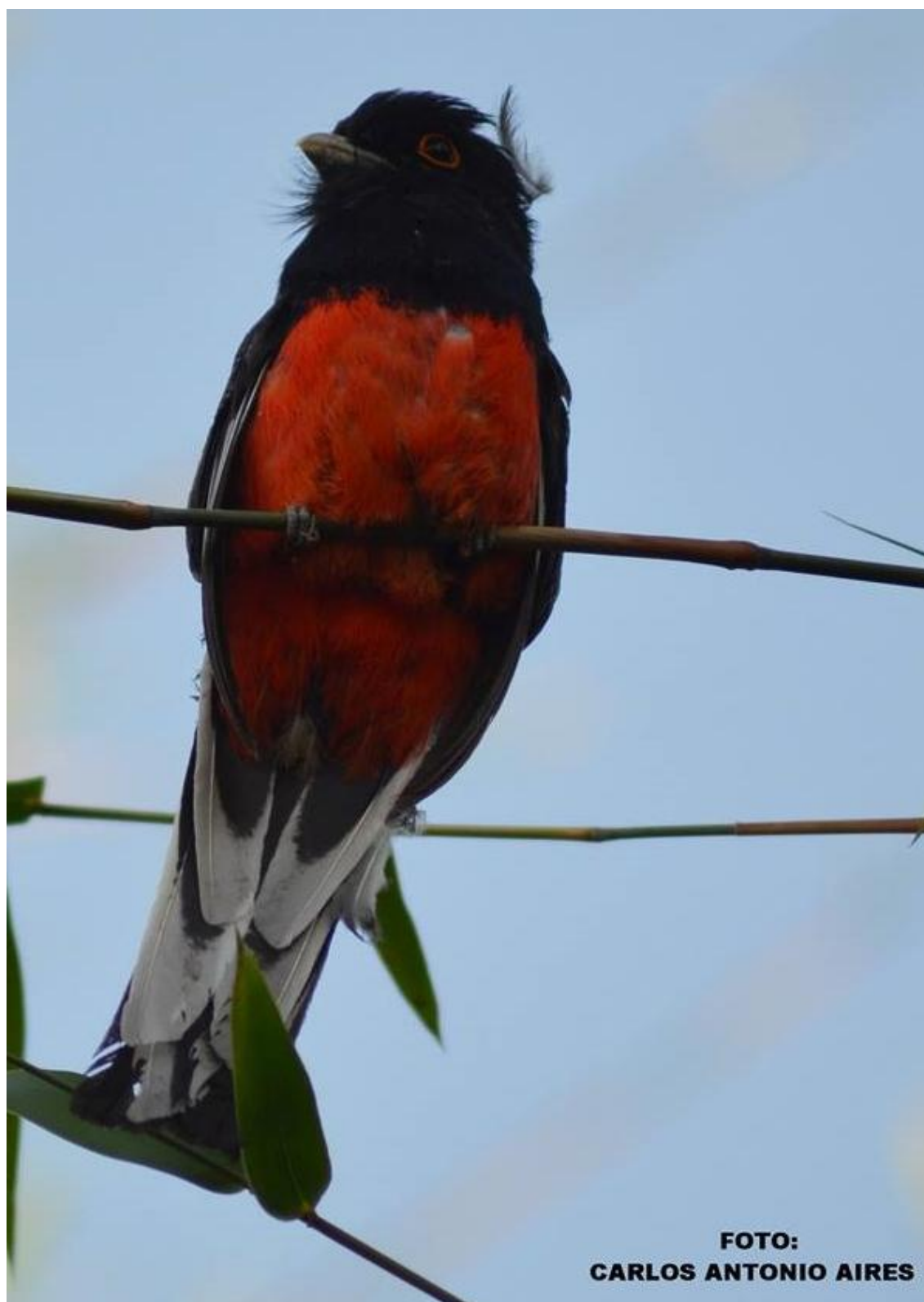


Figura 28. Fotografía 6 Surucuá-variado (*Trogon surrucura*). Autor: Carlos Antonio Aires, 2015.



Figura 29. Fotografía: Preá. Autor: Carlos Antonio Aires, 2015.

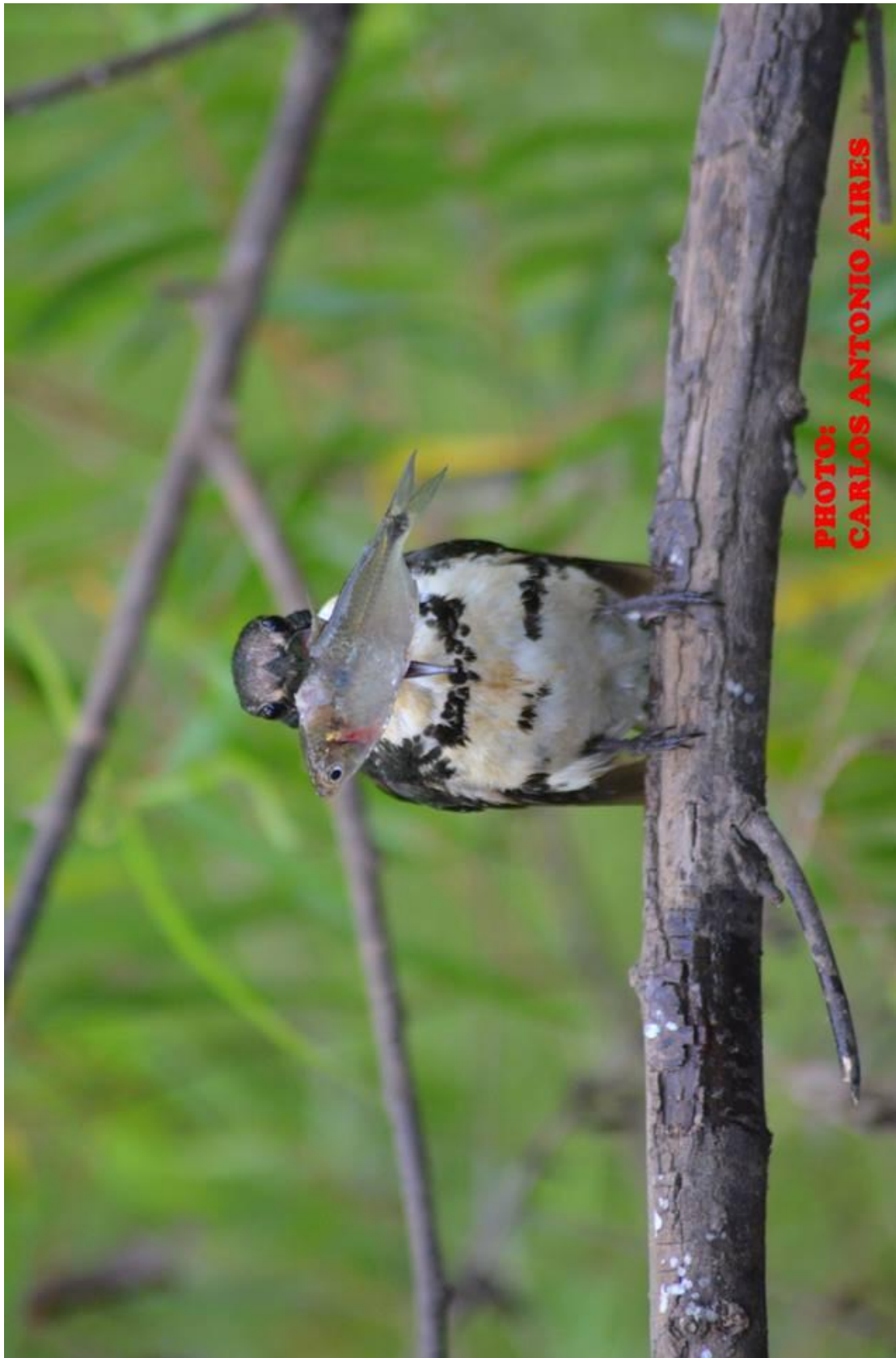


Figura 30. Fotografia: Martim-Pescador (Fêmea). Autor: Carlos Antonio Aires, 2015.



Figura 31. Fotografia: Lagarto-Teiú (Devorando uma preá). Autor: Carlos Antonio Aires, 2015.

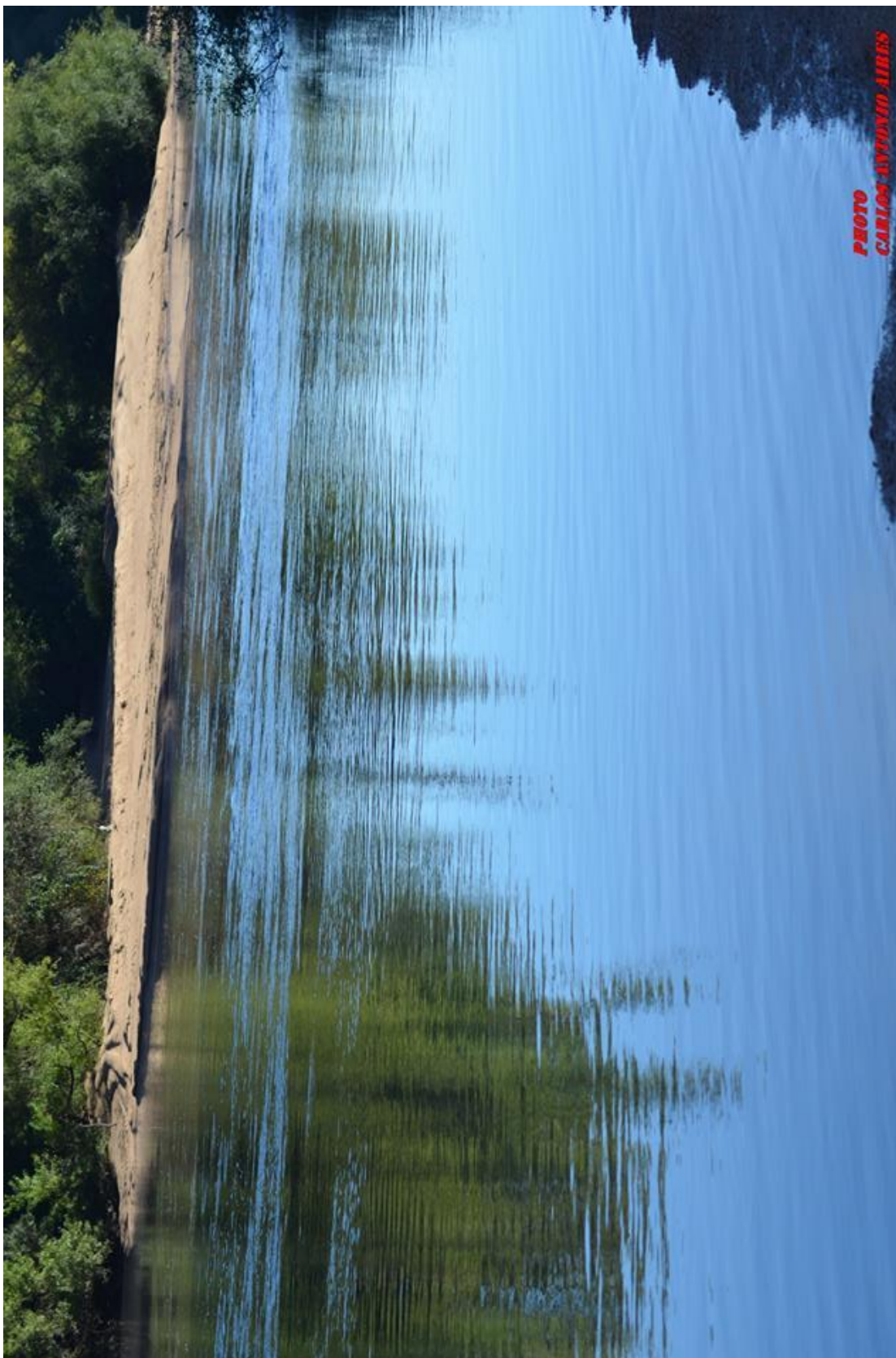


Figura 32. Fotografia: Rio Piratini. Autor: Carlos Antonio Aires, 2015.

O esquecimento faz a memória assim como a memória faz o esquecimento. Os homens dão sentido aos espaços, que, feitos de memória, também, se tornam lugares. Os lugares têm paisagens. As pessoas também. Entre o corpo e o espaço, então, o tempo. O tempo que dita o movimento dos fenômenos, dá existência aos acontecimentos e os inscreve nos corpos – e nas memórias. Mas o corpo traga em si, inscritos todos os acontecimentos aos quais o tempo o subordinou, sobre alguns ele não consegue nem escrever, nem falar. Assim como a consciência, da maioria das pessoas, que acredita que existam coisas que se diz e outras que devem ser silenciadas, por motivações pessoais ou sociais. Sobre o bom senso, bem como numa análise crítica de tudo que é mencionado pelos narradores, se faz valer GEERTZ:

A dissolução analítica da premissa tácita que dá ao bom senso sua autoridade - ou seja, aquela para a qual o bom senso representa nada mais que a pura realidade - não tem como objetivo solapar esta autoridade, e sim, transferi-la. Se o bom senso é uma interpretação da realidade imediata, uma espécie de polimento desta realidade, como o mito, a pintura, a epistemologia, ou outras coisas semelhantes, então, como essas outras áreas, será também construído historicamente, e, portanto, sujeito a padrões de juízo historicamente definidos. Pode ser questionado, discutido, afirmado, desenvolvido, formalizado, observado, até ensinado, e pode também variar dramaticamente de uma pessoa para outra. Em suma, é um sistema cultural, embora nem sempre muito integrado, que se baseia nos mesmos argumentos em que se baseiam outros sistemas culturais semelhantes: aqueles que os possuem têm total convicção de seu valor e de sua validade. Neste caso, como em tantos outros, as coisas têm o significado que lhes queremos dar. A importância de tudo isso para a filosofia é, obviamente, que o bom senso, ou outro conceito similar, tornou-se uma das categorias-chave, talvez até a categoria-chave, em um amplo número de sistemas filosóficos modernos. Tanto a tradição cartesiana como a de Locke dependia, de formas diferentes — de formas culturalmente diferentes - de doutrinas sobre o que era ou não autoevidente, se não para mentes vernáculas, pelo menos para mentes livres. Neste século, porém, o conceito de bom senso “que não foi ensinado” (como é às vezes denominado) - isto é aquilo que o homem comum pensa quando livre das sofisticações vaidosas dos estudiosos - quase tornou-se o sujeito temático da filosofia, já que tantos outros conceitos filosóficos estão sendo absorvidos pela ciência e pela poesia. A ênfase que Wittgenstein, Austin e Ryle dão à linguagem comum; o desenvolvimento da chamada fenomenologia do cotidiano por Husserl, Schultz, Merleau-Ponty; a glorificação das decisões pessoais, tomadas no cotidiano (“no meio da vida”) do existencialismo europeu; a utilização da solução de problemas através de comparações com a variedade de coisas que acontecem em um jardim como paradigma da razão no pragmatismo americano - tudo isto reflete esta tendência a buscar as respostas para os mistérios mais profundos da existência na estrutura do pensamento corriqueiro, pé-na-terra, trivial. Apesar de ter se tornado foco de tanta e tão intensa atenção, o senso comum continua a ser, no entanto, um fenômeno que é presumido, e não analisado. (...) Uma definição que, segundo suas próprias premissas, estaria coberta de bom senso. (GEERTZ, 2007, pp.115-116)

Tradados sentimentos de sujeitos para com um determinado elemento, que de alguma forma, o concebem enquadrado na categoria patrimônio e deixam explícitas as motivações que os levam a isso, bem como a relevância que o próximo capítulo tratará sobre instituições que regulam o patrimônio e como elas abrangeriam (ou não) o elemento abordado atentando-se que a efetivação da preservação dos bens culturais só se encontra socialmente definida, quando o Estado assume a sua proteção e, através da ordenação jurídica, os institui e delimita oficialmente enquanto bem cultural. (FONSECA, 1997, P.57)

A possibilidade de consideração do lugar e da paisagem como uma imagem cultural norteia que sejam trabalhadas no âmbito do patrimônio como elementos que têm uma série de abordagens semânticas inclusas em múltiplas categorias e que não apresenta uma metodologia de chancela bem definida. A materialidade e a imaterialidade dessa *imagem* permite que ela apresente caracteres que se enquadrariam, no decorrer da história do patrimônio cultural ocidental, em diversas tipologias utilizadas. Na contemporaneidade, acredita-se que *paisagem cultural* pudesse designar o que se manifesta em Pedro Osório e Cerrito com o Rio Piratini, e servir como instrumento de preservação do espaço em seu aspectos morfológicos, culturais e paisagísticos, conforme conclui-se ser de interesse comunitário. Mas e o IPHAN, o que dita sobre isto?

5 Paisagem e patrimônio: reflexões metamemoriais

O conceito de patrimônio é diverso em seus significados, bem como, apresenta uma carga semântica elevada e se dá á diversos empregos e usos. Para tal esboço é necessário pontuar alguns aspectos do desenvolvimento do conceito ao longo do tempo e suas acepções contemporâneas, principalmente voltadas ao que concerne a imaterialidade intrínseca à categorização das paisagens culturais, o que mais nos convém. Tal análise se dá tanto através do reconhecimento teórico, como também pela análise de cartas e documentos referentes á preservação e salvaguarda do patrimônio, especialmente as Cartas Patrimoniais da UNESCO.

A origem do vocábulo *patrimônio* deriva do termo grego *patrimoniun*, se referindo à propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança (FUNARI, 2006, p.59). De acordo com as línguas românicas seu sentido está ligado a questão da herança no sentido familiar e a transmissão de bens aos filhos. Funari ainda traz uma definição da derivação germânica *Denkmalpflege* remetendo ao cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar e do inglês *heritage* como aquilo que poderá ser herdado que por um processo de generalização passou a ser usado como referência aos monumentos herdados.

Entre os séculos IV e V, com a propagação do cristianismo, surge a ideia do patrimônio religioso, através do culto e da valorização de relíquias e lugares de culto. Já no Renascimento - período marcado por um olhar antropocêntrico, - baseados na Antiguidade Clássica, surgem os humanistas fundadores do Antiquariado, considerado raiz da noção de patrimônio moderno, que pressupõe a coleção de antiguidades e vestígios que serviam para confirmar o testemunho e a ilustração de autores desta época.

A partir do sec. XVIII no âmbito do domínio privado, voltado aos grupos familiares, o conceito essencialmente remetia á ideia da propriedade de bens a ser transferida hereditariamente, apresentando-se através dos direitos civis, especificamente nas leis que regulam a herança. Segundo Motta nos séculos subsequentes houve um progressivo deslizamento dessa noção iniciando também a contemplar um caráter coletivo (ou no âmbito público), pressupondo um legado histórico transmitido pelos antepassados (MOTTA, 2008, p. 376).

No decorrer do sec. XVIII a Europa passou por um drástico período de transformações, contribuindo para a reflexão das culturas e com seu próprio passado. Contribuíram nesse processo as drásticas mudanças oriundas da Revolução Industrial na Inglaterra e do pós-Revolução Francesa que podem ser caracterizadas como reação da destruição das ocorrências. A partir da década de 50 do sec. XVIII surgem questões relativas à intervenção nas obras do passado, advindas do Renascimento, que iniciam a ser conjugadas na conceituação do restauro dos bens, assumindo exigência de conhecimento histórico e formalidade nas políticas de análise, inserindo método e rigor em tais procedimentos.

No sec. XVIII com Iluminismo e sua disposição universalista carregada de horizontes mais dilatados, caracteriza a expressão dos valores universais acumulados e compartilhados pela voluntariedade da transmissão não mais se pautando somente na tradição expressa nas transmissões normativas. Desta forma a atribuição do conceito de patrimônio passa a abranger algo comum à humanidade ou aos aspectos regionais de pertencimento, baseados em conjuntos de bens representativos de grupos nacionais. Referente ao patrimônio:

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam por seu passado comum (CHOAY, 2006, p.11).

Subentendesse que juntamente a ideia de um patrimônio comum à humanidade, sua vinculação ao termo histórico, com foco nos valores transmitidos pela História Ocidental e ligado a valores universais, compreensivo a um universo multifacetado das realidades e contextos, direcionando o olhar a determinados monumentos. Então, refletir sobre o patrimônio exige pensar nos indivíduos que o rodeiam e nas questões relacionadas à construção e à manutenção de identidades. Para Choay (2006) o patrimônio enquanto fenômeno do coletivo é considerado um elemento na construção de identidades sociais e culturais - materialização da identidade social. O patrimônio passa a ser definido também como expressão da identidade histórica e das vivências de um povo, conforme:

A noção de patrimônio é, portanto, datada, produzida, assim como a ideia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, e foi precedida, na civilização ocidental, pela autonomização das noções de arte e de história. O histórico e o artístico assumem, nesse caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação. (FONSECA, 1997, p.37)

A partir da Revolução Francesa (1789-1799) o Estado centraliza as ações preservacionistas, fazendo com que os bens culturais passassem a ser protegidos legalmente, dissociados de relíquias de coletivos isolados, ajudando a ampliar a noção de patrimônio histórico, sendo tratado como herança coletiva. Neste sentido, se passa a compreender tais bens culturais no processo de formulação de uma identidade nacional, suscitando uma função social a preservação patrimonial.

(...) a efetivação da preservação dos bens culturais só se encontra socialmente definida, ou seja, só aparece como fato social, quando o Estado Assume a sua proteção e, através da ordenação jurídica, os institui e delimita oficialmente enquanto bem cultural, regulamentando o seu uso, a finalidade e o caráter desses bens dentro de leis específicas de propriedade, zoneamento, uso e ocupação do solo. (MILET, 1988 apud FONSECA, 1997, P.57)

A superação do “paradigma do monumentalismo” sob a ótica da sua dimensão diacrônica e seu valor intrínseco passa a contemplar outras dimensões da vida em sociedade e dos seus sistemas de cultura, sobretudo através das características transcendentais da materialidade do bem patrimonial, convertendo-se em bem simbólico transmissível, seja ele material ou imaterial.

A noção de cultura introduzida nessa discussão possibilitou a ampliação semântica do conceito patrimonial, considerando a transmissibilidade de modos de vida social, entendendo o patrimônio como construído enquanto sócio -cultural, com características mais dinamizadas e aticizadas, através de processos sociais e o consequente pleito determinante na patrimonialização dos bens e seus sentidos e valores.

A Carta de Atenas, de outubro de 1931, objetiva refletir sobre as principais questões do período sendo eles aspectos legais, técnico-construtivos e os princípios norteadores da ação de conservação. Tal documento traz a necessidade da cooperação a nível internacional para ações voltadas à preservação e restauro do patrimônio. Ainda, cabe ressaltar a perspectiva legal adotada por cada país e seus diferentes contextos do predomínio do direito da coletividade sobre o direito individual. A Carta recomenda, á nível nacional, o fomento a legislação normativas ressonância nos encontros internacionais.

A importância da legislação é, sobretudo, para garantir a prevalência do direito coletivo sobre o individual e, ao mesmo tempo, mediar eventuais conflitos de interesses, de modo a encontrar a menor resistência possível aos sacrifícios impostos aos proprietários de bens tombados (ALMEIDA, 2010, p.10)

O documento, inserido no período entre as duas Grandes Guerras é tratado como primeiro tratado de recomendações internacionais de conservação, manutenção e utilização do bem cultural. Representa, um primeiro esforço para normatizar a proteção e salvaguarda do patrimônio apesar de pautar ainda pelo caráter material do patrimônio.

No Brasil, o patrimônio passa a organizar a proteção do patrimônio histórico através do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 em seu conteúdo constitui o patrimônio histórico e artístico nacional como o conjunto de bens móveis e imóveis e que sua conservação seja de interesse público por estarem vinculados a fatos memoráveis históricos e excepcionalidade. Além disso, tal decreto institui o tombamento como instrumento de preservação. O processo se consolida com a inscrição em um dos livros tombo.

Embora o documento venha ao encontro aos interesses da preservação do patrimônio histórico nacional edificado, conhecido como pedra-e-cal, buscando reivindicar propósitos nacionalizadores e de formação de uma identidade nacional, devido às noções de tradição e civilização. No entanto, cabe destacar, que em seu parágrafo 2º os monumentos naturais, sítios e paisagens, justificados pela conservação e proteção de suas feições notáveis também poderão sofrer tombamento. Ressaltando a preocupação com a questão da paisagem, ora foco da pesquisa, se apresenta na alínea 1, o Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, onde entre outras são inscritas os bens inclusos nessa categoria.

Em primeiro lugar, o patrimônio é entendido com um material concreto, um monumento, um edifício, assim como objetos de alto valor material e simbólico para a nação. Parte-se do pressuposto de que há valores comuns, compartilhados por todos, que se consubstanciam em coisas concretas. Em segundo lugar, aquilo que é determinado como patrimônio é o excepcional, o belo, o exemplar, o que representa a nacionalidade. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p 20).

A constituição do patrimônio artístico e nacional é caracterizada por uma prática moderna e de valores como nacionalidade e pautados na noção de espaço público. De acordo com Maria Lourdes Fonseca (1997), estas práticas se estendem a nível internacional durante o sec. XIX de acordo com a realidade de cada país,

especialmente na Europa. Modelos estes exportados para outros continentes, abrangendo o Brasil como empenho de grupos da sociedade nacional, fomentando a criação de uma política na esfera federal de preservação, sendo pioneiro a pensar na institucionalização da proteção de bens culturais, sendo contundente os aspectos relativos a propriedade privada. É nesse liame, apoiados no Movimento modernista que buscou incluir tal temática como parte da administração pública

(...) O problema principal, naquele momento, era, no entanto, desenvolver instrumentos legais que fossem reconhecidos como eficientes e legítimos para garantir a proteção de bens culturais seriamente ameaçados de degradação e mesmo de desaparecimento, contra poderosos interesses contrários a essas medidas de proteção (FONSECA, 1997, p. 154).

No Brasil, a política preservacionista relativa ao patrimônio tem como principais marcos fundadores o Decreto-Lei nº 25/1937, organizador da proteção do patrimônio histórico e artístico - instrumentalizado através do instituto do tombamento como valor cultural reconhecido por órgãos competentes - e a criação do atual Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional.

Em conjunto com a perspectiva sociocultural que amplia o conceito de patrimônio, temática presente em diversos encontros, fóruns e reuniões internacionais tratando sobre a cultura em seu viés político. Cabe destacar a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1945 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo. A criação da Organização se deu no contexto pós 2ª guerra mundial, trazendo uma nova visão de cooperação entre países e buscando um sistema de proteção da paz que se instalou no pós-guerra.

Tal organização vinculada a Organização das Nações Unidas, dá a cultura um papel fundamentado através de sua produção de conteúdo normativo e legal sobre o patrimônio mundial, especialmente através das recomendações, cartas e convenções. O estudo destes documentos contribui para o entendimento do desenvolvimento da compreensão do patrimônio através das realidades circundantes e contextos em que foram produzidos e notadamente expressam a necessidade de uma preservação plural e coletiva, buscando atender as demandas latentes de preservação do patrimônio.

Na atuação da UNESCO após a década de 50 e 60 do sec. XX pode ser percebido um aumento exponencial na proteção de novos bens culturais. A

organização, por de seu objetivo, afirma assim, o cuidado na conservação e proteção do patrimônio universal (livros, obras de arte e monumentos de interesse histórico ou científico), ainda, recomendando às nações a realização de reuniões e convenções para a efetiva necessidade de proteção e salvaguarda do patrimônio (SILVA, 2003).

A Conferência Geral da UNESCO, datada em 5 de Novembro de 1956 na cidade de Nova Delhi, tem seu foco principal nas questões relacionadas a arqueologia, porém produz um importante documento refletindo sobre a perspectiva da garantia a proteção, salvaguarda e utilização dos bens históricos como garantia atribuída ao Estado, denotando a necessidade de comunicação e acesso. Para além, reforça a importância do uso social do patrimônio, buscando interação entre sociedade e bem cultural.

Com referência à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e dos lugares⁶⁸, em 1962 foi produzida a recomendação de Paris de dezembro de 1962 na 9ª Conferência Geral. O documento visa a proteção e salvaguarda e proteção e controle dos sítios e dos territórios aos quais eles pertençam, bem como estimular a criação de órgãos governamentais e não governamentais de proteção e salvaguarda, além de atentar a perspectiva educativas desses processos patrimoniais. Tal recomendação surge no interesse de atender as demandas de proteção devido ao incremento da atividade humana, buscando dirimir e minimizar o impacto sobre as paisagens e lugares da ação humana, estas sejam naturais ou obra humana.

É importante mencionar outros três documentos produzidos durante a década de 1960⁶⁹, embora não tratem especificamente da paisagem, todavia, contribuem para o alargamento do conceito de patrimônio, dilatando o seu espectro de regulação e buscando normatizar o uso do patrimônio. A Carta de Veneza, de 1964, sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios, destacam-se alguns pontos: a necessidade de planejamento em âmbito internacional nas atividades de

⁶⁸ “Entende-se por salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e lugares, a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e dos lugares naturais, rurais ou urbanos, quer se devam à natureza ou à obra do homem, que apresentam um interesse cultural e estético, ou que constituem meios naturais característicos.” (RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1962, p.2)

⁶⁹ Nesta década, no Brasil cabe destacar legislações sobre a proteção do patrimônio: Lei nº3924/1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos; Lei nº 4885/1965, que proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico; Lei nº 5471/1968, dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros. (LEGISLAÇÃO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL, 2013, pp. 36-46)

conservação e restauração de monumentos, pautados na interdisciplinaridade e no compromisso técnico e científico; conservação voltada a uma função social. Já Recomendação Paris⁷⁰ de novembro de 1968 discorre sobre a definição de bens culturais, que será expressa entre bens imóveis e bens móveis e ainda recomenda sobre o controle de exportação de bens culturais instrumentalizados através de mecanismos de proteção como identificação e inventário dos bens, bem como articular uma rede protetiva da permanência dos bens em seus locais de origem, além de reafirmar o compromisso com a ação educativa. Em 1967, as Normas de Quito versam “sobre a conservação e utilização dos monumentos e sítios de interesse histórico e artístico” destaca-se a preocupação sobre a situação dos bens e da responsabilização dos governos da América e seu eminente perigo desaparecimento por falta de políticas oficiais aliando à valorização do patrimônio a geração de recursos econômicos, a ampliação do conceito de monumento voltado ao espaço, ainda apontam como solução a promoção de políticas de planejamento urbano no sentido de salvaguardar tais bens e aliar a monumentalidade ao turismo. A recomendação de Paris de 1968⁷¹ trata da Recomendação sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas, se realça a preocupação com os problemas causados pelo crescimento do meio urbano frente aos bens culturais, no documento são apontadas medidas de preservação e salvaguarda, no sentido de normatizar e legislar sobre estes processos. No início da década de 70 no Brasil é firmado o Compromisso de Brasília e Compromisso de Salvador⁷², respectivamente, 1970 e 1971. Na cidade de Brasília é realizado um retrospecto das recomendações das cartas anteriores e enfatizada a responsabilidade governamental sobre as políticas concernentes ao patrimônio cultural e a preservação dos bens culturais, nessa ocasião é deliberado um encaminhamento para a criação do Ministério de Estado da Cultura. Já na cidade de Salvador⁷³ e reitera a intenção de criação do Ministério da Cultura e secretarias e órgãos de fomento à preservação do patrimônio, para além do plano governamental,

⁷⁰ Recomendação sobre medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais, na 13ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO.

⁷¹ 15ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO – 19 de novembro de 1968.

⁷² Ambos realizados no 1º e 2º Encontro de governadores para a preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil

⁷³ Encontro realizado pelo Ministério da Educação e Cultura, ainda integrado a Educação e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

como parcerias com universidades. Já em 1972, a Carta do Restauro⁷⁴, que versa principalmente sobre orientações técnicas sobre processos de restauração bem como instrui para a tutela dos centros históricos e Declaração de Estocolmo ou Declaração sobre o ambiente humano, recomendando para contribuir com a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente (CARTAS PATRIMONIAIS, 2000).

Cabe retomar os campos de proteção dos bens culturais manifestados pela UNESCO divididos em dois blocos principais, sendo eles: promoção para a adoção de suas convenções e recomendações frente a comunidade internacional e movimentos organizados, baseados em uma rede colaboração para a salvaguarda de monumentos e preservação dos bens culturais. Tais características e ações empreendidas pela Organização que emana a proposta da Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural, realizada em 1972⁷⁵ (CARTAS PATRIMONIAIS, 2000).

O documento supracitado exprime em suas considerações: a preocupação frente a eminente ameaça de destruição do patrimônio cultural e natural, espontânea ou por meio dos processos e contextos derivados do desenvolvimento das sociedades, que a degradação e desaparecimento acarretam no empobrecimento do patrimônio mundial, traz as problemáticas relativas à incompletude da preservação nos países devido a escassez de recursos, a representação da importância dos documentos nos processos de salvaguarda de bens incomparáveis e insubstituíveis. O patrimônio cultural e natural é apresentado como interesse especial devendo serem preservados por se caracterizarem como de domínio da humanidade.

Diante do exposto, são definidas categorias para o patrimônio cultural, presentes no 1º Artigo da Convenção⁷⁶, são elas monumentos, conjuntos e lugares notáveis. Cabe destacar que a paisagem aparece na categoria *conjuntos*: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, apresentem valor universal e excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência (RECOMENDAÇÃO DE PARIS, 1972, p.2) Já o

⁷⁴ Vinculada ao Ministério da Instrução do Governo da Itália.

⁷⁵ A Convenção foi fruto de um longo processo de negociação entre os Estados, com base nas concepções fundamentais definidas nos encontros de especialistas. Durante a Conferência-geral, o projeto submetido a uma comissão governamental, num último esforço de negociações antes de sua apreciação pelo plenário, sofreu poucas alterações, à exceção das normas referentes às contribuições financeiras dos Estados ao Fundo do Patrimônio Mundial. (SILVA, 2003, p.69).

⁷⁶ Documento aprovado durante a 17ª Sessão da UNESCO, em Paris, 1972.

Artigo 2º traz as categorias do patrimônio natural: monumentos naturais; formações geológicas, fisiográficas e áreas de delimitação da fauna e flora; e lugares notáveis naturais. Além das definições do patrimônio cultural e natural e sua proteção nacional e internacional, é também criado um comitê intergovernamental e o "Fundo do Patrimônio Mundial". O documento reforça as definições para as condições para assistência internacional nos processos de preservação do patrimônio através de sua função diante da coletividade e na possibilidade dos programas educativos a fim de garantir medidas eficazes para proteção, conservação e valorização.

No decorrer de 1970, após a Recomendação de Paris (1972) são produzidos documentos relacionados as experiências de conservação e restauração do patrimônio monumental (Resolução de São Domingo, 1974), voltados patrimônio arquitetônico europeu (Declaração de Amsterdã), Recomendação relativa a salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, em Nairóbi (1976)⁷⁷. A Carta de Machu Picchu (1977) objetiva a revisão da Carta de Atenas e amplia seus conceitos e recomendações. (CARTAS PATRIMONIAIS, 2000)

Nos anos seguintes a 1980, são produzidos 9 documentos caracterizados em sua maioria derivados de encontros, seminários e reuniões promovidas por diversos países por outras organizações que não propriamente as Conferências da UNESCO: Carta de Burra⁷⁸, Austrália (1980), realizada pelo ICOMOS e Comitê internacional de monumentos e sítios; Carta de Florença, Itália (1981), realizado pelo Comitê Internacional de monumentos e sítios – ICOMOS e pelo Comitê internacional de jardins e sítios históricos; Declaração de Nairóbi (1982) realizado pela Organização das Nações Unidas para o meio ambiente – UNEP; Declaração de Tlaxcala, México (1982), realizada pelo ICOMOS, voltado a arquitetura, com ênfase no patrimônio monumental; Declaração do México (1985), na ocasião da Conferência mundial sobre as políticas culturais, sob discussões voltados ao conceito de cultura, identidade e patrimônio pautados em uma dimensão cultural do desenvolvimento. Em 1976, a Carta de Washington ou Carta internacional para a salvaguarda de cidades históricas, buscando delinear a definição de cidade histórica e conjuntos urbanos; em 1987, a Carta de Petrópolis, Brasil, produzida pelo Seminário brasileiro de preservação e revitalização de centros históricos, tem como objetivo a definição de sítios históricos; Carta de Cabo Frio, Brasil (1989) buscando

⁷⁷ Aprovada durante a 19ª Sessão da Conferência geral da Unesco, Nairóbi, 1976.

⁷⁸ A Carta de Burra traz definições de documentos e aplicação de procedimentos.

a defesa da identidade cultural; no mesmo ano, em Paris, a Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional popular, que traz a definição desta categoria e recomendações para sua preservação, este é o único documento da década gerado pela 25ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, denotando a capacidade de difusão e cooperação entre os países incentivados pelas ações da organização, ou seja, o processo se abre para regulamentações mais especializadas, de cunho mais universal e surgidas das demandas do patrimônio nos mais variados contextos patrimoniais dando abertura ao entendimento de um patrimônio global (CARTAS PATRIMONIAIS, 2000)...

Em afluência, o patrimônio vem sendo alvo de maior interesse dos estudiosos da paisagem desde a criação da categoria “Paisagem Cultural” - como uma tipologia do Patrimônio Mundial da Humanidade - pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1992 (FERNANDES, 2014). Com a disseminação de mentalidades como a do desenvolvimento sustentável, por exemplo, a UNESCO passa a considerar que há uma valorização das relações entre o homem e o meio em que vive e, nesta perspectiva, organiza um novo encontro em 1992 onde cria e incorpora a categoria como uma nova tipologia do Patrimônio Mundial (RIBEIRO; AZEVEDO, 2010), não excluindo o que já intitulara “bem misto”. Para a UNESCO, as paisagens culturais são bens culturais e representam obras conjugadas do homem e da natureza. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas (2010).

A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais. (BAJÉ, 2007, art. 2)

No Brasil, a discussão sobre esse novo instrumento de proteção patrimonial e gestão territorial vem crescendo cada vez mais, sobretudo após a nomeação da cidade do Rio de Janeiro como Patrimônio da Humanidade por meio desta tipologia, em 2012. Na perspectiva da UNESCO, a paisagem cultural é classificada sendo: i) paisagem claramente definida ou desenhada intencionalmente; ii) paisagem organicamente em evolução; iii) paisagem cultural associativa (UNESCO, 2010).

O conceito da Chancela da Paisagem Cultural é apreendido como um meio de proteção de um dado território, permitindo a convivência com a dinâmica da

paisagem e que o território se transforme pela sua dinâmica “natural”. Segundo o Art. 3º da Portaria nº 127, “a chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com transformações inerentes ao desenvolvimento econômico-social sustentável e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio” (BRASIL, 2009).

Assim sendo, discutir como a categoria de bem patrimonial “paisagem cultural” está sendo concebida e aplicada é importante para analisarmos em que medida ela pode servir como um instrumento eficaz de gestão, valorização e de conservação do patrimônio frente ao uso do território. Ao analisarmos a discrepância na distribuição geográfica das paisagens inseridas na lista da UNESCO, percebemos certa disparidade, já que é notória a concentração da maioria dos bens listados no continente europeu, dando coro ao discurso hegemônico ao qual a UNESCO ainda não consegue ser desvinculada, evidenciando que os critérios adotados são exclusivamente políticos e não protecionistas per se. Os documentos para a nomeação são mais descrições da localidade e o plano de gestão exigido muitas vezes não é analisado como muita rigidez. Enquanto cada país hierarquiza e prioriza o bem que vai defender, a UNESCO faz o mesmo, provando que o processo de inscrição dos bens passa por questões políticas (FERNANDES, 2014).

World Heritage List

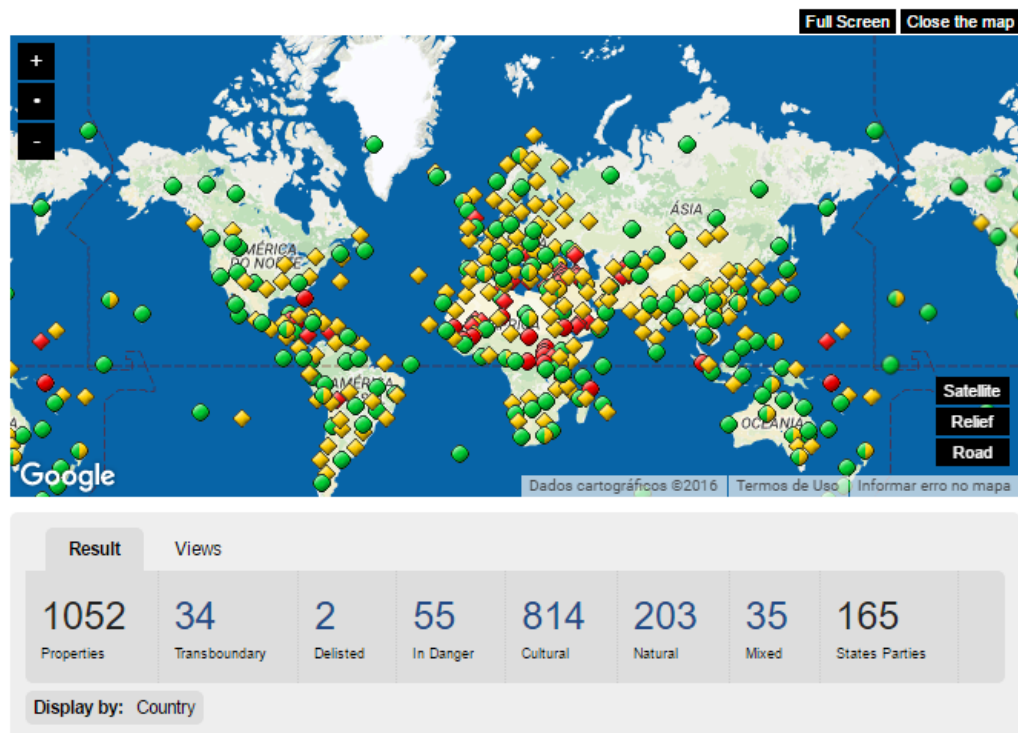


Figura 33 - Mapa dos bens patrimoniais protegidos pela UNESCO.-Fonte: UNESCO

Em um apanhado geral sobre as orientações das instituições que regulam o patrimônio no Brasil e no mundo podemos conceber que há uma intangibilidade dos limites que cerceiam natureza e cultura, bem como, as formas que cada categoria institui cada conceito. A magnitude do que aqui é brevemente tratado é inegável. Estão envolvidas questões que excedem o limite do teórico ou da prática da gestão do patrimônio e impelem em suas entranhas mais obscuras. Fica o questionamento: quais são as nossas paisagens culturais? Testo Alto e Rio da Luz seriam as únicas paisagens culturais tipicamente brasileiras? As favelas do Rio de Janeiro não compõe o perímetro “entre a montanha e o mar”? E a Amazônia? E as narrativas sobre o Rio Piratini? Seria a Paisagem Cultural uma nova política de preservação ou a preservação de velhas políticas?



Figura 34. Fotografia 11. Rio da Luz – SC.

Fonte: <http://poracaso.com/confira-as-primeiras-imagens-do-documentario-jaraguaense-vale-tombado-filme-sobre-o-rio-da-luz-e-testo-alto-entretenimento/>

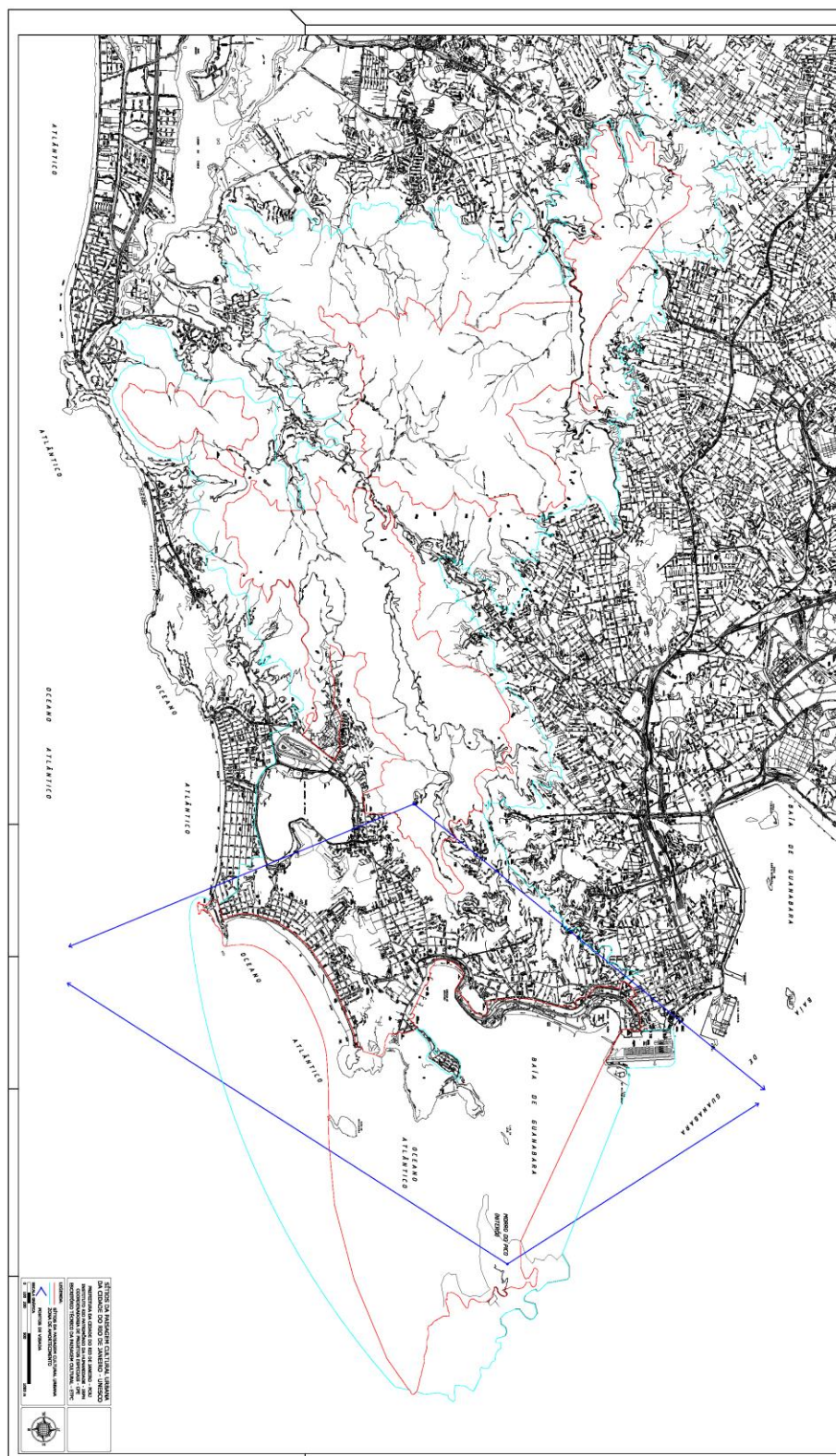


Figura 35.3 Mapa da delimitação da chancela do dossiê Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar. Fonte: Dossiê Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar. IPHAN. 2013.

6 Considerações finais

As narrativas sobre o Rio Piratini, tanto quanto o próprio rio, sempre se fizeram presentes no cotidiano do autor deste trabalho. Desde sua infância, tem sua subjetividade construída, também, a partir destas narrativas - que sempre o impressionaram por mostrarem dois rios em um só: um rio de vida e um rio de morte, um rio de alegria, outro de terror e um rio de memória e um rio de esquecimento. Assim sendo, as narrativas contidas nesse conjunto de entrevistas, formam outra narrativa, que associa e entrelaça os sentimentos e as memórias de vida de todos os seus autores e seus *lócus* espaço-temporais, acrescidos de depoimentos que não foram registrados pelas câmeras, mas sim pela construção de uma memória coletiva dos depoentes e do entrevistador, visto que a priori, a memória parecer ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa, mas que deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno constituído coletivamente e submetido a flutuações, mudanças constantes.

Escrever é, em gênese, um ato memorial. É um ato perceptivo e representacional que pretende dar forma, através das grafias, para sentimentos – direta ou indiretamente. Escrever um texto do teor deste é, também, um ato de reivindicação memorial. E essa reivindicação também é manifesta nas entrevistas, quando os narradores associam o rio à categoria de patrimônio e o fazem tanto pelo que ele é, como pelo que significa e também pelas memórias – individuais e coletivas – que guarda em si, ou leva consigo correnteza a baixo.

. Na etapa inicial de realização das entrevistas, percebeu-se que nem todos os entrevistados deixariam clarificados os seus sentimentos sobre determinados objetos, como a atividade da extração mineral, por exemplo, por que eram cientes de quão “ocultadas” eram essas questões, em cidades que a política e os interesses privados são fortemente vinculados. Dados os fatos, já no início da pesquisa teve-se que reformular o recorte do problema central que previa discutir especificamente a relevância e aplicação de uma possível patrimonialização da bacia hidrográfica e da área de margem. Assim, antes de falar em patrimônio propriamente dito, optou-se

por falar das relações afetivas e simbólicas que os entrevistados demonstraram para com o rio, para que se pudesse visualizar a concepção patrimonial que visasse mais as relações/ valorações em suas essências do que depois de deformadas pelos dispositivos de poder do capital. Através do sublinhação dessas valorações de afeto que os narradores demonstraram foi natural que expusessem suas percepções das mineradoras. E todos se demonstraram contrários, senão à extração, à sua privatização. Em consonância, essas relações de afetuosidade (tão polissêmicas), se mostraram muito mais reveladoras do que se tivessem sido trabalhadas por vieses mais objetivistas.

Diante à dicotomia representativa que foi abordada no capítulo “O rio é meu e ninguém mexe: Uma abordagem fenomenológica da percepção do Rio Piratini vivido por narradores em Pedro Osório e Cerrito” quanto ao sentimento da população para com as enchentes e a destruição provocada no lugar e na paisagem (em uma divisão genérica), é catártica mesmo para quem não tem na memória individual nenhuma inundação. Não é raro que os depoentes que viveram as inundações chorem ao lembrarem os momentos de desespero e desolação. Poder-se-ia, inclusive, trabalhar este elemento como objeto norteador das entrevistas, mas se preferiu não fazer por respeito ao sentimento de sofrimento dos envolvidos, bem como por não acreditar-se ser uma relação que prevaleça no cotidiano destes sujeitos, mas que mesmo assim não pode deixar de ser citada. É como se as pessoas se entendessem como parte uma “rede de significados” na qual a água é o elemento fundamental.

A polissemia que abarca os termos tratados pelo trabalho: lugar, paisagem, percepção e patrimônio podem ser interpretados em diversos contextos, e, sobretudo, por distintos sentimentos particulares e comuns. Bem como, em todas as etapas da pesquisa, foi uma dificuldade enfrentada no que tangia uma diferenciação clara de uma e outra. Mas há uma característica entre todos os elementos pela qual poderíamos, sobre certo ponto de vista, sintetizar a relação que têm entre si: são constituídos e constituintes de memórias. Bem como, as etapas que compõe a pesquisa - desde as entrevistas, os textos lidos, a delimitação das narrativas, o contato com os entrevistados (que nunca se restringe ao tempo em que as câmeras estão ligadas), as disciplinas assistidas para a compreensão de novas temáticas, a

redação final - são feitas integralmente de memórias, memórias as quais também se criam, se transformam e constroem novas relações.

No imaginário dos envolvidos neste processo, um rio que não pode ser medido. Pequeno em sua dimensão habitual do olhar cotidiano, imenso quando excede os limites marginais e “vai visitar” as casas. Pequeno comparado à vontade de se chegar do outro lado e gigante no seu potencial de unir as pessoas que habitam suas margens. “Há um rio que corre dentro de nós”. O fenômeno do mundo vivido, na beira da água, no corpo físico de cada um, um rio duplamente concebido.

Sobre as relações de carnalidade do homem para com o rio, também há um reversibilidade (tão fundamental para a fenomenologia) que dita que o rio é fundamentalmente visto como um fenômeno – nem sujeito nem objeto – que atua de forma positiva durante a maior parte da vida de quem o vive, mas que eventualmente pode ter uma significação negativa. Nessa relação, também não existem sujeito e objeto definidos. O mundo, inseparável do sujeito, aquele que ele mesmo produz, interligando as apreensões, as humanizações do espaço que se dão pela atribuição de sentidos. O lugar é sua reputação. A temporalidade, a subjetividade, o encontro do exterior e do interior do/no corpo e a liberdade como faculdade intelectual e circunstancial fazem com que se criem relações positivas e/ou negativas – passivas e ativas, se usados os termos de Merleau-Ponty. O tempo possibilita cada um desses fenômenos.

O apito do trem faz parte da paisagem. O som das aves e árvores que Aires fotografa, também. Infelizmente, o som de motores de serras e de dragas, também. Sobre tudo isso, e, além disso, os homens compõem canções que versam e que poetizam essas manifestações. O tempo infere também nas relações factuais que envolvem este trabalho. Três anos depois de realizar a primeira entrevista (em uma manhã de sol, com uma câmera na mão e no coração a incerteza do saber fazer) o autor redige as últimas laudas deste, que assim como o Rio Piratini, foi seu principal lugar experienciado e a paisagem mais contemplada durante estes três anos.

Nem sempre, se tem a capacidade de falar – e escrever – e ouvir tudo que é dito, nem entender cada signo, cada marco temporal na vida de cada pessoa. Cada sentimento, cada estímulo positivo ou negativo para cada narrador. Das narrações particulares, todas muito profundas, reafirmam a certeza de que todos somos feitos de memória e igualmente, de esquecimento, em todas as formas que comungamos

da corporeidade encarnada. Este trabalho, também, tanto quanto, tem em sua composição essencial a memória e o esquecimento. E caso alguma informação axial tenha sido no corpo do texto esquecida, lamenta-se. Mas se faz ciência que nem tudo os olhos podem ver nem a linguagem escrever.

O corpo do autor, como suporte de acontecimentos, memorará este processo como algo que parece com o rio: dependendo do ponto de vista, da perspectiva, da experimentação, pode parecer grande ou pequeno. Mas que, todavia, é fluido. Fluido como as memórias que produz e que o produzem. E as memórias são pontes. E as pontes são feitas de memórias. Algumas a enchente leva, outras não. Se levará estas aqui postas, não se sabe. Se não levarem, que outras relações dialógicas se construam nesse mesmo mundo percebido. Memórias são ao mesmo tempo individuais, e coletivas. São conexões. Que conexões como estas, possam sempre ser feitas, com a liberdade que lhes é nata, que sejam múltiplas em suas essências e estejam sempre carregadas de utopia. Se para Bretch, um mapa do mundo que não contenha utopia não merece ser lido, para quem constrói esta narrativa um texto que não seja utópico também não.

Se, com a conjuntura política, ainda parecer utópico falar no Piratini como um patrimônio passível de intervenção institucional para preservação e salvaguarda (aos olhos dos experts), para aqueles que interditam ruas, bloqueiam estradas, assinam documentos de reivindicação, criam organizações não governamentais, se propõe a atividades que desconstroem ou constroem seus fluxos temporais individuais para se ocuparem da comunidade ontológica que o rio lhes significa, não é, e se, por ventura, para alguns deles, for, é por que não legitima as instituições que regulam o patrimônio enquanto tal, por acreditar-se que, não se pode dar continuidade à lógica monumental e cosmopolitana que se herda do *modus operandi* das instituições internacionais e que se deve inserir novos elementos que expressem bens ainda não tipificados, que englobe m aspectos materiais e imateriais nos sítios sem operar com categorias tão formalizadas. E se for, ainda assim, um ato utópico, esta utopia, por si só, continuará a constante transformação da paisagem natural e cultural do Rio Piratini em Pedro Osório e Cerrito, que para tal ser, é necessário, apenas ser. Ser percebido, concebido, significado. E assim, já é.

Referências

ALMEIDA, E. **Uma releitura da Carta de Atenas**. Revista Integração nº 50, mar/2010. São Paulo: USJT. pp. 5-14.

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ADAMS, Paul C.; HELSCHER, Steven; TILL, Karen E. **Place in context: rethinking humanist geographies Textures of place:exploring humanist geographies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

AUMONT, J. **A Imagem**. Campinas: Papirus, 1993

BARBARÁS, R. **The fenomenology of life**. New York. Cambridge University Press, 1992

BACHELARD, G. **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **A terra e os devaneios do repouso**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. **O direito de sonhar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BARROS, M. **Poesia Completa**. São Paulo: Leya, 2011.

BARTHES, R. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BANERJEE, T.; SOUTHWORTH, M. **City Sense and City Design: writings and projects of Kevin Lynch**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1991.

BENTO, Claudio M. PEDRO OSORIO E CERRITO - ANTECEDENTES HISTÓRICOS. **Academias de História Militar Terrestre do Brasil. 2010**. Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/posorio.htm>> Aceso em: 30 mar. 2015.

BERQUE, Augustin. **A ecúmena: medida terrestre do Homem, medida humana da Terra**. In: SERRÃO. Filosofia da Paisagem: Uma Antologia. Lisboa: 2011.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global: um esboço metodológico**. Revista IGEOG/US. n. 13. São Paulo: USP, 1971.

BESSE, J. A Fisionomia da Paisagem, de Alexandre Von Humboldt a Paul Vidal de La Blache. In: BESSE, J. **Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. cap. 04. p. 61-74. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CALDAS, Pedro. **Pedro Osório, sim senhor!: retrato de um município gaúcho**. Pelotas: Satya, 1990

CANTER, David. The Psychology of Place. London: Architectural Press, 1977.

CARLOS, Ana. **O lugar do/no mundo**. São Paulo: Hucitec. 1996.

CAUQUELIN, Anne. A Invenção da Paisagem. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CASEY, Edward S. **The Fate and Place. A Philosophical Story**. Bekeley, CA: University ofCalifornia Press, 1998.

CASTELLO, Lineu. A **percepção de lugar**: repensando o conceito de **lugar** em arquitetura-urbanismo. Porto Alegre (Brazil): PROPARG-UFRRGS, 2007.

CIAM. **Carta de Atenas**. Atenas: 1933

CHAUÍ, Marilena. **Merleau-Ponty e o que as artes ensinam a filosofia**. In: Os filósofos e a arte. Org.: RADDCOCK, Rafael. Rocco, Rio de Janeiro, 2010.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Livraria UNESP, 2006.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Geomorfologia**. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 1980.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

COUTO, Mia. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

COSGROVE, D. A. Geografia Está em Toda Parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. **Geografia Cultural: uma antologia**. v.1. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

_____; JACKSON, Peter. Novos Rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 135–146.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. 3ª ed. IPHAN:2000. 383p. Documentos retirados da página do IPHAN, Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 10 mai 2015.

DARDEL, E. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: ed. Perspectiva, 2011.

DÉJEANT-PONS, M. La Convención Europea del Paisaje. In: **El paisaje y la gestión del territorio. Criterios paisajísticos en la ordenación del territorio y el urbanismo**. MATA, R. TARROJA, À. (coords.). Diputació Barcelona, xarxa de municipis, 2006.

DOCUMENTÁRIO SOBRE A ENCHENTE DE 1992 – RBS/YOUTUBE. Disponível em: <<https://m.youtube.com/watch?v=mrceWdnuPGY&feature=youtu.be>> Acesso em: 10 mar. 2016.

DUNCAN, James, A Paisagem como Sistema de Criação de Signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2004. p. 91–132.

ESCRITÓRIO DOS MUSEUS DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES. Carta de Atenas. Atenas: 1931.

ESTAÇÕES ferroviárias do Brasil. **Pedro Osório**. 2016. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_bage_riogrande/pedro.htm> Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. **Cerrito.** 2016. Disponível em:
http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_bage_riogrande/cerrito.htm. Acesso em:
10 fev. 2016.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. 316p.

FOUCAULT, M. **Outros Espaços.** In: MOTTA, M. (org.): *Michel Foucault: Estética: Literatura e pintura, música e cinema.* Ed. Forense Universitária. Rio de Janeiro e São Paulo, 2001.

FUNARI, P. PELEGRINI, S. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

_____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa / Clifford Geertz.** tradução de Vera Meilo Joscelyne. 9. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

| HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** São Paulo, 2005.

HUSSERL, E. **A Filosofia como Ciência de Rigor.** Coimbra: Atlântida, 1965.

ISAKOVIC, Djordje. **Rio Piratini Dam Site Geology: Picada Nova Profile.** CLM/UNDP/FAO Merim Lagoon Project Uruguay/Brasil, Treinta y Tres, December, 1969, 15 p.

JAPIASSÚ, H; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia.** Rio de Janeiro. Zahar. 1996.

JUSTUS, Jarbas de Oliveira; MACHADO, Maria Lúcia de Abreu; FRANCO, Maria do Socorro Moreira. In: **Série Levantamentos de Recursos Naturais - Relatório de Geomorfologia.** Vol. 33. Ed. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1986.

|

KOZEL TEIXEIRA, S. **As representações no geográfico**. In: Francisco Mendonça e Salete Kozel. (Org.). Elementos de Epistemologia da Geografia contemporânea. 20 ed. Curitiba: Editora UFPR, 2002, v. 1, p. 215-232.

LUCHIARI, M. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORREA R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagem, Imaginário e espaço**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2001.

LYNCH. K. **A Imagem da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 1999

MENESES, U. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p.29-64

MERLEAU-PONTY, M. **La structure du comportement**. Paris, Gallimard. 1972 [1942]

_____. **Fenomenologia da percepção**. (Traduzido por Carlos Alberto Ribeiro de Moura). São Paulo, Martins Fontes. 1994 [1945]

_____. **O olho e o espírito**. (Traduzido por Marilena de Souza Chauí). In: Merleau-Ponty. São Paulo, Abril Cultural. 1984a [1960]

MOTTA, A. **Patrimônio**, in Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa / org., Livio Sansone e Cláudio Alves Furtado, pp. 379-392. Salvador: EDUFBA, 2014.

MURPHY, J. **The voice of memory: history, autobiography and oral memory**. Historical Studies, vol. 22, n 87, 1986, pp 157-75.

NORBERG-SCHULTZ, C. **Genius loci: towards a phenomenology of architecture**. New York: Rizzoli, 1980.

NUNES, Benedito. **Crivo de papel**. São Paulo: Ática, 1998.

PÁDUA, L. **A Geografia de Yi-Fu Tuan: Essências e Persistências**. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Geografia. São Paulo, 2013.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5.n. 10, 1992

POMIAN, K. **Colecção**. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984

PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos. Narração, significados e interpretação nas memórias e nas fontes orais**. *Tempo*, vol.1, n. 2, p. 59-72, Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: 2012.

PUNTEL, G. **A paisagem na geografia**. In: VERDUM, R. et al. (Org.). Paisagem: leituras, significados e transformações. 1ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012, v. p. 23-33.

RECKZIEGEL, Bernadete Weber. Levantamento dos Desastres Desencadeados por Eventos Naturais Adversos no Estado do Rio Grande do Sul no Período de 1980 a 2005. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de PósGraduação em Geografia, UFSM, Santa Maria - RS.

RELPH, E . **Place and placelessness**. London: Pion, 1976.

_____. **As bases fenomenológicas da geografia**. *Geografia*, v.4, n.7, p.1-25, abr. 1979.

_____. **Rational landscapes and humanistic geography**. London: Croom Helm, 1981.

_____. **Geographical experiences and being-in-the-world: the phenomenological origins of geography**. In: SEAMON, David; MUGERAUER, Robert (Eds.) Dwelling, place & environment: towards a phenomenology of person and world. New York: Columbia University Press, 1985. p.15-31.

_____. **A paisagem urbana moderna**. Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. **Responsive methods, geographical imagination and the study of landscapes.** In: KOBAYASHI, A. L.; MACKENZIE, S. (eds.) *Remaking human geography*. Boston: Unwin Hyman, 1989. p.149-163.

_____. **Place and placelessness.** (reprint) Londres: Pion, 2010.

RIBEIRO, R. & AZEVEDO, D. Paisagem Cultural e Patrimônio Mundial no Rio de Janeiro: Caminhos e desafios para o reconhecimento. Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. UFMG: Belo Horizonte, 2010.

RICOEUR, Paul. Memória, História e Esquecimento, Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, S. A geografia humanista. In: Revista RA E GA, Curitiba, n.13, p. 19-27, 2007.

SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **A natureza do espaço.** 4.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SALGUEIRO, T. Paisagem e Geografia. Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa. Finisterra, XXXVI, 72, 2001, pp. 37-53.

SAUER, C. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA; ROZENDAHL (Orgs.). *Paisagem tempo e cultura*, p.12-74. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SPOSITO, E. Geografia e Filosofia. São Paulo. Unesp. 2007.

TELLES, Rossana. Inundações Urbanas nos municípios de Pedro Osório e Cerrito. Porto Alegre. UFRGS. 2002.

THOMPSON, P. The voice of the past: Oral History. Oxford. Oxford University Press. 1988.

TILLEY, C. Do corpo ao lugar à paisagem. In: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. Vol. 8 junho de 2014.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1974. 288 pp.

TUAN, Yi. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983. 250

UNESCO. **Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial**. Lisboa, 2010.

UNESCO. **Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana**. Paris, 2011. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/>> Acesso em: 02 fev. 2015.

UNESCO. **Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana**. Paris, 2011. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/#2>> Acesso em: 24 fev. 2015.

VACARIA, Frei Cristóvão de. **Rebelião das Águas em Pedro Osório** (ex-Olimpo e Cerrito – abr 1959). Porto Alegre: Ed. Tip. Champagnat, 1960.

ZOLA, Émile. **Germinal**. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

ZUNINO, Ana P. **Educação física: ensino fundamental**, 6º - 9º. Curitiba: Positivo, 2008.

Fontes Primárias

AIRES, Carlos Antonio. “Fotografias da fauna e flora do rio”. Entrevista 9: Pedro Osório-RS, 2015. Acervo fotográfico particular. Disponível em: <<https://www.facebook.com/carlosantonio.aires?fref=ts>> Acesso em: 12 out. 2015.

D’OLIVEIRA, Auta Inês L. “Uma enchente de gente”. Entrevista 11: 14/08/2015. Pedro Osório-RS.

FERNANDES, Pablo Halfen. “Quero para meus filhos o rio que tenho pra mim!”. Entrevista 8: 10/10/2014. Pedro Osório-RS.

GOMES, Yasmin Velar. “O rio é meu e ninguém mexe!”. Entrevista 2: 09/09/2013. Pedro Osório-RS.

MADRUGA, Liane Viana. “A areia, foi Deus quem deu!”. Entrevista 4: 08/09/2014. Pedro Osório-RS.

MENARÉ, Eunice Velar. “Parece uma traição”. Entrevista 5: 16/09/2014. Pedro Osório-RS.

PARADA, José Fernando. “Um rio que corta uma cidade é uma benção”. Entrevista 1: 08/09/2013. Pedro Osório-RS.

PAISAGEM LÍQUIDA. Acervo Fotográfico. Disponível em: <<http://paisagemliquida.blogspot.com.br/>> Acesso em: 12 mar. 2015.

RBS. DOCUMENTÁRIO SOBRE A ENCHENTE DE 1992 – Pedro Osório. Disponível em: <<https://m.youtube.com/watch?v=mrceWdnuPGY&feature=youtu.be>> Acesso em: 10 mar. 2016.

RODRIGUES, Anderson Nunes. “Um mate na beira do rio”. Entrevista 3: 10/09/2013. Pedro Osório-RS.

ROSA, Aniele M.; MEIRELES, Nauita M. “Paisagem na Paisagem”. Entrevista 6: 09/02/2014. Pedro Osório-RS.

SÓRIA, Air. “Moro aqui por que preciso!”. Entrevista 7: 10/10/2015. Pedro Osório-RS.

WIETH, Bettina. “Texturas do rio”. Entrevista 10: 03/10/2015. Pedro Osório-RS. Acervo fotográfico particular. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/wastefulness/>> Acesso em: 10 mar. 2015.